

**FACULDADES INTEGRADAS
“ANTÔNIO EUFRÁSIO DE TOLEDO”**

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL DE PRESIDENTE PRUDENTE

**A ECONOMIA SOLIDÁRIA E SUA INTERFACE COM O SERVIÇO
SOCIAL: AS POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO NO QUE TANGE
A EMANCIPAÇÃO DOS SUJEITOS SOCIAIS**

Amanda Azzolini Volnistem
Camila Elisa Rodrigues da Silva
Joyce Milena Honorato da Silva
Maria das Graças Chamim Freitas
Vanessa Assami Fujinaga

Presidente Prudente/SP

2013

**FACULDADES INTEGRADAS
“ANTÔNIO EUFRÁSIO DE TOLEDO”**

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL DE PRESIDENTE PRUDENTE

**A ECONOMIA SOLIDÁRIA E SUA INTERFACE COM O SERVIÇO
SOCIAL: AS POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO NO QUE TANGE
A EMANCIPAÇÃO DOS SUJEITOS SOCIAIS**

Amanda Azzolini Volnistem
Camila Elisa Rodrigues da Silva
Joyce Milena Honorato da Silva
Maria das Graças Chamim Freitas
Vanessa Assami Fujinaga

Trabalho de Curso apresentado como
requisito parcial de Conclusão de Curso
para obtenção do grau de Bacharel em
Serviço Social, sob a orientação da Prof.^a
Juliene Aglio de Oliveira.

Presidente Prudente/SP

2013

**A ECONOMIA SOLIDÁRIA E SUA INTERFACE COM O SERVIÇO
SOCIAL: AS POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO NO QUE TANGE
A EMANCIPAÇÃO DOS SUJEITOS SOCIAIS**

Monografia/TC aprovado como requisito
parcial para obtenção do grau de
Bacharel em Serviço Social.

JULIENE AGLIO DE OLIVEIRA

LUCI MARTINS BARBATTO VOLPATO

WILSON DE LUCES FORTES MACHADO

Presidente Prudente, 26 de Novembro de 2013

1. Toda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha do trabalho, a condições equitativas e satisfatórias de trabalho e à proteção contra o desemprego.

2. Todos têm direito, sem discriminação alguma, a salário igual por equivalente trabalho.

3. Quem trabalha tem direito a uma remuneração equitativa e satisfatória, que lhe permita e à sua família uma existência conforme à dignidade humana e completada, se possível, por todos os outros meios de proteção social.

Toda pessoa tem o direito de fundar, com outras pessoas, sindicatos e de se filiar a sindicatos para a defesa de seus interesses.

Artigo 23 da Declaração Universal dos Direitos Humanos 10/12/1948 pela Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), estando o Brasil entre os países signatários.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, inicialmente, a Deus, simplesmente por me dar a vida e por me ensinar que, por mais difícil que pareça a nossa jornada, nós ainda, sim, somos agraciados, todos os dias, pelo poder fazer a diferença por meio das nossas ações.

Aos meus pais, Rosangela e Mauro, pelo esforço desmedido que fazem, para me poderem ofertar a realização dos meus sonhos. Vocês são as pessoas mais importantes na minha vida, razão pela qual eu quero ser melhor sempre. Muito obrigada, por estarem a meu lado, apoiando-me e confortando-me.

Ao meu avô Daniel um agradecimento especial. Se não fosse você, o que seria de mim? Obrigada por tantas vezes ser o meu táxi, meu companheiro e por me mostrar que nós dois somos mais parecidos do que imaginamos. A sua presença nos meus dias fez e faz toda a diferença. Dedico esta conquista a você.

Ao restante da minha família, vou citar algumas pessoas em especial, sintam-se todos por mim agradecidos. A minha avó, Dona Rosa, pela sua doçura, seu auxílio, seu cuidado, mas principalmente pelo seu conselho eterno: “não sofra antes da hora”. Você me inspira como avó, mãe e mulher.

Aos meus tios, Roseli, Rosimeire e Marcos e também ao meu primo, Eduardo, minha extensão, minha segunda família, as pessoas que se importam, imensamente, com meu bem-estar e com o meu sucesso.

As minhas amigas de grupo, em especial a Milena e a sua família. Pessoas especiais, como vocês, só cruzam as nossas vidas uma vez e nós escolhemos carregá-las conosco ou não. Obrigada por tudo meninas!

Ao meu namorado, José Vitor, e a sua família não existe nenhuma palavra que resuma, melhor, meu sentimento por vocês do que um imenso amor.

E, finalmente, agradeço aos meus professores e a minha orientadora Juliene, pela sua disponibilidade e exemplo. Quero, um dia, ser uma profissional tão brilhante e competente como você. Enfim, a todos vocês, por serem parte de mim, o meu Muito Obrigado!

Amanda AzzoliniVolnistem

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, fonte de sabedoria e amor, por me iluminar e abençoar nessa trajetória.

Ao meu pai, Adailton, a minha mãe, Solange, e a minha irmã, Mayara, pelo apoio e por tudo que sempre fizeram por mim, pela simplicidade, exemplo, amizade, e carinho, fundamentais na construção do meu caráter e incentivo permanente no meu processo de formação profissional e pessoal. Amo Vocês!

A todos os meus familiares, que me incentivaram e acreditaram em mim, que souberam entender a importância desta conquista em minha vida, sem cujo apoio nada me seria possível.

À professora, coordenadora e orientadora, Juliene Aglio de Oliveira, portadora de conhecimentos, ensinamentos e paciência dedicados, a todo momento, à construção deste trabalho. Obrigada Ju!

As minhas amigas e companheiras, Amanda, Joyce Milena, Maria das Graças e Vanessa, que acreditaram no meu potencial, nas minhas ideias e conhecimentos, que me apoiaram, corrigiram-me e principalmente me aturaram. Obrigada, meninas, pela sua compreensão em tudo, em cada momento, em cada capítulo e em cada orientação.

E a todos os meus amigos e pessoas que me apoiaram e que, de alguma forma, contribuíram, para que eu pudesse chegar a este “pontapé” inicial, em minha carreira, um sonho, uma conquista. O começo de tudo!

Enfim, a todos aqueles que contribuíram, direta ou indiretamente, para a elaboração deste trabalho, quer incentivando-o ou criticando-o. Gostaria de manifestar-lhes meus sinceros agradecimentos.

Camila Elisa Rodrigues da Silva

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, que me concedeu sabedoria durante todo este trabalho e foi fonte inesgotável de forças, para eu superar os obstáculos presentes nesse meu caminhar.

A minha mãe, que, com seu amor, carinho, ombro amigo e jeito único, me acolheu nos momentos de angústia, dúvida e aflição, sendo luz na incerteza, silêncio nas horas em que palavras nada iriam resolver e incentivo, quando eu já não queria continuar, pois nesse amor eu me apoiei e foi o que me permitiu querer continuar.

Ao meu pai, que é um exemplo de dedicação, esforço e sabedoria e foi fonte de inspiração, para eu querer, cada vez mais, buscar conhecimento; e por depositar tudo o que acredita em mim, sendo fiel, leal e ombro amigo em todos os momentos necessários; e por sempre me apoiar no meu sonhar e querer mais.

Ao Willian, namorado e amigo presente em todo o percurso da minha graduação, inclusive na construção deste trabalho, pois sempre tentou confortar-me por meio de palavras e gestos de carinho, acreditando em meu potencial.

Aos professores que com dedicação compartilharam conhecimentos, permitindo a realização deste sonho e, em especial, à professora Juliene a qual orientou e direcionou a construção deste trabalho.

A minha família e amigos, que compreenderam minha ausência.

Às amigadas construídas no decorrer do curso de Serviço Social e às amigas de campo de estágio, Grazielle e Nathany, as quais sempre me apoiaram.

E às minhas amigas Camila, Maria e Vanessa, parceiras na construção deste trabalho, por fazerem parte desta conquista; e, em especial, a Amanda, por termos construído uma amizade no decorrer desses anos e que ultrapassou o espaço acadêmico, pois, com sua calma, sabedoria e jeito sereno, foi quem muitas vezes me deu equilíbrio, para continuar. A todos o meu eterno agradecimento.

Joyce Milena Honorato da Silva

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus pela minha vida e por sempre estar caminhando ao meu lado, principalmente nos momentos em que eu pensava em desistir, ele me guardou.

Também sou imensamente grata à minha mãe Regina, que sempre esteve ao meu lado, lutando, para me proporcionar o melhor, incentivando-me a lutar para alcançar meus objetivos, pois, sem ela, eu nada seria. Ofereço este meu sonho realizado à senhora.

Agradeço, também, aos professores e orientadora deste trabalho, pela paciência e dedicação, para nos ensinarmos a buscar, cada vez mais, o conhecimento por meio do aprimoramento profissional, evidenciando que é possível, sim, fazermos a diferença; mesmo que seja uma gota no oceano, haverá a transformação da realidade.

Não posso deixar de citar minha supervisora de campo, Rozenir, pelo conhecimento por ela a mim transmitido durante o processo acadêmico, por meio de suas experiências, evidenciando a importância do comprometimento profissional e empenho em me ensinar o valor das nossas ações. Seus ensinamentos perdurarão por toda a minha vida. A você o meu muito obrigado.

Sou grata as minhas companheiras de grupo pela ajuda e respeito mútuo que tivemos umas para com as outras, diante das dificuldades, ansiedade e descontração. Espero que sejamos excelentes profissionais. Agradeço, também, ao Programa Escola da Família pela aprendizagem e experiências vivenciadas no mesmo.

Maria das Graças Chamim Freitas

AGRADECIMENTOS

Sinto-me abençoada e agradecida a Deus, por ter-me dado força diante das oportunidades e experiências, ao longo da minha graduação.

Agradeço a minha família, pois foi ela que me incentivou, dando-me condições, para que finalizasse esta graduação de Serviço Social.

Em seguida, a nossa orientadora, Juliene, e a todos os professores, que, diante dos seus conhecimentos, nos mostraram outra visão de mundo e realidade, norteando-nos, posicionando-nos, para sermos futuras profissionais competentes e comprometidas com o nosso trabalho e termos perspectivas de que é possível, sim, construirmos uma sociedade menos desigual.

Aos supervisores de estágio, que, mesmo estando atarefados, nos concedeu horas de reflexão para melhor compreensão do fazer profissional.

A todas as cooperadas e à assistente social, da Cooperativa Sabores do município de Taciba, que nos permitiu e contribuiu para a execução da pesquisa de campo.

E, por fim, não poderia deixar de enviar um agradecimento as minhas companheiras de trabalho de conclusão de curso, que me acolheram e permitiram que fizesse parte desse grupo. A vocês, Amanda, Camila, Maria e Milena, meu muito obrigado.

A todos muito obrigado, por fazerem parte de um sonho realizado.

Vanessa AssamiFujinaga

RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo problematizar a categoria trabalho materializada na Cooperativa Sabores do município de Taciba, São Paulo, com o intuito de analisar se a mesma corresponde aos princípios do Cooperativismo, bem como a materialização dos princípios da Economia Solidária, articulando e alinhando estes ao Projeto Ético-Político-Profissional do Serviço Social. Para isto, foram realizadas pesquisas bibliográficas, documentais e de campo, de cunho quantitativo e qualitativo, as quais nos aproximaram da realidade social, instrumentalizando-nos para compreender todas as suas nuances. Para a realização da pesquisa de campo, foram aplicadas entrevistas semiestruturadas, com perguntas abertas e fechadas a um universo total de onze mulheres, as quais são cooperadas da Sabores, bem como foi realizado um questionário, estruturado com perguntas abertas e fechadas, com a Assistente Social, gestora do serviço de Assistência Social do município de Taciba e responsável pelo planejamento e acompanhamento da Cooperativa Sabores. Após a realização da pesquisa de campo, foi verificada a inexistência de uma Cooperativa organizada sob os parâmetros reais do cooperativismo, assim o desconhecimento dos princípios da Economia Solidária. No que tange ao alinhamento do Serviço Social com estas diretrizes, também foi constatada a sua inexistência. Entretanto deparamo-nos com um espaço em potencial, para implantar transformações em busca da efetivação, de fato, dessas perspectivas trazidas no decorrer da pesquisa. Assim, concluímos que, mesmo não havendo um espaço de trabalho regido pelos princípios que acreditávamos encontrar, Cooperativismo e Economia Solidária, deparamo-nos com um novo desafio, o de refletir a categoria trabalho, engendrado em todas as suas características atuais, como a flexibilização, a diminuição dos postos, a desregulamentação dos direitos trabalhistas, a exploração do trabalho informal, a polivalência exigida do trabalhador, entre outras questões, sendo materializadas sob uma ótica diferente no espaço da Cooperativa Sabores. Entrementes, existe a necessidade de se criarem novas proposituras para este espaço de trabalho, alinhando os direcionamentos do Projeto Ético-Político-Profissional do Serviço Social com a categoria trabalho, por meio do Cooperativismo e da Economia Solidária, baseados na gestão e planejamento de ações que possam modificar a atual Coopertiva Sabores de Taciba, viabilizando, assim, a garantia dos direitos sociais a partir de um trabalho social de caráter emancipatório, que atue, no sentido do fortalecimento dessas mulheres, na promoção de aquisições sociais e acesso a bens e serviços, no desenvolvimento de potencialidades, que favoreça a participação social na vida pública, bem como o protagonismo e a autonomia das mulheres e de suas famílias.

Palavras-Chave: Trabalho. Cooperativa Sabores de Taciba. Economia Solidária. Serviço Social. Mulheres.

ABSTRACT

This research aims to problematize the category of labor embodied in the Cooperative Sabores from the city of Taciba, São Paulo, in order to analyze whether it corresponds to the principles of the Cooperativism, as well as the realization of the principles of Solidarity Economy, articulating and aligning these to the Project Ethical Political Professional of the Social Service. To this end, we conducted literature researches, documentary and fieldwork, a quantitative and qualitative, which approach us to the social reality in providing tools to understand all its nuances. For realization of the fieldwork interviews were held, semi-structured, with open and closed questions, for a universe of eleven women, who are cooperated of Sabores as well, we performed a structured questionnaire with open and closed questions, with the Social Worker, manager of the social assistance of the municipality of Taciba and responsible for planning and monitoring the Sabores Cooperative. After conducting the fieldwork, we verified the absence of a cooperative organized under the actual parameters of the cooperative, as well as the ignorance of the principles of Solidarity Economy. Regarding the alignment of Social Work with these guidelines, we have also found their absence. However, we are faced with a potential space to deploy transformations in pursuit of effective these perspectives observed during the research. Finally, we conclude that even without a workspace governed by the right principles of Cooperatives and Solidarity Economy, we are faced with a new challenge, to reflect the work category, engendered in all its current features such as flexibility, the reduction of jobs, deregulation of labor rights, the exploitation of informal work, the versatility required of the employee, among other things, being materialized in a different point of view in the Sabores Cooperative. Meanwhile, there is a need to create new propositions for this workspace aligning the directions of the Project Ethical Political Professional Social Service work with the category through Cooperatives and Solidarity Economy, based on the management and planning of actions that may change the current Sabores Cooperative of Taciba, thus enabling the guarantee of social rights from a social emancipatory work and acting towards strengthening these women, the promotion of social procurement and access to goods and services, the development potential which favors social participation in public life, as well as the role and autonomy of women and their families.

Keywords: Work. Taciba Sabores Cooperative. Solidarity Economy. Social Service. Women.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CATI – Coordenadoria de Assistência Técnica Integral

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social

CRESS – Conselho Regional de Serviço Social

EJA – Educação de Jovens e Adultos

FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FMI – Fundo Monetário Internacional

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PEPSS – Projeto Ético-Político-Profissional do Serviço Social

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PTR – Programa de Transferência de Renda

SAGI – Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária

SP – São Paulo

LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS

QUADROS

QUADRO 1 – Análise sobre os Princípios do Código de Ética do Serviço Social.....	78
QUADRO 2 – Pontos Fortes do trabalho na Cooperativa e o que deveria ser Melhorado neste espaço.....	123
QUADRO 3 – Objetivo Geral do Projeto Cooperativa Sabores de Taciba.....	135
QUADRO 4 – Objetivos Específicos do Projeto Cooperativa Sabores de Taciba.....	135

GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Distribuição por Faixa Etária.....	98
GRÁFICO 2 – Chefes de Família.....	99
GRÁFICO 3 – Distribuição por Estado Civil.....	100
GRÁFICO 4 – Quantidade de pessoas que habitam a mesma Residência.....	101
GRÁFICO 5 – Distribuição por Tipo de Residência.....	102
GRÁFICO 6 – Acesso ao Estudo.....	104
GRÁFICO 7 - Distribuição por Grau de Instrução.....	105
GRÁFICO 8 – Sabe ler e escrever.....	105
GRÁFICO 09 – Desejo de retornar aos estudos.....	106
GRÁFICO 10 – Programa de Transferência de Renda que Recebem.....	109
GRÁFICO 11 – Renda Mensal Familiar.....	110
GRÁFICO 12 – Distribuição por Faixa Etária de entrada no Mercado de Trabalho	112
GRÁFICO 13 – Já trabalhou com Carteira Assinada.....	112
GRÁFICO 14 – Já realizou algum tipo de Qualificação Profissional.....	113
GRÁFICO 15 – Distribuição por Renda Mensal obtida através do Trabalho na Cooperativa Sabores.....	114

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
2. AS PROCESSUALIDADES DO MUNDO DO TRABALHO E SEUS IMPACTOS SOCIAIS.....	21
2.1 Os Movimentos do Processo de Industrialização.....	22
2.2 A Precarização do Trabalho como uma Expressão da Questão Social.....	27
2.3 Os Rebatimentos do Processo de Industrialização no Brasil: Um Panorama sobre as Transformações no Estado, Mercado de Trabalho e Direitos Sociais.....	34
3 OLHARES ACERCA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA ANÁLISE DA SUAS DETERMINAÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS E SEUS REBATIMENTOS SOCIAIS.....	42
3.1 A Economia Solidária em seu Contexto Mundial.....	43
3.1.1 A organização da proposta de economia solidária no Brasil.....	48
3.2 A Mulher e a Divisão Sexual do Trabalho.....	53
3.2.1 As relações sociais de gênero e o papel social da mulher.....	54
3.2.2 O mundo do trabalho e as formas de inserção e permanência do gênero feminino nesse âmbito.....	59
4 O SERVIÇO SOCIAL E A SUA INTERFACE COM A ECONOMIA SOLIDÁRIA: NOVOS ESPAÇOS DE TRABALHO?.....	66
4.1 O Serviço Social como Trabalho.....	67
4.2 O Serviço Social e o seu Projeto Ético-Político Profissional frente à perspectiva da Economia Solidária, como espaço de Trabalho.....	74
4.3 A Possibilidade Interventiva do Serviço Social frente às Cooperativas pautadas pelos princípios da Economia Solidária.....	83
5 ANÁLISE SOBRE A CATEGORIA TRABALHO JUNTO À COOPERATIVA SABORES DE TACIBA: OLHARES ACERCA DAS POSSIBILIDADES DE EMANCIPAÇÃO DOS SUJEITOS SOCIAIS.....	86
5.1 Metodologia de Pesquisa.....	87
5.2 Cooperativa Sabores de Taciba: Uma apreensão histórica sobre a implantação do Projeto no Município.....	92

5.3 A Economia Solidária enquanto alternativa de Trabalho e a atuação do Serviço Social frente a esta perspectiva.....	96
5.3.1 Análise e caracterização do perfil das cooperadas relacionadas a questões de trabalho e gênero.....	97
5.3.2 Análise sobre os princípios da economia solidária e a sua efetivação no espaço da cooperativa sabores de Taciba.....	115
5.3.3 Análise sobre a intervenção do assistente social junto à cooperativa sabores Taciba: Existe a possibilidade de alinhar os princípios da economia solidária com os do projeto ético-político-profissional do serviço social?.....	129
6 ASPECTOS CONCLUSIVOS.....	141
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	146
ANEXOS.....	156

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho teve por finalidade apresentar a proposta do Cooperativismo pautado nos princípios da Economia Solidária no Brasil, enquanto uma possível forma de trabalho na sociedade contemporânea, a qual tem sido palco de relações desiguais, produzidas e (re) produzidas pelo sistema capitalista vigente.

O interesse desta pesquisa surgiu a partir das aulas de Economia e Sociologia ministradas no primeiro ano do curso de Serviço Social e que levaram às indagações das autoras em relação à situação de marginalização, exclusão do mercado de trabalho, precarização dos postos de trabalho, pensando-se em como poderia ser a intervenção do Serviço Social em relação a esses embates construídos cotidianamente.

A definição deste tema, como pesquisa, fez com que as autoras identificassem espaços de trabalho que pudessem estar alinhados aos princípios da Economia Solidária, o que, como consequência, possibilitou a aproximação do espaço de trabalho em que se constitui a Cooperativa Sabores do Município de Taciba – São Paulo.

Assim, o objeto do presente trabalho é centrado na discussão da categoria trabalho em espaços de cooperativas, sendo o mesmo materializado na Cooperativa Sabores de Taciba, alvo deste trabalho e pesquisa de campo do mesmo, passível de uma análise crítica, que se realizará no decorrer de sua construção.

Desse modo, o objetivo deste trabalho foi analisar como tem sido a materialização da Cooperativa Sabores no cotidiano, se a mesma tem correspondido aos princípios de Economia solidária e se pode ser considerado como um possível espaço de trabalho e intervenção junto aos fenômenos ocorridos no mercado de trabalho atualmente, articulando com esse processo de trabalho a atuação profissional do Assistente Social nesse empreendimento.

Dessa forma, o cooperativismo é considerado como uma alternativa de trabalho, mesmo que muitas vezes empregado de modo informal, sendo este

pautado ou não em princípios de economia solidaria, visando à construção de espaços de trabalho em uma relação de cooperação e gestão compartilhada.

As cooperativas são pautadas por uma gestão horizontalizada, onde não existe liderança. Todos ocupam o mesmo espaço de trabalho e atuam com o mesmo objetivo, sendo que todo o montante gerado pela produção e venda dos produtos das cooperativas são divididos por igual, entre todos os membros que o compõem, caracterizando, portanto, cooperativas gestadas por meio dos princípios da Economia Solidária, passíveis da intervenção do Serviço Social.

Nesta perspectiva, optou-se por realizar a pesquisa de campo na Cooperativa Sabores do Município de Taciba – SP, a qual é o universo deste trabalho. A pesquisa de campo possibilitará uma aproximação da realidade das cooperadas e a identificação dos desafios e limites presentes nesse espaço de trabalho, partindo do uso de conceitos, como o Cooperativismo, os princípios da Economia Solidária e a atuação do Serviço Social junto aos mesmos.

Assim sendo, levantamos, enquanto hipóteses de pesquisa, primeiramente, a questão do neoliberalismo relacionado ao Cooperativismo, sendo que pode existir a possibilidade de esses empreendimentos estarem sendo incentivados, com o intuito de retrain, mais, os direitos trabalhistas, aumentar, ainda mais, a precarização do trabalho, não emancipando, assim, os sujeitos sociais e indo na contramão do assumir responsabilidades estatais, passando essas para a sociedade civil.

Outra hipótese a ser comprovada ou não, por meio desta pesquisa, diz respeito às possibilidades de os princípios e diretrizes da Economia Solidária se assemelharem e estarem em consonância com o Projeto Ético-Político-Profissional do Serviço Social. Dessa forma, ambos estariam atuando junto à classe trabalhadora, no sentido da emancipação dos sujeitos sociais, bem como na superação do sistema capitalista vigente, sem exploração e com acesso a uma vida digna e com qualidade.

Sendo assim, a última hipótese pensada para esta pesquisa é a possibilidade de o Serviço Social, por meio da sua capacidade teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, propor ações interventivas nas Cooperativas, no sentido de fortalecer ações voltadas à efetivação dos princípios da Economia

Solidária, sendo o seu papel o de articulador e gestor, auxiliando na criação de respostas sustentáveis que visem à possível emancipação desses sujeitos sociais por meio de empreendimentos autogestionários.

Neste contexto, trabalhou-se com problematizações a respeito da efetividade de cooperativas pautadas nas propostas de Economia Solidária, de quais formas estas poderiam causar impactos sociais e de que maneira, especificamente, o Serviço Social poderia contribuir a partir do seu embasamento teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo com os sujeitos sociais demandatários dessas cooperativas.

Nesta perspectiva, é importante ressaltar-se que o objetivo geral da construção deste trabalho de conclusão de curso é contribuir para a compreensão da proposta de Economia Solidária e para, além disso, mensurar os elementos facilitadores e dificultadores desta proposta no contexto atual em que o sistema capitalista vigora, sob todas as formas de se relacionar socialmente.

Dessa forma, a metodologia utilizada para a construção deste estudo foi baseada no materialismo histórico-dialético, com o objetivo de desvelar-se essa realidade, compreendendo todas as suas nuances. Desse modo, utilizou-se de pesquisas bibliográficas, documentais e eletrônicas, para agregar informações que auxiliassem a construir um novo conhecimento sobre esta temática, perpassando pela questão do trabalho, da Economia Solidária e do Cooperativismo, bem como do recorte de gênero feminino nesse tipo de trabalho e da inserção do Serviço Social amparado por seu Projeto Ético-Político-Profissional nesse campo sócio-ocupacional.

Além desses tipos de pesquisa, utilizou-se, também, a pesquisa de campo, com o intuito de se observar como os conceitos teóricos se aplicam na realidade, sendo essa de cunho quantitativo e qualitativo.

Para a utilização da referida pesquisa de campo, utilizou-se a técnica de questionário, sendo este estruturado com perguntas abertas e fechadas, e aplicado a uma pessoa que ocupa o cargo de Assistente Social, gestora do município de Taciba e responsável pelo acompanhamento e planejamento da Cooperativa Sabores de Taciba. Além desse instrumental de pesquisa, utilizou-se, ainda, a técnica de entrevista semiestruturada, com perguntas abertas e fechadas,

sendo esta aplicada a um universo de onze mulheres que são cooperadas da Sabores de Taciba.

Ambas as técnicas de pesquisa possibilitaram por meio da pesquisa de campo, demonstrar-se o perfil das mulheres cooperadas, as características da Cooperativa Sabores, bem como a intervenção do Serviço Social neste espaço, levando o grupo à reflexão desses pontos a partir da construção teórica deste trabalho.

Dessa feita, tem-se que a relevância da temática trabalho dentro dos espaços do Cooperativismo e permeada por princípios da Economia Solidária, se torna fundamental no contexto histórico atual, pois se vive um momento de desregulamentação e depreciação dos postos de trabalho, sendo fundamental a intervenção do Assistente Social nesses campos sócio-ocupacionais, visto que eles se têm tornado, cada vez mais, alternativas de trabalhos informais.

Este estudo, além da introdução e da conclusão, se estruturou em quatro capítulos. O primeiro capítulo questões relacionadas às processualidades do mundo do trabalho e seus impactos sociais, apresentando, em suas subdivisões, o adensamento da temática, compreendendo os processos de trabalho e mundialização do capital no mundo e os seus rebatimentos no Brasil, bem como a precarização compreendida como expressão da questão social e os impactos sociais, no que tange ao Estado e à efetivação dos direitos trabalhistas no Brasil.

Sendo assim, é relevante destacar-se que, no contexto histórico apresentado no primeiro capítulo, se abordou a mundialização do capital, o neoliberalismo, o desmonte dos postos de trabalho, a regressão dos direitos trabalhistas, a polivalência, a exploração da força do trabalho, o sistema capitalista e a sua conformidade atual, buscando, por meio desses pontos, caracterizar como o mundo do trabalho está organizado na contemporaneidade e quais os impactos sociais recorrentes dessas transformações conjunturais.

O capítulo seguinte referiu-se à Economia Solidária e suas determinações sócio-históricas, primeiramente na ótica mundial e após construir-se uma discussão sobre a sua organização no Brasil. Em seguida, pontuou-se, ainda neste capítulo, sobre a relação da mulher e do gênero feminino como um todo no mundo do trabalho, suas relações com os demais e o seu papel social nesse

contexto atual, concluindo esse momento com as formas de inserção e permanência deste gênero nos processos produtivos no mundo do trabalho.

Dessa forma, buscou-se, nesse momento, evidenciar os princípios e a organização da Economia Solidária e do Cooperativismo no mundo e no Brasil, bem como fazer um recorte de gênero que demonstre a situação da mulher dentro desses espaços de trabalho, ressaltando-se que o mesmo é uma experiência de trabalho social, que se constitui de maneira informal, rebatendo na vida profissional dessas mulheres.

O terceiro capítulo buscou discutir a interface do Serviço Social junto as Cooperativas pautadas por princípios da Economia Solidária, questionando se o mesmo é um espaço de trabalho dessa profissão.

Assim, abordamos, primeiramente, o Serviço Social como trabalho, compreendendo sua complexidade e sua inserção nos campos sócio-ocupacionais, dando continuidade a temática, pontuamos, também, sobre o Serviço Social e o seu Projeto Ético-Político-Profissional frente à perspectiva da Economia Solidária enquanto um espaço de trabalho, direcionando a discussão ao alinhamento de ambos os princípios para possíveis intervenções sociais, concluindo este capítulo com as possibilidades de intervenção do Serviço Social frente às Cooperativas pautadas por princípios da Economia Solidária, construindo neste momento se existe de fato um espaço de trabalho do Serviço Social nesses empreendimentos e de quais formas a nossa profissão poderia contribuir, no que tange a respostas profissionais sustentáveis que alterem de alguma forma a realidade social apresentada.

O último capítulo buscou apresentar as entrevistas e o questionário realizados em pesquisa de campo, com o profissional de Serviço Social, bem como, com as mulheres cooperadas da Sabores de Taciba. Neste sentido, foram apresentadas questões relacionadas ao perfil das cooperadas, a formação, organização e planejamento da Cooperativa, bem como a opinião das mulheres sobre o tipo de trabalho que elas realizam. Abordamos também o papel do Assistente Social frente a esta Cooperativa, refletindo sobre as reais possibilidades de ação do mesmo e pontuando possíveis alternativas e metodologias de ação nesse espaço de trabalho.

Assim sendo, na conclusão deste trabalho, foram discutidas as hipóteses pensadas no início do mesmo, evidenciando as possibilidades e formas de intervenção que podem ser estabelecidas na Cooperativa Sabores, a partir da discussão da categoria trabalho permeada pelo cooperativismo e economia solidária, bem como por meio dos direcionamentos do Serviço Social, no que tange, a novas proposituras que sejam capazes de transformar o processo de trabalho atual em algo que viabilize o protagonismo e a autonomia dessas mulheres, sem perder de vista o objeto central desta construção que é o trabalho, repensando-o no contexto atual da nossa sociedade e desvendando alternativas que sejam capazes de garantir um trabalho social de caráter emancipatório que viabilize uma série de seguranças sociais que vem sendo negadas em nossa realidade social.

2. AS PROCESSUALIDADES DO MUNDO DO TRABALHO E SEUS IMPACTOS SOCIAIS

Iniciar-se á construção do estudo proposto neste primeiro capítulo, a partir dos processos de transformações que o mundo do trabalho vivenciou durante a sua trajetória, bem como os impactos sociais que essas trouxeram em um contexto mundial e especificamente no Brasil. A relevância de se abordarem determinadas questões pontuadas acima está em apreender-se um processo histórico vivido e poder-se aplicar o mesmo na realidade atual, percorrendo seus novos contornos e suas novas formas de se expressarem na realidade cotidiana dos sujeitos sociais.

Assim sendo, partiu-se da compreensão de que, desde o princípio, o homem se constitui como “ser social” a partir da sua capacidade teleológica. Esta possibilita a sua inserção nos processos de trabalho e, por conseguinte, a transformação da matéria-prima previamente projetada pelo mesmo, objetivando satisfazer as suas necessidades.

A partir desta consideração, pode-se pontuar que as necessidades humanas são mutáveis, ou seja, o processo de trabalho que dá origem a novos produtos obedece a uma evolução constante, tanto do homem que o realiza como da sociedade e do sistema vigente.

Sendo assim, essa evolução constante dá origem a um marco significativo no mundo do trabalho, a chamada Revolução Industrial.

A mesma faz surgir novas maneiras de se pensar o processo produtivo, assim como o homem e suas necessidades, gerando implicações, como a exploração do trabalho, em um primeiro momento; e, no seu decorrer, poder-se á acompanhar a redução desses postos, a precarização, a despolitização da classe trabalhadora, a alienação, e, também, o processo retroativo dos direitos sociais.

2.1 Os Movimentos do Processo de Industrialização

Durante o processo evolutivo do mundo, presenciamos alterações substanciais nas diversas esferas que compõem a vida social, ou seja, transformações na cultura, nos valores, nos modos de compreensão da vida e do universo, mas, muito além dessas, podem-se pontuar as transformações vivenciadas pelo mundo do trabalho, engendrado no sistema capitalista de produção, sendo este o ponto de partida, quando se trata de grandes mudanças na esfera econômica e social.

Nessa época de alterações no modo de produção, o engenheiro norte americano Frederick Winslow Taylor estudava como acrescentar as ciências da administração à rotina das fábricas, “ele começou a cronometrar o tempo gasto por trabalhadores em cada uma de suas ações – de martelar um prego a empilhar caixas.” (CARLOS, 2007, s.p)

Apropriando-se dos estudos de Taylor, o industrial Henry Ford passa a colocar em prática a teoria elaborada pelo mesmo, visando, assim, a produzir uma maior quantidade em um menor tempo, originando um sistema de produção conhecido como Taylorista-Fordista. Segundo Antunes (2008, p.24),

Iniciamos, reiterando que entendemos o fordismo *fundamentalmente* como a forma pela qual a indústria e o processo de trabalho consolidaram-se ao longo deste século, cujos elementos constitutivos básicos eram dados pela produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; através do controle dos tempos e movimentos pelo cronometro taylorista e da produção em série fordista; pela existência do trabalho parcelar e pela fragmentação das funções; pela separação entre *elaboração* e *execução* no processo de trabalho; pela existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela constituição/consolidação do *operário-mas-sa*, do trabalhador coletivo fabril, entre outras dimensões.

Com a citação de Antunes, pode-se elucidar a forma como estava organizada a exploração da força de trabalho. Essa linha de produção adotada resultou em um trabalho alienado e mecânico, espalhado por todos os territórios de produção no mundo. O trabalho parcelado e descontínuo acabava por

descaracterizar o processo, separando o indivíduo do produto final do seu trabalho. Vivia-se, nesse período, o trabalho especializado, ou seja, uma única função em uma cadeia de produção muito maior. Repetia-se, infinitas vezes, a mesma função, proporcionando ao processo uma rapidez que ainda não havia sido explorada e que era altamente rentável ao capital. Desta forma, pode-se reafirmar esta ideia por meio do que Yamamoto (2009, p.29) pontua:

[...] Os “30 anos gloriosos” – do pós-guerra até meados dos anos 1970 – marcaram uma ampla expansão da economia capitalista, sob a liderança do capital industrial, apoiada em uma organização da produção de bases tayloristas e fordistas, como estratégias de organização e gestão do processo de trabalho. [...] A estratégia taylorista/fordista de organização do processo produtivo implicava a produção em série e em massa para o consumo massivo, uma rígida divisão de tarefas entre executores e planejadores, o trabalho parcelar fragmentado e a constituição do “operário massa”.

Sendo assim, apropriando-se do contexto elucidado, até então, pelos autores de referência, apreende-se que o padrão de produção Taylorista-Fordista garantiu aos países um fator de desenvolvimento econômico e social; aumentou o padrão de vida da população, bem como o acesso aos bens, dando origem ao chamado Welfare State (Estado de bem-estar social). Mas, essa onda de expansão e glórias alcançou uma crise no padrão de acumulação, marcada, aqui, pela chamada Crise do Petróleo.

Na década de 70, foi descoberto que o petróleo, essa nova fonte de energia citada anteriormente, era um produto esgotável, o que resultou em uma crise econômica mundial, “tal afirmação elevou o preço do produto, em pouco mais de sete anos o preço do barril de petróleo praticamente triplicou”. (FREITAS, s.d, s.p)

Em meio a essa crise que a economia vivenciava, fez-se necessário modificar-se o modelo de produção, visando a diminuir, ao máximo os gastos desnecessários para os capitalistas, conforme observa Antunes (2009, p.37):

O entendimento dos elementos constitutivos essenciais dessa crise é de grande complexidade, uma vez que nesse mesmo período ocorreram mudanças intensas, *econômicas, sociais, políticas, ideológicas*, com fortes repercussões no ideário, na subjetividade e nos valores constitutivos da

classe – que – vive – do – trabalho, mutações de ordens diversas e que, no seu conjunto, tiveram forte impacto. Essa crise estrutural fez com que, entre tantas outras consequências, fosse implementado um amplo processo de reestruturação do capital, com vistas à recuperação do seu ciclo reprodutivo, [...].

É nesse cenário retratado por Antunes que o capital sente a necessidade de mudar o seu sistema produtivo e reprodutivo, sendo necessárias mudanças nas formas de pensar, agir, produzir, entre outras, tanto por parte da classe que vive da venda da sua força de trabalho como do sistema capitalista de produção e do Estado “mantenedor” da ordem social.

Portanto, foi a partir desse quadro que se instalou o modelo de produção conhecido como Toyotismo, criado pelo japonês Taiichi Ohno, a princípio instalado em fábricas de automóveis. Tal modelo tinha como principal característica produzir aquilo que era somente necessário com uma maior qualidade – uma flexibilização da produção, reduzir os estoques e diversificar os produtos, de forma que se evitassem gastos desnecessários da produção em massa. Assim afirma o entendimento a seguir:

Seus traços constitutivos básicos podem ser assim resumidos: ao contrário do fordismo, a produção sob o toyotismo é voltada e conduzida diretamente pela demanda. A produção é variada, diversificada e pronta para suprir o consumo. É este quem determina o que será produzido, e não o contrário como se procede na produção *em série* e *de massa* do fordismo. Desse modo, a produção sustenta-se na existência do *estoque mínimo*. (ANTUNES, 2008, p.32)

A linha de produção do toyotismo é vinculada às “necessidades” do consumidor e estas têm o dever de oferecer opções variadas de produtos; o trabalho precisa ser feito por uma equipe, para se aproveitar, melhor, o tempo de produção. E segundo Ricardo Antunes (1999, p.23), segue o sistema Kanban, uma ferramenta que possibilita o controle de reposição de peças e estoque, devido ao fato de o estoque desse sistema de produção ser mínimo. Com isto, as fábricas aos poucos deixam de ter uma administração centralizada, as unidades passam a ser desagregadas, assumindo um caráter turbinado/globalizado, o que como consequência, segrega a mão de obra e desorganiza a classe trabalhadora.

Conforme entende Mota (2009, p.60), tem-se:

[...] uma divisão internacional e sociotécnica do trabalho, que mantém a parte nobre (planejamento, projetos, pesquisa em C & T, designers etc.) da produção nos países centrais, enquanto transfere para os países periféricos o trabalho sujo precário, contando com uma mão-de-obra barata, a heterogeneidade de regimes de trabalho, a dispersão espacial e a desproteção dos riscos do trabalho.

A revolução tecnológica e suas inovações, que acontecem constantemente, foram e ainda são determinantes na alteração dos modos de produção. Essas, por sua vez, excluem trabalhadores não especializados, instalando dois tipos de força de trabalho que se situam em extremos diferentes e em polos opostos, um grupo formado por trabalhadores, polivalentes e qualificados, capazes de responder àquilo que o mercado espera; e o outro, formado por dois segmentos: o primeiro, uma massa desqualificada, que sobrevive do mercado de trabalho informal precário; e o segundo constitui um exército industrial de reserva, que está disposto a assumir qualquer posto de trabalho em busca da sobrevivência.

Essa passagem para uma produção flexibilizada refletiu mudanças no mundo do trabalho e na vida da classe operária, conforme observa Antunes (1999, p.24-25) ocorre uma crescente redução do número de trabalhadores estáveis, devido a uma desconcentração dos pólos produtivos; os serviços passam a ser terceirizados em inúmeras partes do mundo, de forma que assumem um universo de trabalho precarizado e desregulamentado, que tem atingido, cada vez mais, a mão de obra feminina e, de maneira criminosa, a “mão de obra” infantil. Em contrapartida, há uma exclusão da mão de obra jovem e de meia idade; e, cada vez mais, aumentam os níveis de exploração da classe trabalhadora.

Entre os embates enfrentados pelos trabalhadores, a principal perda foi sua capacidade e comprometimento organizativo, segundo Mota (2009, p. 63):

Ao mesmo tempo em que a burguesia consegue articular e agregar os interesses dos capitais de todas as partes do mundo, fragmenta as identidades e necessidades daqueles que vivem do seu trabalho. As consequências dessa fragmentação na composição e ação política das classes trabalhadoras resultam num processo de passivização das suas lutas. Em certa medida, as lutas sociais – apesar de presentes em todo o cenário mundial [...] – perdem força com a fragilização do movimento operário, que, ao adquirir um caráter de resistência, tem baixa incidência nas questões afetas às relações e processos de trabalho.

Em decorrência dessas transformações, tem-se que o trabalho passa por uma flexibilização muito grande, ocorrendo a despolitização dos trabalhadores, a apartação dos processos produtivos de trabalho e o advento do chamado trabalhador polivalente, ou seja, um indivíduo que ocupa várias funções ao mesmo tempo, refletindo na diminuição dos postos de trabalho e em uma alta qualificação de um número reduzido de trabalhadores. Em contrapartida, há um contingente imenso de trabalhadores que nunca irão fazer parte dos processos produtivos.

Além das questões relacionadas ao trabalho, o capital descobre nessa fase, outros interesses, entre eles a abertura dos mercados, o que lhe proporcionará um maior nível de produção, exploração e vendas.

Todos esses acontecimentos irão eclodir nos dias atuais – século XXI -, com a chamada Terceira Revolução Industrial, segundo Yamamoto (2009, p.33):

Vive-se hoje uma *terceira revolução industrial* acompanhada de profundas transformações mundiais. Assim como em etapas anteriores do desenvolvimento industrial, radicais mudanças tecnológicas envolveram uma ampla expulsão da população trabalhadora de seus postos de trabalho. Atualmente, segmentos cada vez maiores da população tornam-se sobrantes, desnecessários. Essa é a raiz de uma *nova pobreza* de amplos segmentos da população, cuja força de trabalho não tem preço, porque não têm mais lugar no mercado de trabalho. [...] São estoques de força de trabalho “descartáveis” para o mercado de trabalho, colocando em risco para esses segmentos a possibilidade de defesa e reprodução da própria vida. Existe “gente demais” para as necessidades da acumulação capitalista; [...].

Apropriando-se da citação acima, pode-se elucidar algumas dessas *radicais mudanças tecnológicas*, bem como alcançar, passo a passo, a globalização/mundialização. Com efeito o mundo torna-se mais acessível, realizam-se negócios de um lado do mundo com o outro extremo por meio de tecnologias cada vez mais avançadas e antes inimagináveis.

O mercado modifica seus contratos de trabalho, torna-os mais flexíveis, maleáveis, com acesso a oportunidades em todos os locais do mundo; o capital torna a convivência uma aldeia global; onde o interesse em se investir no social perde força, e busca-se a quebra de barreiras para maior acumulação do capital e, conseqüentemente, a minimização do Estado, descentralizando-o.

Em decorrência dessas transformações, a maior parte dos trabalhadores não encontra outra opção, a não ser adentrar o mercado de trabalho informal e precarizado, por estar à margem da pobreza e vivenciando inúmeras situações de vulnerabilidade, sendo essas expressões da questão social, resultantes daquilo que é produzido, hegemonicamente, pelo sistema capitalista e pela atual organização do Estado, a qual será discutida no próximo item deste estudo.

2.2 A Precarização do Trabalho como uma Expressão da Questão Social

Ao pensar na precarização do acesso ao trabalho ou, até, à falta do mesmo como uma expressão da questão social, procura-se esclarecer, em um primeiro momento, o que é a “Questão Social” objeto de trabalho do Serviço Social e (re) produtor de tais expressões.

Segundo Netto (2001, p.42), o termo “Questão Social” passou a ser utilizado na terceira década do século XIX, para evidenciar o fenômeno do pauperismo. Na medida que evoluía a capacidade de produzir riquezas aumentava-se a pobreza no decorrer do processo de industrialização, disfunções essas geradas pelo sistema em evidencia.

A “Questão social” é um fenômeno que resulta de diversos determinantes, a autora Potyara Pereira (2001, s.p) ressalta que essa é a soma de fatores estruturais que independem dos sujeitos em determinadas circunstâncias e da ação política dos sujeitos que a evidenciam e desejam transformar a realidade vivenciada pelos mesmos, sendo necessário que esses sujeitos sociais conscientes, politicamente problematizem e retirem o caráter natural dado às expressões da questão social produzidas pelo modo capitalista.

No Brasil, a “Questão Social” se manteve longe da agenda pública, pois, até então, era entendida como caso de polícia, e não de política. Assim reproduzia o Presidente Washington Luiz, até o momento em que, passou a ser problematizada junto ao processo de industrialização que se deu por volta da

década de 30 – o qual será discutido no próximo subitem. Esse demandou a necessidade de uma mão de obra especializada, abrindo as portas para a mão de obra dos imigrantes, que, por sua vez, já sabiam manifestar-se enquanto classe e conheciam a necessidade de a classe trabalhadora se manter unida, para a problematização das expressões que vivenciavam, conforme aponta a citação a seguir:

Um fator positivo do final da década de 1910 e início da de 1920 no Brasil é a chegada dos imigrantes europeus ao país, muitos deles trazendo consigo histórias de resistência e a consciência da importância da união para a classe operária [...]. É nesse contexto conturbado que a questão social começa a emergir no país, enraizando-se historicamente somente na década seguinte, com o surgimento de algumas correntes políticas de grande importância para a tomada de consciência e organização da classe operária. (SCANDELAI, s.d, p.2)

Conforme contextualizado, entende-se que o termo compreende o conflito do capital e do trabalho, historicamente problematizado na sociedade brasileira, um conflito que se dá na disputa de interesses opostos de duas classes distintas: a que oferece a mão de obra e a que explora e vive dos lucros extraídos dos proletários na reprodução e manutenção do capitalismo. Assim ressalta o autor:

O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a “questão social” – diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da “questão social”; esta não é uma sequela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante. A “questão social” é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo. Não se suprime a primeira conservando-se o segundo. (NETTO, 2001, p.45)

Desse modo pode-se entender a “Questão Social”, sendo um elemento constitutivo do capitalismo, e não como resultado negativo do mesmo, mas, sim, fazendo parte deste e mantendo-o. O Estado engendrado nessa dinâmica discutida acima, “molda-se” aos interesses econômicos capitalistas, refletindo, desse modo, alterações nas outras “esferas”, como a sociedade civil e suas reproduções inerentes à vida.

Dessa forma, entende-se que a questão social é ampla e complexa, para ser apreendida, existindo várias concepções acerca da mesma, sendo

abordadas por autores diversos. Machado (s.d, s.p) observa a Questão Social da seguinte forma:

[...] a questão social é uma categoria que expressa a contradição fundamental do modo capitalista de produção. Contradição, esta, fundada na produção e apropriação da riqueza gerada socialmente: os trabalhadores produzem a riqueza, os capitalistas se apropriam dela. É assim que o trabalhador não usufrui das riquezas por ele produzidas. (grifo nosso)

Machado relata entretanto, que toda riqueza produzida advém da força de trabalho explorada pelo homem pelo capitalista, sendo a mesma subtraída e separada de seu real produtor, alienado ao processo e que se caracterizará como o único que não participa da “divisão do bolo”, ou seja, da repartição da riqueza socialmente produzida.

É devido a essa contradição e à exclusão da participação nas riquezas produzidas pelos trabalhadores que Machado (s.d, s.p) retoma seu pensamento e pontua:

E as consequências da apropriação desigual do produto social são as mais diversas: analfabetismo, violência, desemprego, favelização, fome, analfabetismo político, etc.; criando “profissões” que são frutos da miséria produzida pelo capital: catadores de papel; limpadores de vidro em semáforos; “avião” – vendedores de drogas; minhoqueiros – vendedores de minhocas para pescadores; jovens faroleiros – entregam propagandas nos semáforos; crianças provedoras da casa – cuidando de carros ou pedindo esmolas, as crianças mantêm uma irrisória renda familiar; pessoas que “alugam” bebês para pedir esmolas; sacoleiros – vivem da venda de mercadorias contrabandeadas; vendedores ambulantes de frutas; etc. Além de criar uma imensa massa populacional que frequenta igrejas, as mais diversas, na tentativa de sair da miserabilidade em que se encontram. (grifo nosso)

Dando-se sentindo aos dizeres da autora, a mesma relata nada mais nada menos que a realidade, sendo o conflito entre capital x trabalho – origem da questão social – gerador de consequências ou as também conhecidas expressões da questão social, estas se colocam na realidade brasileira das mais diversas formas e roupagens. A autora cita apenas algumas delas, que podem ser produzidas pelo processo de precarização do trabalho e do não acesso ao mesmo que se tem vivenciado e discutido até então.

Ainda sob esta perspectiva de discussão da questão social, deve-se ter, em mente, que a mesma é objeto de intervenção do Assistente Social, ou seja, enquanto profissional qualificado vai-se formar apto a identificar e desvendar as expressões da questão social que se materializam sob diversas facetas na brasileira realidade cotidiana. Sendo assim, trar-se-á a visão de lamamoto (s.d, p.17) sob tal especificidade e perfil da profissão frente ao seu objeto de intervenção:

[...] os assistentes sociais por meio da prestação de serviços sócio assistenciais nas organizações públicas e privadas inseparáveis de uma dimensão educativa ou político-ideológica, interferem nas relações sociais cotidianas, no atendimento às mais variadas expressões de questão social, tais como experimentadas pelos indivíduos sociais no trabalho, na família, na luta pela moradia e pela terra, na saúde, na política social pública, etc. Questão social que, sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que ao vivenciar as desigualdades a elas resistam e expressam seu inconformismo. É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção de rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situado neste terreno movido por interesses sociais distintos aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade.

Retoma-se o pensamento colocado no início do subcapítulo, a questão social é inerente ao sistema capitalista e enquanto o mesmo existir, irá produzir as mazelas de uma sociedade que se encontra em contradição. Segundo lamamoto (s.d, p.17), a questão social, muito além de produzir expressões, também produz embates, ou seja, produz consciência e problematização dos indivíduos frente a suas condições de vida e é nesse campo contraditório de interesses que o Assistente Social estará inserido e deverá sensibilizar o seu olhar para a crítica da realidade vivenciada pelos sujeitos sociais com vistas à viabilização da garantia dos direitos sociais, da liberdade, autonomia, da não discriminação, entre outros princípios que regem a profissão.

Sendo assim, conforme contextualizado até então e a partir das concepções dos diversos autores sobre a questão social e suas expressões, concebe-se que o projeto neoliberalista produz transformações na esfera do Estado, porém este último não pode ser compreendido como dissociado da Sociedade Civil e do Trabalho.

Deve-se ter, em mente que as mudanças gestadas no Estado terão implicações nas demais esferas, pois este é partícipe de um sistema.

Um desses rebatimentos produzidos, tanto pelo sistema capitalista como por meio da reestruturação do Estado com o Neoliberalismo, é a precarização do trabalho e suas demais expressões. Esta pode ser encontrada em todos os lugares do mundo, nos dias atuais, implicando em diversas questões, como o acesso aos direitos, à renda, à alimentação ou, até mesmo o não acesso ao trabalho, além de contribuir, largamente, para a eclosão do que lamamoto (2009, p.33) chama de “*nova pobreza*”.

Sendo assim, cabe ao Serviço Social, enquanto uma profissão especializada e inserida na divisão sócio-técnica do trabalho, desvelar as expressões da questão social, sendo a precarização do trabalho e o não acesso ao mesmo uma delas.

Segundo lamamoto (2009, p.27),

[...] o Serviço Social tem na *questão social* a base de sua fundação como especialização do trabalho. Questão social apreendida como o *conjunto das expressões* das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.

O conflito entre capital x trabalho é o gerador primeiro da questão social, razão por que se deve compreender esta última como objeto de trabalho do Serviço Social, cabendo ao mesmo desvelar as expressões da questão social e intervir, com vistas a transformar algum grau da realidade dos sujeitos sociais que a problematizaram.

É de suma importância ressaltar-se que as expressões da questão social se alteram através do tempo e também, dos sujeitos que a problematizam. Sendo, a precarização do trabalho e o não acesso ao mesmo uma das expressões da questão social mais materializadas no Brasil atualmente, ir-se á discorrer sobre a importância da atenção a esse fenômeno.

Atualmente, o sistema capitalista de produção vivencia uma maior flexibilidade e isso reflete, diretamente, na sua força de trabalho, segundo lamamoto (2009, p.31):

[...] A indústria, os serviços bancários, a maior parte das atividades econômicas de ponta vêm alterando suas formas de organizar a produção (no sentido lato) o que alguns qualificam de *acumulação flexível*, ou do *modelo japonês ou toyotismo* enfaixadas no mote da *flexibilização*. Busca-se uma *flexibilidade no processo de trabalho*, que vem acompanhada da *desregulamentação dos direitos do trabalho*, de *estratégias de informalização da contratação dos trabalhadores*; uma *flexibilidade dos produtos*, pois as firmas hoje não produzem necessariamente em série, mas buscam atender as particularidades das demandas dos mercados consumidores e uma *flexibilidade dos padrões de consumo*. (grifo nosso)

Por meio da citação, pode-se observar que o sistema de produção gera, em suas próprias mazelas, a precarização do trabalho, e mais adiante, o não acesso ao mesmo, sendo estes produtos da industrialização e do capital, a busca incessante de lucros e mais-valia acaba por explorar e colocar em situações cada vez mais adversas a classe que sobrevive da venda de sua força de trabalho.

Além desse processo de flexibilização da produção e dos contratos de trabalho, o capital vive um momento onde tornar as empresas mais enxutas é altamente rentável, “cria-se uma ‘empresa mãe’ (*holding*), que reúne, em torno de si, pequenas e médias empresas, que fornecem produtos e serviços, estabelecendo-se a chamada *terceirização*” (IAMAMOTO, 2009, p.31-32). O produto dessa *terceirização* das empresas são contratos de trabalho de curto prazo, insegurança, baixos salários, redução dos direitos sociais, ou seja, a precarização do trabalho propriamente dita.

Tem-se um momento de retrocesso em que o capital avança e, em contrapartida, a sociedade civil retrocede em suas conquistas.

O mercado de trabalho diminui seus campos, pois a tecnologia avança a passos largos e substitui uma quantidade considerável de trabalho humano. O mesmo busca profissionais altamente qualificados e que possam realizar várias funções ao mesmo tempo, porém tem-se um buraco nessa procura, sendo que a qualificação profissional, no Brasil, está aquém dos desejos industriais. Em contrapartida, tem-se um número de trabalhadores expulsos do mercado de trabalho, que cada vez aumenta mais, sendo que a grande parcela dessa massa nunca vai encontrar espaço no mercado de trabalho, restando a ela formas alternativas de sobreviver, por meio de trabalhos informais e outros.

Segundo lamamoto (2009, p.32),

Esse processo de “modernização da produção” vem redundando, contraditoriamente, na recriação de formas de trabalho antigas, como o trabalho a domicílio, o trabalho familiar, o não reconhecimento de direitos sociais e trabalhistas e, fundamentalmente, um maior índice de desemprego estrutural. Trabalhar com mais eficiência, com moderna tecnologia e alta qualificação da força de trabalho nos setores de ponta da economia, implica uma redução da demanda de trabalhadores e expulsão de mão-de-obra.

Assim, conforme descrito na citação, tem-se que os processos modernos do trabalho estão recriando sob novas formas antigos modelos de exploração, têm-se direitos sociais trabalhistas enfraquecidos pela despolitização da classe trabalhadora, alterações nas relações sociais entre detentores dos meios de produção e força de trabalho, fazendo emergir, em seu bojo, contradições e situações que levam a exigências profissionais cada vez maiores, e ao mesmo tempo, há uma redução dos postos de trabalho e expulsão da mão de obra.

Estando a precarização do trabalho instalada, caminha-se para o segundo rebatimento do processo de industrialização avançado e da reforma do Estado brasileiro, sendo este o não acesso ao mercado de trabalho. Sobre este aspecto, lamamoto (2009, p.33) observa:

[...] Atualmente, segmentos cada vez maiores da população tornam-se sobrantes, desnecessários. Essa é a raiz de uma *nova pobreza* de amplos segmentos da população, cuja força de trabalho não tem preço, porque não têm mais lugar no mercado de trabalho. [...] São estoques de força de trabalho “descartáveis” para o mercado de trabalho, colocando em risco para esses segmentos a possibilidade de defesa e reprodução da própria vida. Existe “gente demais” para as necessidades da acumulação capitalista; [...].

Tem-se, assim, um dos direitos fundamentais do homem negado, o direito à vida.

O homem faz-se por meio do seu trabalho. Sendo o mesmo negado, questiona-se qual alternativa teria este homem? Diante de um Estado contemporâneo, este se anula em relação a si próprio, e de um capital egoísta, que se importa apenas com acumular riquezas. É esta indagação que irá mover as seguintes discussões, abordando, mais adiante, no decorrer deste trabalho, a Economia Solidária como uma possível alternativa de enfrentamento a esta problemática.

Portanto, o trabalho, no Brasil, que tanto avançou – política e economicamente - com as conquistas dos direitos trabalhistas passa a adquirir conotações de tempos antigos.

Mattoso apud Yamamoto (2009, p.33), diz que se vivencia:

[...] a insegurança no mercado de trabalho, a insegurança no emprego, a insegurança na renda, a insegurança na contratação, a insegurança na representação do trabalho, na organização sindical e na defesa do trabalho. Na sociedade brasileira esse quadro assume conotações particulares e mais graves, visto que ao desemprego, resultante das novas tecnologias, soma-se o persistente desemprego, estrutural, as relações de trabalho presididas pela violência, a luta pela terra, o trabalho noturno, as relações de trabalho clandestinas, o trabalho escravo, que passam a adquirir uma certa “máscara de modernidade” nesse país. Em outros termos, umas das consequências desta “modernidade” tem sido reforçar traços históricos persistentes da nossa formação social.

Assim, mediante o que foi exposto e apropriando-se desta citação, pode-se observar que ao homem esta sendo negado o direito à vida por meio de um trabalho digno que lhe possibilite a sobrevivência e o respeito ao ser social que este é, restando ao trabalhador que vivencia o desemprego estrutural as formas de espoliação da sua força de trabalho e todas as inseguranças pontuadas acima, vivenciar os retrocessos, no que tange ao acesso aos direitos sociais que se podem visualizar no cenário brasileiro.

2.3 Os Rebatimentos do Processo de Industrialização no Brasil: Um Panorama sobre as Transformações no Estado, Mercado de Trabalho e Direitos Sociais

Conforme o contexto apresentado acima, sobre os processos de industrialização mundial, seus rebatimentos na chamada classe trabalhadora, tem-se que, neste país, não tem sido diferente.

O Brasil vivenciou, mais tardiamente que a Europa, a sua Revolução Industrial, sendo esta datada da década de 30, após a crise de 29, que levou à quebra da bolsa de valores e, conseqüentemente, ao declínio da produção e

exportação do café, principal fonte de renda no Brasil, naquela época. Segundo análise de Vallone, em Revista Cafeicultura (2009, s.p), sobre esse período, a mesma pontua que

A Crise de 1929 atingiu em cheio a economia do Brasil, muito dependente das exportações de um único produto, o café. Mas, mais do que gerar dificuldades econômicas, o crash [...] provocou uma mudança no foco de poder no país [...], ou seja, redirecionou as prioridades políticas e de investimento do capital no Brasil.

Portanto, é a partir de 30 que se vivencia o chamado período desenvolvimentista. Com a chegada da Revolução Industrial no Brasil, as máquinas modificaram um sistema de produção, que era caracterizado pela agro- exportação. Sendo assim, não existiam trabalhadores fabris que pudessem compor os “chãos de fábrica”, já que, historicamente, esse foi o marco inicial deste processo.

A solução encontrada para a questão acima citada foi captar imigrantes Europeus por meio de promessas vultosas de um país que estava em plena expansão e que viria a dar bons frutos aos seus novos trabalhadores.

Devido ao crescimento econômico, as pessoas migraram para as cidades, aumentando-as e vivendo em condições precárias.

Assim sendo, o desenvolvimento da indústria começou a causar impactos negativos na sociedade: eleva-se a pobreza, paga-se muito pouco por jornadas de trabalho extensas, trabalha-se em situações de insalubridade, em locais pequenos, apertados, clandestinos, sem higiene e perigosos.

Dessa forma, soma-se a massa de trabalhadores fabris às mulheres e às crianças, sendo essas uma alternativa de mão de obra barata e facilmente cooptada por industriais, já que as condições de sobrevivência nas cidades eram muito ruins para as pessoas que vieram do campo e que não apresentavam nenhuma instrução, para poderem ser inseridas em outras formas de trabalho.

Juntamente com os Europeus que já tinham uma consciência, per si, mais amadurecida, os trabalhadores fabris começaram a pressionar o Estado em busca de melhores condições de vida, conforme observa Pennacchi (2010, p.13), “Nesses momentos iniciais da organização do movimento operário, destacou-se a

influência da ideologia anarquista, trazida ao Brasil por trabalhadores imigrantes, sobretudo italianos e espanhóis”.

Sendo assim, foi a partir desse contexto e das pressões populares empregadas nesse período que, aproximadamente entre a década de 30 e 70, houve a instalação do denominado Estado de Bem-Estar Social Brasileiro. Autores divergem sobre a existência do mesmo, mas partir-se-á da análise estatal sobre ele.

O Welfare State, ou Estado de Bem-Estar Social, teve sua origem na América do Norte. Ele é caracterizado por um Estado forte e centralizado, onde as ações do mercado e da sociedade civil perpassam por ele e pode ser intitulado, também, como Estado Providência, ou mesmo caracterizado como um período desenvolvimentista, como foi no Brasil, segundo ressalta Pennacchi (2010, p.6) sobre este momento:

[...] o movimento de 1930 – refletindo um processo que ocorreria em todo o mundo ocidental - foi um golpe para anular as forças operárias que se opunham às oligarquias e que reivindicavam um Estado mais democrático. O grupo que assumiu o poder representava uma nova composição política, acomodando as elites em ascensão e apesar de refletir o declínio econômico dos cafeicultores, não vedava sua participação no governo. Getúlio Vargas assumiu a presidência do Governo Provisório estabelecido em novembro de 1930, comprometendo-se a criar uma Assembléia Constituinte e elaborar uma nova Constituição democrática para o país, mas um decreto lhe garantiu o direito autocrático de fazer decretos-lei, assumir a chefia dos poderes Legislativo e Executivo e de centralizar em suas mãos todo o poder político do país. (grifo nosso)

Portanto, o Estado de Bem-Estar Social seria forte e interventor e daria conta de responder às demandas sociais por meios de legislações e políticas públicas de alcance a todos, proporcionando ao Brasil um período longo e expansivo, chamado de Anos Dourados, e que levou a um período de prosperidade, no que tange a parte econômica.

Esse período foi sustentado por um sistema capitalista que avançava a passos largos e o interesse geral era o de que se, aumentasse, tanto, a produção, como o consumo de bens, logo o aumento dos sujeitos empregados e da satisfação pelo alcance dos direitos sociais produziram um efeito de satisfação social e do mercado, ou seja, a chamada época desenvolvimentista. Segundo Iamamoto (2009, p.30),

Esse padrão de desenvolvimento possibilitou o avanço de certas conquistas no campo do bem-estar social, especialmente nos países de primeiro mundo, por meio do conhecido *Welfare State*. O Brasil, não tendo experimentado um Estado de Bem-Estar Social na sua completude, viveu o que Oliveira já denominou de *Estado do Mal-Estar Social*.

Sendo assim, o Estado de Bem-Estar Social além de ser centralizado e responsável por um significativo avanço, também visava, em suas intenções, a “conter” as classes e os movimentos populares dos empregados, já que os mesmos não eram interessantes para o momento de crescimento em que o país se encontrava. Portanto, o Estado representava um papel de consenso e de coerção, fazendo um jogo duplo que o favorecia, tanto em relação à sociedade civil quanto ao crescimento do mercado e da hegemonia da classe burguesa, reproduzindo seus interesses, como se os mesmos fossem gerais, de toda a população.

Foi nesse movimento que o Estado de Bem-Estar Social encontrou seu fim, próximo à década de 70 em diante, pois houve um movimento de (contra) reforma do Estado proposto pelos governos atuantes na época. Segundo Montão e Duriguetto (2010, p.203),

A chamada “reforma do Estado” funda-se na necessidade do grande capital de *liberalizar* – desimpedir, desregulamentar – os mercados. Assim, concebe-se como parte do *desmonte* das bases de regulação das relações sociais, políticas e econômicas. Portanto, tal reforma deixa claro que seu caráter não é um “ajuste positivo” de caráter meramente administrativo-institucional, apenas no plano político-burocrático, mas está articulada à reestruturação produtiva, à retomada das elevadas taxas de lucro, da ampliação da hegemonia política e ideológica do grande capital, no interior da reestruturação do capital em geral – tem assim um caráter político, econômico e ideológico que visa alterar as bases do “Estado de Bem-Estar Social” e do conjunto da sociedade, construídas no interior de um “pacto social-democrata”, no período do pós-guerra, e que conformam o “Regime de Acumulação fordista-keynesiano”. Tem por objetivo esvaziar diversas conquistas sociais, trabalhistas, políticas e econômicas desenvolvidas ao longo do século XX e, portanto, no lugar de uma “reforma”, configura um verdadeiro processo de **(contra)reforma do Estado**.

Essa (contra) reforma propunha a implantação do chamado neoliberalismo como nova forma de gestão, sendo que o mesmo ocasionou, no Brasil, a diminuição da intervenção do Estado, agora correspondendo a interesses econômicos e políticos, que estavam vinculados a um contexto histórico que se irá discutir.

Segundo Batista (1994, p.5-18), no ano de 1989, membros do FMI (Fundo Monetário Internacional) e do Banco Mundial reuniram-se em Washington, convocados pelo Institute for International Economics – Instituto de Economia Internacional -, para analisar e avaliar como se encontrava a economia da América Latina.

Esse encontro resultou no conhecido “Consenso de Washington”, que visava a discutir medidas para a aceleração e crescimento dos países latinos. John Williamson, o diretor do instituto, propôs que fossem avaliados dez pontos dos países latino americanos, sendo estes: disciplina fiscal; priorização dos gastos públicos; reforma tributária; liberalização financeira; regime cambial; liberalização comercial; investimento direto estrangeiro; privatização; desregulação e propriedade intelectual.

O debate desses pontos possibilitou a construção de um viés para a implantação de uma política neoliberal,

Embora tivessem, a princípio, um caráter acadêmico, as conclusões do Consenso acabaram tornando-se o receituário imposto por agências internacionais para a concessão de créditos: os países que quisessem empréstimos do FMI, por exemplo, deveriam adequar suas economias as novas regras. (NEGRÃO, s.d, s.p.)

Assim, o Consenso de Washington está vinculado ao conjunto das mudanças neoliberais, que representou, no Brasil, um retrocesso no acesso aos direitos sociais, na diminuição e precarização dos postos de trabalho e, também, na ausência do mesmo em relação à efetivação do seu papel para com a sociedade civil.

Este último preocupa-se apenas com a abertura dos mercados para a concorrência intercapitalista, conforme Marco Aurélio Nogueira (1989/90, p.3-4):

O mote seria dado, como sempre, pelo problema da política salarial e da indexação de preços e salários. Embora tentando manter-se na ofensiva – por exemplo, através do lançamento da idéia e, pela enésima vez, da proposta de um grande “acordo nacional” - o governo irá agir a passos lentos e sem articulação. Permanecerá como que encantado com sua maior criação, limitando-se a repetir que suas medidas fiscais e monetárias por ele concebidas com tanto engenho eram as únicas capazes de diminuir a quantidade de dinheiro em circulação, eliminar a inflação, promover uma “suave e curta” recessão e devolver ao Estado a capacidade de elaborar e conduzir a política econômica, garantia maior do êxito futuro. Verdadeiros

agentes da mudança, o Estado e o governo são postos no centro do palco, mais uma vez apresentados como (re)construtores da nação. A prática contrariava o discurso neoliberal com que o presidente anunciara a reforma econômica de 16 de março: “O Estado não é mais o motor de nossa história nem tábua de salvação. Na democracia quem salva a nação não é o governo, é a sociedade.”

A partir dessa configuração do Estado descrita pelo autor citado acima, concebe-se que é a partir do governo Collor, na década de 90, onde se iniciou a implantação dos princípios da política neoliberal.

Porém esses só são firmados e avançam no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso com as intenções e estratégias planejadas pelo seu ministro Bresser Pereira, por meio do Plano Real e de outras medidas que possibilitariam a “Reforma do Estado”.

FHC apresentava um discurso baseado nos ideários do Consenso de Washington:

Sua tese era baseada na necessidade de uma “liberalização” das travas corporativas, que bloqueavam o surgimento de um empresariado dinâmico. O sucesso de sua estratégia, o Plano Real, o levou a vencer as eleições em 1994 e dar prosseguimento em seu projeto. Este plano faz parte de uma série de medidas que visavam a estabilização monetária e o fim de um duradouro regime de hiperinflação. (CARINHATO, 2008, p.39)

E em relação a essa tese, Carinhato (2008, p. 40) observa:

Esta estratégia tinha o seguinte receituário: combate à inflação, através da dolarização da economia e valorização das moedas nacionais, associado a uma ênfase na necessidade de ajuste fiscal. Junto dessas orientações, ainda podemos citar a reforma do Estado – mormente privatizações e reforma administrativa – desregulamentação dos mercados e liberalização comercial e financeira.

Constituída a determinada reforma para um Estado Neoliberal, entendia-se que o país iria crescer economicamente, abrindo as fronteiras para as concorrências intercapitalistas, de modo a acompanhar a economia globalizada, mundializada e flexibilizada. Ao adotar essa linha política, os cidadãos brasileiros passam a ser livres, para competir uns com os outros, para lutar por aquisição de

capital e, também, por sua “sobrevivência”. Vendia-se a ideia de que todos poderiam “conquistar o que quisessem” - sendo a situação de pobreza e vulnerabilidade culpa do próprio sujeito que a vivência –, porém, para que isso viesse a se tornar viável, seria preciso diminuir as ações do Estado, para que este voltasse a se estruturar economicamente, o que representou uma redução nos gastos “desnecessários”, ou seja, na área social, implantando-se, então, políticas públicas restritas, focalizadas e/ou ações efetivadas pela então chamada sociedade civil e mercado, sendo estes entendidos como “novos canais” de respostas às expressões da questão social vivenciada pelos cidadãos.

Esse movimento favorecia, amplamente, a acumulação capitalista, mas, em contrapartida, retrai as conquistas sociais, como os direitos alcançados até então, e o autor Carlos Montaña (2003, p.225) esclarece como de fato isso aconteceu:

Como, então retirar do Estado todas aquelas conquistas sem criar um processo de convulsão social que pudesse levar a uma profunda crise e provável quebra institucional? Seguindo este triplo caminho:

- a) para encobrir a desregulação dos *direitos trabalhistas*: a “terceirização” e a “flexibilização” do contrato de trabalho eliminam (sem desmascarar) os direitos conquistados pelo trabalhador assalariado; paralelamente, o desenvolvimento dos direitos do consumidor opera ideologicamente como desenvolvimento de uma “nova cidadania”;
- b) para ocultar o esvaziamento dos *direitos democráticos*: a chamada “globalização” política – mundialização do capital, via expansão de organizações transnacionais: BID, FMI, OMC, G7, BM, Otan, via empresas multinacionais – esvazia (desigualmente) as democracias baseadas nos Estados nacionais, escamoteando o poder e autonomia dos países (cf. Held, 1991);
- c) para legitimar o esvaziamento dos direitos sociais e particularmente o recorte das políticas sociais: fomenta-se, a partir de “parcerias”, o crescimento (e a imagem de “passagem compensatória”) da atividade do chamado “terceiro setor”, essa miscelânea de indivíduos, empresas, ONGs.

Portanto, com a ascensão do Estado Neoliberal, as mudanças que o mesmo traz consigo afetam, de forma negativa, a classe trabalhadora e seus postos de trabalho, “acompanhadas de profundas mudanças na *esfera do Estado*, consubstanciadas na *Reforma do Estado*, exigida pelas “políticas de ajuste”, tal como recomendadas pelo *Consenso de Washington*” (IAMAMOTO, 2009, p.34); diminuem-se os postos de trabalho e se desarticula a classe trabalhadora, extraíndo,

ao máximo, a sua força de trabalho e deixando os trabalhadores submetidos a vontade dos capitalistas.

Com isto, por um lado, temos que o constante aumento do desemprego estrutural, a precarização das condições de trabalho e o esvaziamento de sistemas de proteção legal do trabalhador, gerados como exigência da reestruturação produtiva, precisam ser escamoteados, ocultados, relativizados, para torna-los aceitáveis pela população. Por outro lado, o esvaziamento dos princípios democráticos nacionais, as antipopulares reformas administrativas do Estado, a retirada da responsabilidade estatal na resposta às sequelas da “questão social”, [...] (MONTAÑO, 2003, p232)

Assim, o neoliberalismo impulsiona o avanço da mundialização econômica, porém se destitui de toda responsabilidade para com os sujeitos sociais, atuando em um cenário onde o único “recompensado” por suas ações e atuações é a alta burguesia e o sistema capitalista como um todo, de forma que aos sujeitos que têm seus direitos negados com a nova “estrutura estatal” restam algumas opções que lhes são ofertadas; ou seja, procurar novas formas de empregar sua força de trabalho, com vistas a garantir, ao menos, os mínimos sociais.

Por fim, seguindo a lógica e o contexto utilizado até então, observa-se a vivência de um momento de desmonte dos postos de trabalho, dos direitos sociais e trabalhistas, da desresponsabilização estatal em face das expressões da questão social, problematizadas pelos sujeitos sociais, além da flexibilização e mundialização engendrada nos processos produtivos e sustentada pelo sistema capitalista.

Em face disto, o grupo irá problematizar, no próximo capítulo, uma das alternativas de que se tem registro e que se irá propor a discutir, sendo esta a Economia Solidária. Quer dizer que por meio de Cooperativas autogestionárias, o trabalhador que está sendo, cada vez mais, posto à margem dos processos produtivos, se insere e produz coletivamente e em uma relação horizontalizada com outros sujeitos sociais, produtos para a venda e para a repartição do montante de produção final com os seus parceiros.

As ações pautadas pela lógica da Economia Solidária não podem ser compreendidas como de caráter permanente, pois não é a sociedade civil quem tem de dar respostas às expressões da questão social vivenciadas por ela, mas, sim, compreendidas como de caráter pontual e emancipatório, mediante um

acompanhamento do profissional Assistente Social, no que diz respeito a viabilizar a construção de movimentos em busca da efetivação do acesso aos direitos sociais do homem.

Assim sendo, reitera-se que é de suma importância a presença do Assistente Social em cooperativas pautadas nos princípios de Economia Solidária, pois o mesmo, amparado pela sua direção ético-política e aliado a outros profissionais que compartilhem da mesma forma de pensamento, pode viabilizar a sensibilização dos sujeitos sociais para uma consciência de classe, ou seja, por intermédio da construção desta última, mobilizar os sujeitos e empurrar para o Estado, que se tem isentado de suas responsabilidades, uma demanda que cabe a ele dar respostas, sendo esta a expressão da questão social que se tem materializado na precarização do trabalho e do não acesso ao mesmo.

3 OLHARES ACERCA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA ANÁLISE DA SUAS DETERMINAÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS E SEUS REBATIMENTOS SOCIAIS

O presente capítulo tem por objetivo evidenciar o surgimento da economia solidária, devido a um contexto histórico de precarização, desregulamentação dos direitos sociais, de modo que se compreende a Economia Solidária como uma forma de se posicionar contra essa turbulência apresentada pelo modo de produção capitalista. Assim ao mesmo tempo em que produz grandes riquezas, “gera” a situação de vulnerabilidade e subalternidade daqueles que a mesma entende que só têm a oferecer a mão de obra explorada.

Desse modo, pretende-se retratar como ocorreram as principais marcas históricas da Economia Solidária e o surgimento de cooperativas autogestionárias, de maneira que se entende essa como uma forma de emancipar aqueles que vivenciam as mazelas produzidas pelo capitalismo.

3.1 A Economia Solidária em seu Contexto Mundial

A Economia Solidária, pautada em princípios do cooperativismo de uma relação horizontal entre os sujeitos e de uma produção que visa à igualdade na repartição do que foi denominado lucro, está ligada a um contexto histórico de sujeitos marcados pelo capitalismo industrial, que reagem aos novos parâmetros de produção impostos, que serão discutidos adiante.

A ascensão do capitalismo se deu junto à evolução do modo de produção – processo de industrialização “[...] o momento decisivo para o capitalismo ocorreu na Inglaterra com a Revolução Industrial do final do século XVIII e início do século XIX, sendo este o momento mais decisivo no desenvolvimento econômico e social desde a idade média”. (CORREIA, s.d.; p.131)

O capitalismo nasceu, superando o até então conhecido modo de produção, o Feudalismo, este baseado em uma produção de cultura artesanal, onde, na maioria das vezes, o local de moradia era o mesmo da produção realizado entre os membros da família. O processo de industrialização alterou essa realidade. As alterações, segundo Masi (1999, p.151-152) apud Frantz (2012, p.15), foram as seguintes:

- Concentração de grandes massas de trabalhadores assalariados nas fábricas.
- Produção em massa.
- Urbanização da economia e da vida.
- Predomínio da economia industrial no conjunto da economia nacional;
- Mudanças no processo produtivo, mediante aplicação das descobertas científicas que eram incorporadas ao mundo da produção.
- Organização racional do processo de trabalho.
- Divisão social do trabalho.
- Especialização de tarefas e funções no processo de trabalho.
- Separação entre o local de vida e de trabalho.
- Progressiva escolarização da população.
- Separação entre capital e trabalho, com crescentes conflitos nas relações de trabalho [...].

- Sincronização dos tempos da vida com os tempos da máquina: substituição do tempo e do ritmo da natureza.

Dessa forma, essas alterações modificaram os modos de vida das pessoas, passaram a exigir novas posturas da mão de obra e cada vez mais se visava o lucro dos detentores dos meios de produção. Como consequência, isso fez com que surgissem expressões da questão social resultantes desse momento histórico, sendo o cooperativismo uma forma de resistência às consequências das alterações dos modos de produção.

Assim sendo, nesse contexto histórico, Paul Singer (2002, p.24-26) ressalta que o Cooperativismo, a principal base da Economia Solidária, nasceu um pouco depois do capitalismo industrial, como uma forma de reação ao processo de empobrecimento vivenciado pelos artesãos. O britânico Robert Owen, um industrial têxtil, que sempre esteve preocupado com o bem-estar de seus funcionários – o que, como consequência, lhe trazia uma maior produtividade -, em 1817, apresentou um plano ao governo britânico, para que os fundos destinados ao sustento dos pobres fossem invertidos em compra de terras, para construção de aldeias cooperativas. Essas abrigariam por volta de 1200 pessoas, que passariam a produzir para sua própria subsistência e o excedente poderia ser trocado entre as outras. O governo se negou a esse plano, pois reconhecia, nele, uma mudança no sistema social, podendo vir a ser uma superação do capitalismo.

Porém suas ideias se espalharam, de modo que surgiram alguns seguidores de sua teoria e passaram a colocá-las em prática, formando cooperativas.

Seguindo, ainda, a obra de Singer (2002, p.27-28), este ressalta que a primeira Cooperativa owenista foi criada em Londres, em 1821, formada por jornalistas e gráficos, que fundaram uma comunidade, para, juntos, viver dos ganhos dos seus trabalhos. Uma outra Cooperativa foi a comunidade Orbiston, em 1826, liderada por Abram Combe, baseada em um sistema de repartição em pagamento igual por hora de trabalho de qualquer pessoa, porém, infelizmente, com a morte de Abram, seu irmão despejou a comunidade. Brighton, localizada no Reino Unido, também foi cenário para uma iniciativa do cooperativismo. O médico, Dr. William

King, fundou a Associação Cooperativa de Troca de Brighton, formada por uma maioria de operários, que arrendou terras e passou a fazer o cultivo de legumes.

Contudo cabe ressaltar-se que Owen, a principal figura para o cooperativismo, influenciou, também, a pioneira Cooperativa Rochdale, como afirma o seguinte entendimento:

Owen teve relevante influência nos Pioneiros de Rochdale. Aos poucos foram se constituindo grupos que seguiam princípios cooperativistas, sendo que a Cooperativa Pioneira de Rochdale foi o grande marco simbólico deste tipo de organização. Essa cooperativa surgiu em 1843, através de uma greve que trabalhadores realizaram reivindicando melhores salários e melhores condições de trabalho. (GAVIRAGHI, 2010, p.41)

Os membros da Cooperativa Rochdale criaram um estatuto de princípios, que podem ser visualizados ainda hoje, em espaços de cooperativismo:

(a)Administração da sociedade mediante eleição dos representantes dos associados, em assembléias gerais; (b) livre adesão e demissão dos sócios; (c) direito de um voto, apenas, por associado - um homem, uma voz; (d) pagamento de juros limitados ao capital; (e) distribuição dos ganhos proporcionalmente às compras efetuadas pelos associados, depois de descontadas as despesas de administração, os juros correspondentes às cotas-partes, à porcentagem de depreciação das mercadorias inventariadas, à cota de reserva do aumento do capital destinado a extensão das operações e à porcentagem para a educação; (f) vendas efetuadas a dinheiro ou à vista (para que os cooperados só assumissem compromissos dentro de suas possibilidades orçamentárias, e evitassem o crédito –“mal social”, resultante da concorrência de interesses). (PINHO, 2004, p.261)

Esses princípios elaborados pela Cooperativa Rochdale foram a luz para a formulação dos princípios cooperativistas. Segundo Carolina Goerk (2009, p.50-50), em 1966, a Aliança Cooperativa Internacional realizou um congresso, para instituir os princípios Básicos do Cooperativismo, que foram originados da Cooperativa Rochdale.

E o autor Rech (2000) apud Carolina Goerk (2009, p.50) nos apresenta esses princípios:

Os Princípios Básicos do Cooperativismo são constituídos pela: a) adesão livre (livre entrada ou saída de cooperados); b) gestão democrática (cada cooperado tem direito a um voto, não dependendo da quantidade de capital investido); c) taxa limitada de juros ao capital (as cooperativas não podem cobrar juros elevados sobre o capital investido para os novos cooperados); d) distribuição de sobras equivalentes (as sobras pertencem aos cooperados e podem ser distribuídas de forma igualitária aos associados, que devem aplicar pelo menos 10% na cooperativa) e) neutralidade social e política (os integrantes da cooperativa não podem discriminar sobre nenhum aspecto os cooperados e impedir a adesão de novos cooperados); f) ativa cooperação entre as cooperativas (integração entre as cooperativas locais, nacionais e internacionais); g) educação, capacitação e informação.

Assim, o processo de construção de cooperativas nasceu de um cenário de luta da classe que sobrevive do trabalho, pela consciência que tem das contradições do capitalismo e como uma forma de negar tal sistema, “[...] a organização cooperativa surgiu de um movimento social que trouxe, em seu bojo histórico, a questão da valorização do trabalho humano.” (FRANTZ, 2012, p.22)

Desse modo, compreendem-se as dificuldades encontradas, ao se materializarem esses princípios em dada realidade, até mesmo porque esses estão contra aos parâmetros que regem o modo de produção econômico capitalista, o qual gera, como resultado, a reprodução de desigualdades e situações de subalternidade.

Sendo o cooperativismo resultado de um contexto social e histórico - dada a ascensão do Capitalismo - é considerado a principal base da Economia Solidária, que também é resultado da continuação da depreciação dos direitos dos trabalhadores e da exploração dos mesmos, pois ambas surgem da necessidade de os sujeitos procurarem alternativas de sobrevivência frente às alterações no modo de produção e reprodução da economia.

Dessa forma, diante da situação histórica elucidada no capítulo anterior de um avanço da globalização econômica e da destituição das responsabilidades estatais para com as necessidades sociais e a precarização dos espaços de trabalho, restou aos trabalhadores prepararem-se para novas formas de produzir e manter-se no sistema vigente, adentrando a Economia Solidária, mesmo que pautados por conceitos contrários ao projeto societário dominante. Assim,

A economia solidária surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se

encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho. A economia solidária casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples de mercadorias) com o princípio da socialização destes meios (do capitalismo). (SINGER e SOUZA, 2003, p.13)

A Economia Solidária, tomada, então, como uma alternativa para o enfrentamento da situação de marginalização, em que se encontram os sujeitos, é uma forma de os trabalhadores se defrontarem com os interesses da classe dominante, apropriando-se dos princípios que norteiam esse modo de organização, que Paul Singer e André Ricardo de Souza (2003, p.13) ressaltam, como princípios organizativos, quatro determinantes: os meios de produção são de posse coletiva; gestão democrática, onde todos os membros devem participar das decisões; a receita líquida deve ser repartida conforme os critérios aprovados e discutidos entre todos; a destinação do excedente deve ser conforme os critérios acertados pelos cooperados.

E ainda nos apropriando da discussão retratada por Singer e Souza (2003, p.13) os mesmos retratam os resultados da construção histórica da Economia Solidária, seguindo esses pontos:

1. homens e mulheres vitimados pelo capital organizam-se como produtores associados tendo em vista não só ganhar a vida mas reintegrar-se à divisão social do trabalho em condições de competir com as empresas capitalistas;
2. pequenos produtores de mercadorias, do campo e da cidade, se associam para comprar e vender em conjunto, visando economias de escala, e passam eventualmente a criar empresas de produção socializada de propriedade deles;
3. Assalariados se associam para adquirir em conjunto de bens e serviços de consumo, visando ganhos de escala e melhor qualidade de vida;
4. pequenos produtores e assalariados se associam para reunir suas poupanças em fundos rotativos que lhes permitem obter empréstimos a juros baixos e eventualmente financiar empreendimentos solidários;
5. os mesmos criam também associações mutuas de seguros cooperativas de habitação etc. (grifo nosso)

Contudo esses pontos que desencadearam e os empreendimentos de Economia Solidária possibilitam, além da valorização do trabalho humano – conforme apontado neste capítulo – a emancipação daqueles que o compõem, porque, à medida que se organizam, mais passam a entender a complexidade que envolve e reproduz o sistema econômico vigente, as mazelas que os mesmos produzem, podendo esses vir a se tornarem atores que possibilitem a luta pela

construção de uma nova ordem societária, saindo, apenas, da esfera que os cerca e os fez mudar.

Compreende-se que tanto o Cooperativismo como a Economia Solidária foram e ainda são formas de luta por outra realidade em diferentes momentos.

Os temas não são novos, embora se revistam de peculiaridades e características próprias de nossa época [...], mas que atravessam os séculos, impulsionados pela capacidade dos homens em não renunciar aos sonhos e à esperança por uma vida melhor. (FRANTZ, 2012, p.31)

Assim, esse embate que está engendrado nas relações capitalistas, condicionalmente floresceu na realidade brasileira, a qual é regida pelo capitalismo neoliberal, de modo que trabalhadores brasileiros recorrem a alternativas da Economia Solidária, conforme será discutido no próximo item.

3.1.1 A organização da proposta de economia solidária no Brasil

A Economia Solidária, no Brasil, tem um forte avanço no século XX, conforme disposto no site da SENAES (s.d, s.p), devido a um contexto social e histórico, que será ressaltado adiante, porém as práticas de produção coletivas, no país, estão presentes desde a colonização. “De modo geral, a análise da evolução do Cooperativismo no Brasil mostra, desde os primórdios da colonização portuguesa, o processo de criação de uma *cultura da cooperação*.” (PINHO, 2004, p.13)

Desse modo, essas formas de trabalho pautadas em uma cultura de cooperação não correspondiam, ainda, à construção do cooperativismo, que seria determinada por futuras organizações, conforme afirma Goerck (2009, p.53) que o trabalho realizado nas aldeias organizadas por Jesuítas, apesar de coletivos, não correspondiam aos princípios cooperativistas firmados mais tarde, de modo que

recebiam forte influência da Europa, correspondendo aos interesses dos colonizadores.

Assim, posteriormente às práticas de trabalhos coletivos apontados anteriormente, um dos registros que se tem da primeira Cooperativa fundada no Brasil foi o da Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, conforme afirma Pinho (2004, p.13):

As informações atualmente disponíveis indicam que a história do cooperativismo no Brasil começa, de fato, com a fundação da Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, em 27 de outubro de 1889, a mais antiga cooperativa de que se tem notícia no Brasil.

E essa foi fundada, segundo Pinheiro (2008, p.27), como uma “Cooperativa de Consumo”, embora, em seu estatuto, nos artigos 41 e 44, previam a existência de uma “caixa de socorros”, com o objetivo de prestar auxílios às viúvas dos associados e dos sócios que caíssem em situação de indigência, por falta de meio de trabalho.

Seguindo a linha da Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, posteriormente foram fundadas outras, “além de se espalhar por Minas Gerais alcançou outros estados como Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul” (COOPERATIVO, s.d, s.p.). Essas Cooperativas de Consumo tinham por objetivo fazer as compras coletivas, para que houvesse um menor custo, e se reduzissem, também, os gastos com a força de trabalho e matéria-prima, assim ressalta Goerck (2009, p. 54).

Porém essas cooperativas não podem ser consideradas como parte/base da Economia Solidária.

Segundo o autor Paul Singer (2002, p.122):

[...] nenhuma destas cooperativas era ou é autogestionária. Sua direção e as pessoas que as operam são assalariadas, tanto nas cooperativas de consumo como nas de compras e vendas agrícolas. Por isso não se pode considerá-las parte da economia solidária.

O autor aponta que a Economia Solidária, no Brasil, guiada por princípios autogestionários, se evidencia com a crise social entre as décadas de 1980 e de 1990. Essa crise é vivenciada por aqueles que sobrevivem da venda de sua força de trabalho, devido às alterações nos modos de produção, geradas pela globalização e inovações tecnológicas, de modo que, em uma relação interligada, se aumentam os lucros daqueles que detêm o poder, e diminui, ainda mais, a oferta de espaços de trabalho e condições adequadas aos trabalhadores, contexto apontado por Paul Singer (2006, p.138) em sua obra - Globalização e Desemprego, Diagnóstico e Alternativas:

O capitalismo está atualmente passando por uma ampla transformação nas relações de produção, desencadeada pela desindustrialização e pelo desassalariamento. O aumento brutal do desemprego é a primeira consequência. Mas todos compreendem ou ao menos intuem que este desemprego não é conjuntural, temporário, transitório. A grande empresa capitalista, mergulhada em mercados globalizados, defende-se pela reestruturação. Dela resulta que apenas a minoria de trabalhadores, que ocupa os lugares mais elevados da hierarquia ou que detém qualificações raras, continuará usufruindo plenamente da condição de empregado. A maioria se divide em duas partes: uma terá um novo relacionamento com a empresa, como fornecedor eventual ou subcontratado ou ainda como trabalhador temporário; a outra será descartada. Nesta situação, a luta clássica contra o desemprego, através da redução da jornada de trabalho, é extraordinariamente difícil, embora não deva nem possa ser abandonada. É que, durante o processo de reestruturação, a redução de jornada encarece o emprego assalariado, induzindo muitas empresas a optar por formas mais baratas e mais precárias de adquirir força de trabalho. Se isso ocorrer, o efeito da redução da jornada poderá ser perverso pois reduzirá o emprego assalariado formal em lugar de expandi-lo. O movimento operário necessita encontrar outras estratégias de luta contra o desemprego e a exclusão social, inclusive para restabelecer no mercado formal de trabalho um equilíbrio menos favorável entre oferta e demanda.

Diante dessa totalidade apresentada, coube, também, aos trabalhadores brasileiros adentrarem novas formas de geração de renda, como a Economia Solidária, visando a negar as condições de trabalho, que passaram a ser ofertadas sem a garantia dos mínimos sociais.

Ela resulta de movimentos sociais que reagem à crise de desemprego em massa, que tem seu início em 1981 e se agrava com a abertura do mercado interno às importações, a partir de 1990. Em 1991, tem início o apoio de assessores sindicais a operários que conseguem se apossar da massa falida da empresa que antes os empregava, formando uma cooperativa de produção que retoma as operações e assim “salva” os postos de trabalho

até então ameaçados de fechamento. Três anos depois, diversas empresas autogestionárias fundam a Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas Autogestionárias e de Participação Acionária (Anteag). (SINGER, 2003, p.25)

A Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas Autogestionárias e de Participação Acionária surgiu, com o objetivo de organizar e assessorar os inúmeros empreendimentos de Economia Solidária emergentes. Diante do alto índice de desemprego e das condições inviáveis de empregabilidade, “surge como uma associação civil sem fins lucrativos que congrega associações e cooperativas de trabalhadores em empresas de autogestão e co-gestão” (NAKANO, 2003, p.66).

Esses empreendimentos de autogestão, porém, enfrentaram e ainda enfrentam grandes desafios, mesmo com alguns avanços que tiveram ao longo dos anos, que serão ressaltados adiante.

Os desafios são inúmeros e as barreiras de difícil transposição, dado o ambiente hostil a qualquer iniciativa não amparada na lógica capitalista dominante e que, desse feito, tenha que “navegar” contra a corrente que teima em sufocar qualquer experiência estranha que conteste o *status quo* vigente. Porém, o modelo de ES ganha força quando cresce a percepção pública das distorções do mundo contemporâneo, do processo de insustentabilidade em que encontramos, além da ausência, cada vez maior, de sentido de vida, reduzida ao consumidor e ao individualismo extremo. (BORINELLI e SANTOS, 2010, p.12)

Porém, mesmo diante dos desafios encontrados, a Economia Solidária se sobressai, visando à reprodução estrutural de uma nova economia que possua alternativas baseadas em valores éticos, buscando a equidade e a solidariedade entre os membros que a compõem, pondo-se contra a não valorização e precarização do trabalho.

O Ministério do Trabalho, em site oficial, pontua que, após o aumento de cooperativas e empresas de autogestão na década de 80, o espaço de articulação, em relação a Economia Solidária, se deu no I Fórum Social Mundial e, posteriormente, nos outros dois fóruns realizados. E, no III Fórum Social Mundial, foi escrita uma carta, sugerindo que fosse criada uma Secretaria Nacional de Economia Solidária no ano de 2002; juntamente discutiam a criação de um Fórum Brasileiro de

Economia Solidária (FBES). Passado um ano, em junho de 2003, foi criado o FBES junto da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), no Ministério do Trabalho e Emprego, de modo que o Fórum e a SENAES se vêm relacionando conjuntamente, à medida que o Fórum demanda as necessidades para SENAES de implementar e propor políticas públicas de Economia Solidária.

As atribuições da SENAES foram estabelecidas por meio do Decreto 5.063, de 08 de maio de 2004, o qual entende, como competência desta: Subsidiar, definir e coordenar políticas de Economia Solidária, estimular a criação, manutenção e ampliação das oportunidade de trabalho e acesso à renda por meio de empreendimentos de autogestão, propondo medidas que deem visibilidade e desenvolvam a Economia Solidária; apresentar estudos e sugerir adequações à legislação, visando a fortalecer a mesma.

Desse modo, o Ministério do Trabalho e Emprego, juntamente com a SENAES compreendem, como empreendimentos de Economia Solidária, aqueles que são organizações, coletivas e suprafamiliares, onde os integrantes são trabalhadores rurais ou urbanos, que exercem a autogestão e que possuem uma prática permanente, e não eventual, que possam dispor de registro, prevalecendo a existência real ou regular da organização; que realizem atividades econômicas solidarias, podendo ser de produção, prestação de serviços, fundos de crédito, comercialização e consumo, podendo essas organizações ser singulares ou complexas, devendo ser consideradas as de diferentes níveis, desde que se enquadrem nas especificações citadas anteriormente e possuam as características que serão esclarecidas no próximo parágrafo.

O Ministério do Trabalho e Emprego entende que, para além de uma alternativa de produção frente ao contexto social emergente, a Economia Solidária possibilita a inclusão social daqueles que se encontram sem o acesso à riqueza socialmente produzida, desde que tais empreendimentos possuam as seguintes características: Cooperação – por meio de objetivos comuns, união de esforços e compartilhamentos de resultados e responsabilidades; Autogestão – que a direção e coordenação das ações sejam tomadas em um conjunto do grupo; Dimensão Econômica – sendo uma base para a agregação de esforços; e Solidariedade – sendo este expressado de diversas formas, mediante uma justa distribuição dos resultados, das oportunidades que possibilitam o desenvolvimento, por um

compromisso com o meio ambiente, na vinculação com os movimentos sociais de caráter emancipatório e pela preocupação com o bem-estar dos trabalhadores e consumidores.

Diante do exposto até então e adentrando os contextos da Economia Solidária no Brasil, bem com o cooperativismo, tem-se que esses espaços são compostos, majoritariamente, por mulheres. No próximo item, discutir-se-á o que as relações sociais de gênero têm a ver com os processos produtivos e as formas de inserção e manutenção delas no mercado de trabalho e/ou nas cooperativas que se configuram como Economia Solidária.

3.2 A MULHER E A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

Dar-se-á continuidade à construção deste terceiro capítulo e subitem dois, abordando as questões que implicam o papel social da mulher, apreendendo seus traços históricos de gênero, bem como o seu posicionamento atual, constituído e engendrado na sociedade, em que ela vem perfazendo um processo de transformação e de embate constante.

O gênero feminino, desde a constituição das sociedades mais antigas, carrega para si a responsabilidade dos afazeres domésticos, ou seja, faz dela mulher resguardada, morosa, educada, com um esposo, cuidando dos filhos, da casa e zelando pela continuidade do seu casamento, entre outras questões. É fundamental a compreensão de que a mulher nunca foi educada ou estimulada a participar da “vida pública”, ou seja, trabalhar, dirigir, representar politicamente a população, quem ocupava esta posição – é de suma importância ressaltar-se que ainda ocupa em sua grande maioria - sempre foram os homens.

Pontua-se esse quadro histórico, com o objetivo de se elucidar o tema em discussão, pois se vai adentrar o estudo do papel social da mulher, sendo modificado e transformado, gradualmente na nossa sociedade brasileira.

Dessa forma, serão discutidas, nos próximos itens, as questões sobre relações sociais e de gênero nesta sociedade, como a mesma se tem transformado

e quais as implicações disso, além de abordar-se o papel social da mulher nesse espaço, rebatendo, então, na problemática da precarização e flexibilização nos processos produtivos atuais, concluindo essa linha de pensamento com o contexto contemporâneo, ou seja, o mundo do trabalho, a inserção e permanência do gênero feminino nesse âmbito.

3.2.1 As relações sociais de gênero e o papel social da mulher

É de suma importância partir-se da concepção de que as relações sociais de gênero - feminino x masculino e/ou vice-versa - sempre fizeram parte da construção dos papéis sociais que cada sujeito ocupa, seja em seu território, em seu trabalho, ou até mesmo, no mundo.

Como observa CARLOTO (s.d, s.p),

A categoria gênero vai ser desenvolvida pelas teóricas do feminismo contemporâneo sob a perspectiva de compreender e responder, dentro de parâmetros científicos, a situação de desigualdade entre os sexos e como esta situação opera na realidade e interfere no conjunto das relações sociais.

Conforme pontuado pela citação, a categoria gênero vem com a perspectiva de trazer, para agenda pública, a discussão dos espaços de desigualdade que homens e mulheres ocupam no desenrolar de suas relações e de quais formas essas questões implicarão na realidade de cada um.

Homens e Mulheres sempre ocuparam lugares diferenciados na sociedade, desde os primórdios. Como já foi dito, a exploração, a submissão e o poder foram e são questões reafirmadas por atitudes e valores constituídos pela estrutura formada do sistema capitalista.

A exploração do capital x trabalho, do homem pelo homem, enquanto ser humano, do sistema capitalista como forma hegemônica de organização dos processos sociais, emprega, no gênero feminino, a conotação de subalterno, inferior e “domesticável”, instalando, assim, mais uma forma de exploração de gêneros.

Portanto, parte-se da ideia de que se vivencia, no Brasil, uma história com “relações sociais de gênero, entendidas como relações desiguais, hierarquizadas e contraditórias” (NOGUEIRA, s.d, p.4). Seguindo esta linha de pensamento, pode-se desenvolver o debate sobre gênero, a partir das transformações dos processos produtivos no Brasil. Ou seja, é nítido que homens e mulheres ocupam espaços de trabalho diferenciados na sociedade atual, cabendo a cada um deles uma constituição histórica própria, cheia de lutas sociais e embates por espaços de participação e de reafirmação nos processos produtivos do mundo do trabalho.

O contexto brasileiro, em relação ao gênero, alterou-se completamente, desde a época do Brasil colônia, até a contemporaneidade.

As relações sociais entre homens e mulheres, em épocas passadas, eram solidificadas por interesses econômicos, ou seja, as famílias constituíam um casamento, para aumentar o seu patrimônio.

Sendo assim, as mulheres, nesse período, eram intituladas como um “fardo”, pois não geravam lucros aos pais, representavam “gastos onerosos”, a elas cabia apenas a vida doméstica: Aprendiam, com a figura materna, a costurar, cozinhar, lavar, passar, o cuidar e o educar. Além de todas essas funções produzidas por uma sociedade patriarcal, machista e fechada em seus espaços de reflexão, era dever da mulher servir ao marido, quando este julgava necessário, sendo de sua responsabilidade e “competência” dar a luz a um filho homem e, também, continuidade ao sangue de sua família.

Constituía-se, assim, a imagem de uma mulher prendada, dócil, obediente, morosa e digna, onde qualquer atividade pública já não era de sua responsabilidade e cabia somente ao homem a obrigação de mantenedor do seu espaço de reprodução – sua casa e sua família. Conforme elucida Mary Del Priore em um dos textos do livro organizado pela mesma “História das Mulheres no Brasil” (2006, p.223), observa-se:

Durante o século XIX, a sociedade brasileira sofreu uma série de transformações: a consolidação do capitalismo; o incremento de uma vida urbana que oferecia novas alternativas de convivência social; a ascensão da burguesia e o surgimento de uma nova mentalidade – *burguesa* – reorganizadora das vivências familiares e domésticas, do tempo e das atividades femininas; e, por que não, a sensibilidade e a forma de pensar o amor. Presenciamos ainda neste período o nascimento de uma nova mulher nas relações da chamada família burguesa, agora marcada pela valorização

da intimidade da maternidade. Um sólido ambiente familiar, o lar acolhedor, filhos educados e esposa dedicada ao marido, [...].

Por meio da citação de Priore, pode-se mensurar como a sociedade e as relações de gênero estavam solidificadas nesse período, sendo a família um núcleo de proteção, onde a mulher assumia um papel subalterno ao homem, cabendo a ela os deveres domésticos intrafamiliares.

Porém esse contexto não ficou estagnado, e, assim como outras esferas da vida social, sofreu alterações com o advento dos novos processos produtivos. Homens e mulheres expulsos do campo iniciaram sua migração para as cidades. E, sobre a conformação destes, no espaço público, Priore (2006, p.228-229) observa:

O desenvolvimento das cidades e da vida burguesa no século XIX influi na disposição do espaço no interior da residência, tornando-a mais aconchegante; deixou ainda mais claros os limites do convívio e as distâncias sociais entre a nova classe e o povo, permitindo um processo de privatização da família marcado pela valorização da intimidade. [...] O casamento entre famílias ricas e burguesas era usado como um degrau de ascensão social ou uma forma de manutenção do *status* [...] Mulheres casadas ganhavam uma nova função: contribuir para o projeto familiar de mobilidade social através de suas posturas nos salões como anfitriãs e na vida cotidiana, em geral, como esposas modelares e boas mães. Cada vez mais é reforçada a idéia de que ser mulher é ser quase integralmente mãe dedicada e atenciosa, um ideal que só pode ser plenamente atingido dentro da esfera da família “burguesa e higienizada.

Assim sendo, a família burguesa – modelo que perpassa os demais valores para a sociedade, como, por exemplo, para a classe trabalhadora – passa a ter uma vida mais íntima e a mulher assume, dentro desse espaço, a responsabilidade de manutenção do “status” familiar, ou seja, além de todas as suas atribuições domésticas, como esposa e mãe, esta passa a usar a sua imagem, para fortalecer o ideário masculino, os projetos familiares de vida. E o sistema capitalista aproveita esse momento, para atuar, como pano de fundo no que tange ao papel social do gênero feminino em relação à sociedade brasileira,

Convém não esquecer que a emergência da família burguesa, ao reforçar no imaginário a importância do amor familiar e do cuidado com o marido e com os filhos, redefine o papel feminino e ao mesmo tempo reserva para a mulher novas e absorventes atividades no interior do espaço doméstico. (PRIORE, 2006, p.230) (grifo nosso)

Portanto, como colocado acima, a mulher ou, mesmo, o gênero feminino se constitui como tal no contexto atual do século XXI, devido a conotações históricas, onde a família burguesa redefiniu seus papéis, subjugando a mulher ao espaço privado e ao homem o espaço público. Cria-se, com esse movimento, um espaço desigual muito grande, fazendo com que as mulheres, perante novas necessidades, atualmente refaçam um movimento, um embate em busca da efetivação da igualdade entre os gêneros.

Com o advento da república e da industrialização do Brasil, passa-se por um novo momento, onde as mulheres iniciam a ocupação de postos de trabalho, devido às necessidades crescentes, como se pode observar na citação:

No século XX, os papéis desempenhados pela mulher se ampliaram quando algumas destas se inseriram em uma sociedade industrial, onde assumiram uma gama diversa de postos de trabalho. Apesar disso, a esfera da mulher ligada ao lar continuava a ter sua força hegemônica. (SOUSA, s.d, s.p)

Sendo assim, tem-se um momento em que se alarga o escopo de participação das mulheres na sociedade, muito embora o peso do patriarcado, do machismo, do poder de decisão e participação ligado diretamente aos homens, ainda seja contundente e enraizado na sociedade brasileira por meio da imagem imposta pela família burguesa de décadas passadas.

Porém é essa iniciação da mulher nos espaços públicos, nas indústrias e em postos de trabalho que empurra o gênero feminino a problematizar as questões de diferença e desigualdade em relação aos gêneros. Essa onda originou o chamado Movimento Feminista - que eclodiu, de forma mais contundente, no exterior -, que também apresentou suas lutas e rebatimentos neste país.

O Movimento Feminista surgiu em um momento onde o gênero feminino reivindicava melhores condições de igualdade de direitos em relação aos homens. Segundo o autor Rainer Souza (s.d, s.p), em um primeiro momento, a organização do movimento feminista, no Brasil, se desenvolveu em duas linhas: uma, em que as mulheres lutavam por condições melhores de cidadania e deixavam, de lado, o questionamento dos espaços de subalternidade que ocupavam e a que eram destinadas; em outra extremidade; havia mulheres que lutavam pela ampliação da vida pública, da defesa dos movimentos dos trabalhadores e, também, em prol do

movimento comunista. Quer dizer que, se não havia, ainda, uma conformidade de ideais, se seguiam linhas indefinidas e lutas sem um objetivo comum.

Ainda segundo Rainer (s.d, s.p), tem-se que:

A revolução dos costumes engendrada na década de 1960 abriu caminho para que o feminismo se tornasse um movimento de maior força e combatividade. Mesmo sob o contexto da ditadura, as mulheres passaram a se organizar para questionarem mais profundamente seu papel assumido na sociedade. [...] Vale aqui ressaltar que a luta pela equidade entre os gêneros acabou criando dilemas significativos em relação à mulher feminista. Lutar pelos direitos da mulher, em muitos momentos, parecia ser a demonstração que a mulher poderia simplesmente assumir os mesmos lugares e comportamentos antes privados ao mundo masculino. Dessa forma, a subjetividade feminina era deixada de lado para favorecer um ideal de que a “verdadeira feminista” deveria ser combativa e, ao mesmo tempo, embrutecida.

Pode-se apreender que as primeiras aproximações com o feminismo foram de forma desorganizada e mal interpretada pela sociedade. As mulheres buscavam maior espaço na vida pública, o reconhecimento de sua cidadania e de seus direitos, a participação social, assim como uma forma livre que pudesse levá-las a adquirir total responsabilidade pelo seu corpo, suas decisões, seus objetivos. Em síntese, a mulher não buscava tomar o lugar dos homens, como expresso na citação acima, o seu norte seria a construção do seu próprio espaço social – o qual lhe havia sido negado, – onde ela assumiria questões que estão relacionadas somente as suas decisões e ao controle e direção de sua individualidade, sua vida.

Sendo assim, tem-se que:

[...] chegamos à atualidade vendo que a ação feminista não mais se comporta apenas na formação de movimentos organizados. [...] a intenção de se pensar sobre as necessidades da mulher não mais atravessa a dificuldade de se criar um projeto amplo e universalista. Entre as grandes e pequenas demandas, as mulheres observam que a conquista de sua emancipação abre portas para a compreensão e a resolução de outros novos desafios. (RAINER, s.d, s.p)

Entrementes pode-se concluir que o gênero feminino, na construção das suas relações sociais e do seu papel diante da sociedade, passaram por um longínquo embate no qual a mulher sempre teve valores imbricados nela, sem questioná-los. Esses as colocavam – e ainda hoje as colocam – em uma situação de subalternidade e de obediência em relação à imagem masculina do homem, podendo este ser o pai, irmão, esposo, patrão, entre outros.

Portanto, o desafio que ainda se tem hoje vai para além da construção da emancipação da mulher em relação ao seu papel histórico, constituído até este momento. Enfrenta-se a batalha em relação à efetivação e à reafirmação do seu espaço na sociedade, enquanto ser social, que deve ter garantidos seus direitos, sua cidadania, liberdade sobre suas decisões, valores, moral, corpo, pensamento, entre outros.

Assim sendo, abordar-se-á, no próximo item, a batalha mais atual e mais discutida na constituição da sociedade brasileira, a mulher, sua inserção e permanência nos espaços produtivos do mundo do trabalho, questionando, a partir da temática, como o gênero feminino tem sido acolhido e visto nesse ambiente, quais as formas e tipos de oferta de trabalho elas têm recebido e o quão isso implica na sua luta e forma de sobrevivência em seu entorno social.

3.2.2 O mundo do trabalho e as formas de inserção e permanência do gênero feminino nesse âmbito

A partir das considerações sobre as relações sociais de gênero, constituídas na sociedade brasileira, partir-se-á, agora, partiremos agora para uma apreensão da história da mulher, engendrada no sistema produtivo, abordando suas formas de inserção e permanência no mesmo, a partir do contexto apresentado até então.

Essa análise pode partir de uma citação de Cláudia M. Nogueira (s.d, p.2) que pontua:

Desde as últimas décadas que uma acentuada feminização no mundo do trabalho vem ocorrendo. A participação masculina no mundo do trabalho pouco cresceu no período pós-70, contrastando com a *intensificação da inserção feminina* que foi o traço marcante dessa época. Entretanto *essa presença feminina se dá mais no espaço dos empregos precários, onde a exploração, em grande medida, se encontra mais acentuada. Essa situação é um dos paradoxos, entre tantos outros, da mundialização do capital no mundo do trabalho.* (grifo nosso)

Com a citação de Nogueira, pode-se observar que é somente próximo da década de 70 que as mulheres começaram a participar, de forma ativa, do mundo do trabalho. Assim, tem-se, também, no mesmo período congruente, a inserção dessas mulheres, as mudanças dos processos produtivos, o início do Neoliberalismo brasileiro, a flexibilização do trabalho, o desmonte dos direitos trabalhistas, a precarização, entre outras questões intrínsecas a essas transformações.

Para se compreenderem as formas de inserção do gênero feminino no mundo do trabalho, é de suma importância pontuar-se a divisão sexual do trabalho no Brasil. Essa categoria, segundo Daniele Kergoat apud Nogueira (s.d, p.1), “[...] não são um produto de um destino biológico, mas são antes de tudo construções sociais”, colocadas e discutidas no texto acima, em que as mulheres são destinadas aos espaços privados e à subalternidade em relação ao gênero masculino.

Essa configuração vai-se transformando e, quando a mulher inicia a problematização e busca seus espaços sociais, o mundo do trabalho também esta na sua agenda, porém a responsabilidade sobre as tarefas e afazeres domésticos ainda é colocado como da mulher, conforme Nogueira (s.d, p.4) coloca:

A divisão sexual do trabalho é, portanto, um fenômeno histórico, pois, se metamorfoseia de acordo com a sociedade da qual faz parte. Mas, na sociedade capitalista, segundo essa divisão, o trabalho doméstico permanece predominantemente sob a responsabilidade das mulheres, estejam elas inseridas no espaço produtivo ou não.

Entrementes tem-se que, a mulher, mesmo quando inicia a ocupação dos espaços produtivos, assim como os homens, ainda leva, consigo, a “obrigação” do trabalho doméstico. Assim, esta ocupa as chamadas duplas funções, ou seja, além da necessidade que a faz buscar um trabalho fora do lar, que possa garantir a sua subsistência e a de sua família, ainda tem o dever de educar, zelar e cuidar da casa, do esposo e dos filhos. Esse modelo, mesmo após tantas lutas e problematizações, ainda está enraizado na sociedade brasileira, fazendo com que as mulheres trabalhem o dobro e sejam muito pouco reconhecidas pelo esforço e obstinação que têm e possuem em seu cotidiano. Desse modo complementando esse entendimento acerca do assunto, Nogueira (s.d, p.6) coloca:

[...] a divisão sexual do trabalho, tanto na esfera doméstica quanto na produtiva, expressa uma hierarquia de gênero que, em grande medida, influencia na desqualificação do trabalho feminino assalariado, no sentido

da desvalorização da força de trabalho e conseqüentemente desencadeando uma acentuada precarização feminina no mundo produtivo.

Assim sendo, a mulher, quando adentra o mercado de trabalho, não o assume em condições de igualdade em relação aos homens. Ela ocupa, sempre, tarefas mais propícias à precarização, como trabalho doméstico, linhas fabris, limpeza, secretariado, atendentes de telemarketing, entre outras. E, mesmo que as mulheres venham a assumir posições qualificadas e estejam no mesmo patamar/cargo masculino, ainda assim, a remuneração da mulher se apresenta mais baixa, simplesmente pela historicidade de subalternidade que carrega impregnada em seu gênero.

Segundo o Portal Brasil (s.d, s.p):

A mulher brasileira vem aumentando sua participação no mercado de trabalho no Brasil nos últimos anos. Contribui para isso o aumento da escolaridade feminina, a redução do número de filhos nas famílias e as mudanças nos padrões culturais, que estimulam as mulheres a trabalhar. Mas apesar de ser maioria da população e ter mais tempo de estudo, as brasileiras ainda são minoria no mercado de trabalho e ganham menos que os homens[...]. (grifo nosso)

Esse quadro revela como a divisão sexual do trabalho e as questões do gênero influenciam o mercado de trabalho disponível para as mulheres, bem como a remuneração e o reconhecimento que elas obtêm por meio do desenvolvimento dessas atividades.

Hirata apud Nogueira (s.d, p.3), coloca, em um de seus textos, sobre a situação vulnerável a que o gênero feminino está submetido:

As mulheres podem ser mais facilmente 'cobaias' de experimentações sociais porque são menos protegidas, tanto pela legislação do trabalho quanto pelas organizações sindicais, e são mais vulneráveis. Embora o cenário mais provável seja o de uma dupla segmentação, com a constituição de dois segmentos de emprego masculinos e dois segmentos de emprego feminino, um estabilizado, outro precarizado, a força dissuasiva e de pressão sobre salários, condições de trabalho e de negociação dos trabalhadores de ambos os sexos parece evidente. (grifo nosso)

Quer dizer que por meio desta citação, Hirata – autora original – relata que a mulher é, de fato, por sua condição mais “frágil”, propensa a “testes”, como “cobaia” nos processos produtivos do mercado de trabalho, sendo que, muitas vezes, essa mulher não é alcançada por nenhum sistema protetivo, garantidor de

direitos, como são os trabalhistas, os sindicatos e outras formas de defesa pessoal e institucional.

Para além dessas questões, a autora também problematiza que os homens, devido a sua conotação histórica de manter mais força e poder, têm a possibilidade de exercer pressões mais contundentes, que geram maiores resultados em suas conquistas sociais, deixando-os em uma situação mais confortável, se analisada em relação às condições de trabalho feminino.

É importante ressaltar-se, neste momento, também, que essa divisão sexual do trabalho é de interesse do capital, ou seja, do sistema capitalista, enquanto estruturador da ordem social, pois, nesse movimento de subjugar a mulher e tê-la, ao mesmo tempo, dentro do mercado de trabalho, de forma precária, devido às necessidades crescentes para a manutenção da sua sobrevivência e de sua família, ele obtém o poder de manter e/ou de moldar as relações sociais conforme o seu interesse e segundo o seu momento histórico. Como expresso por Nogueira (s.p, p.8),

[...] O controle do capital deve estar constantemente presente nas relações sociais. Tanto é verdade, que quando há grandes dificuldades e perturbações no processo de reprodução, os “representantes” do interesse do capital procuram lançar sobre a família o peso da responsabilidade pelas falhas e “disfunções” cada vez mais frequentes, impingindo a necessidade de “retornar aos valores da família tradicional” e aos “valores básicos”.

Esse controle representado pela citação acima foi claramente expresso no sistema taylorista/fordista de produção, que, segundo Nogueira, era muito interessante ao capitalista uma família monogâmica, que tivesse seus instintos sexuais resguardados, obtendo, assim, maior energia, para ser empregada no mercado de trabalho, nas linhas de produção.

A audácia do sistema capitalista é tamanha, que, até mesmo dentro dos espaços privativos da vida, tece suas artimanhas, para que sua força de trabalho possa ser explorada até a última instância. Nesta situação, a mulher se encontrava, como pontua Nogueira (s.d, p.14):

[...] as mulheres trabalhadoras nas fábricas ficaram à mercê, juntamente com os trabalhadores, dos extenuantes mecanismos de exploração e opressão que pertenciam ao regulamento da produção industrial taylorista/fordista, isto é, intensa produtividade, rigidez disciplinar, baixos salários etc. Sendo, no caso da força de trabalho feminina, que historicamente era pouco valorizada, que a intensificação da precarização

era enorme, ou seja, as trabalhadoras recebiam salários aviltantes, ocupavam os cargos mais baixos da hierarquia produtiva etc.

Dentro desse contexto histórico–elucidativo, também houve a implantação do Neoliberalismo e do sistema de produção toyotista, ou seja, o pouco que ainda se tinha, no que tange a direitos trabalhistas e reconhecimento da classe trabalhadora, caminha para o fim. O Neoliberalismo desregulamenta os direitos trabalhistas, torna-se mínimo, assumindo somente aquilo que é de sua estrita responsabilidade e interesse, além de privatizar patrimônios, que, anteriores a esse momento, eram considerados públicos e da sociedade brasileira em geral.

Já o toyotismo trouxe para o sistema produtivo novas configurações, no que tange à flexibilidade e à mundialização. Neste momento, criou-se um *gap*, ou seja, um buraco, onde há a necessidade de profissionais muito qualificados e uma demanda imensa de trabalhadores, dentre os quais muitos nunca encontraram espaço no mercado de trabalho.

Analisando-se esta última parte, pode-se dizer que essa grande parcela será ocupada por mulheres, que irão assumir, na tentativa de ganhar ao menos para o sustento da sua família – que já deixou, há muito, de ser responsabilidade somente do homem -, trabalhos precarizados e sem garantias trabalhistas. Quando muito, serão inseridas no mercado informal de trabalho, esgotando-se ao máximo, para obtenção do seu sustento. E após este, ainda deverão conciliar a vida familiar, no que tange ao trabalho doméstico e à educação de seus filhos.

Diante desse contexto construído até então, tem-se em síntese, que, o homem ainda ocupa os melhores postos de trabalho e que é mais bem remunerado que as mulheres; nele ainda está centralizado o poder – mesmo que de uma forma mais escamoteada – e as decisões, no que diz respeito à família, sendo esta, a esposa e seus filhos.

Em contrapartida, a mulher sofreu transformações, conseguiu alcançar espaços de representação social e hoje tem poder de decisão sobre sua vida, seus desejos e vontade. Por outro lado enquanto participante do processo produtivo, ainda assume postos de trabalhos mais precarizados e ganha menos, mesmo quando obtém trabalhos iguais aos do gênero masculino.

Porém, apesar de tudo que o gênero feminino já reafirmou diante da sociedade, este ainda tem imbricado, em seu ser, a responsabilidade da dupla

função; ou seja, além de mulher trabalhadora, esta tem o dever de manter a vida doméstica dentro do que é esperado, mantendo a casa, a família, o esposo e a educação dos filhos. Em resumo, cabe à mulher a reprodução da força de trabalho, para que o capitalismo possa explorá-la mais adiante.

Segundo Toledo apud Nogueira (s.d, p.21),

Podemos entender, então, que essa garantia do capital é uma das principais razões para que o capitalismo mantenha acesa a forma de união da família patriarcal como parte de seus interesses. O casamento com seu “contrato de dependência” da mulher para com o homem facilita o controle do capitalismo em relação à participação feminina no mundo do trabalho produtivo, confirmando a importância das atividades domésticas e maternas.

Nogueira quer expressar, por meio da citação que, para o capitalismo, a mulher, enquanto provedora da reprodução, assume um papel muito importante no que visa à diminuição dos gastos deste, pois, quanto mais sujeitos lutam, para ocupar um espaço no sistema produtivo, menos se gasta com salários e/ou condições de trabalhos dignas.

Logo, tem-se uma tendência a uma mão de obra excedente, que não será absorvida por esse mercado de trabalho regulamentado, mas que garante menos despesas aos capitalistas, devido à concorrência entre a própria classe trabalhadora por um espaço que garanta a sua subsistência.

Ainda segundo a mesma autora,

É por essa razão que falar em divisão sexual do trabalho é muito mais que constatar as especificidades de gênero. É, em verdade, articular essa descrição do real com uma análise dos processos pelos quais a sociedade se utiliza dessa dinâmica de diferenciação com o intuito de hierarquizar as atividades. (NOGUEIRA, s.d, p.23-24)

Em suma, pode-se concluir que a mulher, mesmo diante de toda a sua emancipação e transformação histórica na sociedade, ainda serve como um objeto, um item de um jogo com o qual o capitalismo tece as suas artimanhas. É nesse processo que o gênero feminino assume as parcelas restantes dos processos produtivos e dos postos de trabalho, sendo as mesmas as responsáveis maiores pela sua manutenção, quando se trata da reprodução da força de trabalho nos espaços privados de reprodução social. Assim, Nogueira (s.d, p.22) também conclui:

Nesse processo, a mulher se transforma em uma espécie de “exército de reserva” de força de trabalho sub-remunerada, permitindo que o modo de produção capitalista tenha “argumentos” suficientes para continuar, em grande medida, seu processo de precarização do proletariado em geral, e da mulher trabalhadora em particular.

E, ainda, a mesma autora reafirma:

Nesse contexto, é possível afirmar que as atribuições mais precárias estão reservadas para as mulheres no mundo do trabalho porque se encontram diretamente articuladas às relações de poder presentes na histórica afirmação que o trabalho feminino tem menos valor que o masculino em virtude prioritariamente de suas especificidades “naturais” de mãe e esposa. (NOGUEIRA, s.d, p.22) (grifo nosso)

Conclui-se, então, que, em determinados graus, a diferenciação de gênero e a divisão sexual do trabalho contribui para a manutenção do sistema capitalista e de suas formas de exploração da força de trabalho humana. Sendo assim, as mulheres assumem um papel nesse sistema muito mais precarizado, pois, só têm tido o seu papel social reconhecido muito recentemente; e, mesmo assim, ainda há embates constantes para a efetivação dos mesmos.

É devido a esse movimento que as Cooperativas de Economia Solidária têm uma participação mais contundente de mulheres em sua constituição, pois a elas ficou resguardada a responsabilidade doméstica, as formas de trabalho precárias e as experimentações sociais – como foram citadas acima. Mas cabe ao Serviço Social, junto a essas mulheres, transformar essas cooperativas em espaços de embates políticos, os quais sejam muito mais que meros “geradores de renda”, mas que sejam um espaço de problematizações coletivas e de consciência de classe.

Entrementes, as cooperativas de Economia Solidária devem ser espaços, para que as mulheres possam constituir movimentos de luta pelo seu reconhecimento na sociedade ou, mesmo, em seu Município e entorno social, possibilitando, assim, o reconhecimento de novos horizontes por essas mulheres, embasando e fortalecendo o seu coletivo para um futuro protagonismo social.

4 O SERVIÇO SOCIAL E A SUA INTERFACE COM A ECONOMIA SOLIDÁRIA: NOVOS ESPAÇOS DE TRABALHO?

Diante das transformações representadas até aqui, coloca-se neste capítulo, a discutir de quais formas o Serviço Social, enquanto partícipe de um processo de trabalho, tem as possibilidades de reflexão e intervenção em espaços de trabalho pautados pelos princípios da Economia Solidária.

O Serviço Social, enquanto trabalho especializado, tem, em seus processos de desvelamento da realidade, a necessidade primordial de reconhecer a natureza e as especificidades do seu objeto de trabalho, bem como dos seus espaços sócio-ocupacionais, compreendendo-se este último a partir da luta por poder, como um espaço conflitante, de interesses divergentes e contraditórios, porém ricos em alternativas para a construção de novas respostas profissionais sustentáveis, que são produtos do trabalho dessa profissão.

Tem-se, ainda, que é diante dos desafios do cotidiano profissional que o Serviço Social deve posicionar-se em relação a tudo. Esses posicionamentos profissionais têm uma base ética, política, teórica e metodológica; essa é colocada ao profissional a partir de sua formação básica. Sendo assim, é de suma importância o mesmo atuar frente às demandas, refletindo as mesmas a partir do seu Projeto Ético-Político-Profissional, que oferece um direcionamento da atuação profissional em busca de respostas que possam, de alguma forma, viabilizar espaços para graus diversos de transformação na realidade por ele desvelada.

Assim, o objetivo deste capítulo visa a colocar-se uma nova discussão sobre como o Serviço Social, enquanto um trabalho especializado, se tem posicionado frente às possibilidades de empregabilidade das Cooperativas pautadas pelos princípios da Economia Solidária, trazendo, em meio a este estudo, as formas sobre como a profissão se tem legitimado socialmente, diante do seu direcionamento ético-político-profissional, bem como perante as diversas expressões da questão social, a qual é chamado a intervir em seu espaço sócio-ocupacional.

4.1 O Serviço Social como Trabalho

O Serviço Social, assim como outras profissões, está regulamentado e inserido na Divisão Social e Técnica do Trabalho. Portanto, têm, em sua realização, algumas especificidades, que o caracterizam enquanto trabalho e, também, frente a sua atuação.

Ele se efetiva por meio do contato com contextos sociais diferenciados, representados por demandas problematizadas junto à população que a vivência. A maior responsabilidade dessa profissão está em reconhecer-se a realidade que se apresenta a ela, compreendendo-a em sua completude, sua totalidade, ou seja, levando em consideração todo e qualquer fator que possa ser espaço de intervenção profissional, com vistas às mudanças gerais na sociedade, assim como na forma de refletir sobre a mesma.

Dessa forma, lamamoto (2009, p.69) elucida o apresentado com suas palavras, “Então, o Serviço Social é um trabalho especializado, expresso sob a forma de serviços, que tem *produtos*: interfere na reprodução material da força de trabalho e no processo de reprodução sociopolítica e ídeo-política dos indivíduos sociais”.

O Serviço Social, enquanto trabalho, apresenta, em seu processo, um objeto de intervenção, meios e produtos que, juntos, dão conformidade à atuação profissional. Entretanto, para além das suas especificidades, o Serviço Social deve ter toda a sua prática interligada a sua base, ou seja, orientada por seu Projeto Ético-Político-Profissional,¹ o qual revela a autoimagem da profissão diante da sociedade, bem como dá o norte e as orientações ao seu trabalho, ao qual está vinculada a viabilização e a efetivação dos direitos sociais, assim como da emancipação da classe trabalhadora. Nesta perspectiva, lamamoto (2009, p.60-61) reafirma, em suas palavras:

¹ O Projeto Ético Político Profissional do Serviço Social será abordado de forma mais densa no próximo subitem deste capítulo.

Por meio do trabalho o homem se afirma como ser criador, não só como indivíduo pensante, mas como um indivíduo que age consciente e racionalmente. Sendo o trabalho uma atividade prático-concreta e não só espiritual, opera mudanças tanto na matéria ou no objeto a ser transformado, quanto no sujeito, na subjetividade dos indivíduos, pois permite descobrir novas capacidades e qualidades humanas. Esse ato de acionar consciente, que é o trabalho, é uma atividade que tem uma necessária dimensão ética, como atividade direcionada a fins, que tem a ver com valores, com o dever ser, envolvendo uma dimensão de conhecimento e ético-moral. (grifo nosso)

Em suma, o processo de trabalho no qual o Assistente Social, enquanto profissional, está inserido, demanda conhecimento, postura ética, direcionamentos postulados, de antemão, por seu Projeto Ético-Político, comprometimento, responsabilidade e visão de mundo, a qual o contemple da forma mais verossímil possível, compreendendo-o em sua totalidade.

Assim, construir-se-á de forma simples, como ocorre esse processo de trabalho que o Serviço Social compõe, sendo este um trabalho – como já foi citado acima. O mesmo irá englobar e/ou direcionar suas intervenções em um objeto que contemple as especificidades desta profissão.

Discorre, sobre este objeto, a autora Iamamoto (2009, p.62), dizendo: “O objeto de trabalho, aqui considerado, é a questão social. É ela em suas múltiplas expressões, que provoca a necessidade da ação profissional [...]. Essas expressões da questão social são a matéria-prima ou o objeto do trabalho profissional”.

Portanto, tem-se que o objeto de trabalho do Serviço Social se constitui da questão social e suas expressões. Essas são, historicamente, problematizadas por sujeitos sociais que as vivenciam em seu cotidiano. Tem-se, ainda, que esse objeto sobre o qual a profissão irá atuar sempre será direcionado para uma finalidade pensada e refletida, antecipadamente, pelo profissional e podendo ser alterada a qualquer momento, já que a realidade social é dinâmica.

A questão social e suas expressões são fruto de “espaços” que se foram constituindo no decorrer do tempo, no que tange à não efetivação das políticas públicas às quais os cidadãos brasileiros têm efetivo direito. Assim, esses espaços, que são as expressões da questão social materializando-se no cotidiano dos sujeitos sociais, constituem-se como demandas para o Serviço Social; ou seja, são, em si o objeto de intervenção da profissão sobre o qual se irá debruçar por

meio do desvelamento de determinada realidade, e então, propor-se algum tipo de intervenção.

A intervenção proposta pelo Assistente Social é viabilizada por meios de trabalho – instrumentos e técnicas -, que irão possibilitar a coleta e análise de informações, para que se possa escolher, entre as mais diversas alternativas presentes na realidade, aquela mais adequada e que irá, de alguma maneira, transformar a realidade de tal demanda.

Para tanto, Yolanda Guerra (2009, p.43) afirma sobre o processo de trabalho do Serviço Social:

Assim, a definição sobre *o que* e *como* fazer tem que ser articulada ao *porque* fazer (significado social do profissional e sua funcionalidade ou não ao padrão dominante), ao *para* que fazer (indicando as finalidades/teleologia do sujeito profissional) e ao *com* o que fazer (com que meios, recursos e através de que mediações ou sistema(s) de mediações).

Com isto, em suas palavras, Guerra explicita a complexidade do processo de trabalho do Serviço Social, tendo o mesmo que ter, claramente, o conhecimento da realidade, objeto de sua intervenção, compreender o que ela tem de necessidades apresentadas pelos sujeitos sociais que a vivenciam, para, somente em um segundo momento, refletir sobre as ações e intervenções que podem ser feitas, como podem ser feitas e por quais meios se poderá atingir a finalidade projetada na mente do profissional.

Portanto, faz-se imprescindível que o profissional conheça essa realidade, a estude, compreenda as necessidades, tanto urgentes quanto aquelas que se escamoteiam atrás dos mínimos sociais, que já lhes foram negados. Este é o elemento mais relevante, para que a atuação profissional seja de fato transformadora.

Ainda no processo de trabalho do Assistente Social, o mesmo irá utilizar-se de instrumentos e meios de trabalho. Esses nem sempre lhe pertencem. Por exemplo, o conhecimento do profissional é um meio de trabalho que lhe pertence, assim como seus direcionamentos e decisões. Mas o profissional Assistente Social tem sua prática ligada a instituições de trabalho que o contratam com um objetivo “x” de intervenção profissional, cabendo a este, gozando de sua

autonomia relativa, criar estratégias de gestão do seu trabalho, bem como do espaço institucional que o cerca, objetivando intervir no objeto, de maneira a resultar em respostas profissionais que processem, de fato, uma transformação nas demandas vivenciadas pelos sujeitos sociais. Em resumo, lamamoto (2009, p.62-63) discorre sobre o assunto:

A noção estrita de instrumento como mero conjunto de técnicas se amplia para abranger *o conhecimento como um meio de trabalho*, sem o que esse trabalhador especializado não consegue efetuar sua atividade ou trabalho. *As bases teórico-metodológicas* são recursos essenciais que o Assistente Social aciona para exercer o seu trabalho: contribuem para iluminar a leitura da realidade e imprimir rumos à ação, ao mesmo tempo em que a moldam. [...] Nessa perspectiva, o conjunto de conhecimentos e habilidades adquiridos pelo Assistente Social ao longo do seu processo formativo são parte do acervo de seus meios de trabalho.

E, ainda nesta perspectiva de discussão, lamamoto (2009, p.63) discorre, sobre os espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social enquanto instrumentos e meios de trabalho, também:

Embora regulamentado como uma profissão liberal na sociedade, o Serviço Social não se realiza como tal. Isso significa que o Assistente Social *não detém todos os meios necessários para a efetivação de seu trabalho: financeiros, técnicos e humanos necessários ao exercício profissional autônomo*. Depende de recursos previstos nos programas e projetos da instituição que o requisita e o contrata, por meio dos quais é exercido o trabalho especializado. Em outros termos, parte dos meios ou recursos materiais, financeiros e organizacionais necessários ao exercício desse trabalho são fornecidos pelas entidades empregadoras.

Entrementes o Serviço Social, enquanto uma profissão liberal constituída historicamente, necessita de instituições (organizações), para realizar seu trabalho, pois é nestes espaços que existem os meios necessários para a realização do mesmo.

Assim, quando uma instituição se torna campo sócio-ocupacional do Serviço Social, adquire, com esse profissional, um potencial transformador de sua realidade, bem como da realidade das demandas acolhidas pela mesma.

Neste sentido, Yolanda Guerra, assim como Yamamoto discorrem sobre a especificidade da profissão, logo sobre a sua importância dentro dos espaços sócio ocupacionais de trabalho em que o Serviço Social está inserido,

Pela forma de inserção socioprofissional na divisão social e técnica do trabalho, o espaço reservado ao Serviço Social, como um ramo de especialização do trabalho coletivo, é o de dar respostas, buscar prontamente soluções à pluralidade de questões que lhes são colocadas, para o que necessita de fundamentos teórico-metodológicos, conhecimentos e saberes interventivos, habilidades técnico-profissionais, procedimentos teórico-metodológicos e de uma perspectiva ética com clara orientação estratégica. É a sua inserção na divisão social e técnica do trabalho da sociedade capitalista, sua localização na estrutura sócio-ocupacional e a sua funcionalidade na sociedade burguesa, construída no espaço de mediação entre classes e Estado, que atribui à intervenção um caráter político. (IAMAMOTO, 2009, p.41) (grifo nosso)

Assim sendo, em razão dessa profissão, atuar em um espaço contraditório e nos limites das possibilidades, ela carrega, consigo, um caráter político, que, entende-se, será sempre a favor da classe trabalhadora, no que tange à viabilização da liberdade, justiça social e da equidade. É por meio dessa intervenção de caráter político que o Serviço Social reafirma sua direcionalidade e sua identidade profissional para com a classe trabalhadora, no sentido de materializar os princípios do seu Código de Ética Profissional².

Portanto, o Assistente Social, com seu conhecimento e amparado por seu Projeto Ético-Político-Profissional, irá fazer o movimento em seus espaços sócio-ocupacionais de olhar e desvelar a natureza, a essência, do seu espaço de trabalho, buscando compreender as suas necessidades e demandas, objetivando, assim, desenvolver potencialidades a partir da gestão desse espaço, dessa instituição, com vistas a operacionalizar, da melhor maneira possível, a construção de respostas profissionais sustentáveis, que possam construir graus de transformação na realidade demandatária dessa intervenção.

É nesses espaços que o profissional colocará, em prática, a chamada categoria mediação do trabalho do Serviço Social; ou seja, ele irá conhecer a realidade, o seu espaço de trabalho, como ocorrem os limites da organização e, por

² Os princípios do Código de Ética Profissional serão analisados logo a frente em um quadro comparativo.

fim, a sua demanda. Portanto, quando pensar sobre esta última, ele irá partir do particular - da demanda em si e assimilar a mesma com outras determinações da sociedade que são as suas produtoras – singularidade –, para, só então, compreendê-la em sua totalidade – universalidade –, podendo, assim, enxergá-la com clareza e discernimento, desmistificando todos os véus que a encobrem em um primeiro momento.

A esse processo dá-se o nome de práxis profissional, ou seja, a articulação entre a teoria e a prática, compreender o movimento do real a partir de determinações sociais, que irão caracterizá-lo. A atuação do Assistente Social, pautada por essas bases teóricas da mediação e da práxis profissional, alcança uma efetividade grandiosa, pois, quando se compreendem os verdadeiros determinantes de tal demanda, a intervenção se torna concreta, atingindo, dessa forma, a real causa de tais necessidades dos sujeitos que a problematizaram.

Sobre esse movimento da práxis profissional, Yolanda Guerra (2009, p.54) pontua:

A dimensão teórico-metodológica nos capacita para operar a passagem das características singulares de uma situação que se manifesta no cotidiano profissional do assistente social para uma interpretação à luz da universalidade da teoria e o retorno a elas. O conhecimento adquirido através deste movimento possibilita sistematizações e construções teórico-metodológicas que orientam a direção e as estratégias da ação e da formação profissional (dimensão formativa), bem como permite aprofundar os fundamentos teóricos que sustentam as intervenções profissionais. (grifo nosso)

Entrementes a autora reafirma o que foi expresso no parágrafo anterior, dizendo que não existe prática profissional dissociada de teoria nem teoria dissociada da prática, pois é esse movimento da práxis profissional que garante o acúmulo de conhecimentos, experiências, indagações e vivências novas, assim como incentiva a pesquisa e as construções metodológicas de novos cunhos que venham enriquecer o aparato teórico da profissão.

É essencial ressaltar-se que o processo de trabalho no qual o Serviço Social está inserido compreende um espaço relacional e contraditório, ou seja, existem interesses divergentes, lutas por poder, elementos políticos, administrativos e pessoais, que podem influenciar as decisões e direcionamentos que o profissional

irá adotar. Por conseguinte, é de suma importância que o Assistente Social tenha sua atuação embasada sempre em seu Projeto Ético-Político-Profissional, para que o mesmo se posicione de forma a romper com a ordem social vigente, a qual tem excluído e marginalizado a população dos centros decisórios e da efetivação dos seus direitos sociais.

É necessário compreender-se que o Serviço Social ocupa um espaço de trabalho marcado por conjunturas diversas, sendo essas políticas, financeiras, culturais, entre outras, que influenciam nas possibilidades de trabalho que esse profissional irá encontrar.

Neste sentido, MARTINELLI (2009, p.149-150) pontua:

Outro importante destaque é o reconhecimento de que somos trabalhadores assalariados e que, assim sendo, a definição do sentido e direcionalidade para a ação profissional se faz em meio a uma relação complexa e contraditória, em que estão em jogo múltiplas determinações, de natureza macrossocial, que não só a influenciam como, na verdade, a constituem.

O Serviço Social é uma profissão que luta para a efetivação de uma nova ordem societária, onde haja a eliminação da exploração do homem sobre o homem, do capital sobre o trabalho; ou seja, busca uma relação de igualdade entre os cidadãos, onde os mesmos possam gozar e ter acesso aos seus direitos de forma equitativa. Porém, nesse movimento, como coloca a autora citada acima, existem conjunturas e ideologias impregnadas na maneira de viver-se, que acabam por influenciar e, até mesmo, constituir a forma de enfrentamento do Serviço Social para com o sistema vigente na atualidade.

Desse modo, a partir desse apanhado sobre o processo de trabalho do Serviço Social, pode-se entender como esses se colocam na realidade da atuação profissional, quais os desafios da sua materialização, bem como quais as formas que permitem ao mesmo poder intervir em determinadas realidades, como é o caso da Cooperativa Sabores do Município de Taciba – SP, objeto de pesquisa desta construção. Portanto, continua-se esta pesquisa, buscando compreender-se este processo de trabalho e o seu posicionamento ético-político frente às cooperativas pautadas pelos princípios da Economia Solidária, para, mais à frente, adensar-se a discussão com uma pesquisa de campo, no local citado acima.

4.2 O Serviço Social e o seu Projeto Ético-Político Profissional frente à perspectiva da Economia Solidária, como espaço de Trabalho

O Serviço Social possui um Projeto Ético-Político-Profissional, que guia a sua ação em todos os campos sócio-ocupacionais, sua construção se consolida em um contexto histórico-social, conforme será abordado adiante.

O autor José Paulo Netto (1999, p.9) esclarece que a construção do projeto ético-político-profissional se inicia entre a década de 1970 a 1980, um momento em que a categoria recusava e fazia críticas ao conservadorismo, de modo que essa recusa não surge derrepente. A mesma se iniciou no Movimento de Reconceituação do Serviço Social – durante a metade dos anos sessenta –, porém a sua problematização sólida ocorre somente na transição da década de oitenta, junto ao contexto social de trabalhadores e cidadãos que se organizavam contra a ditadura militar, os quais estavam sendo mantidos reprimidos por muito tempo.

Assim sendo, o corpo profissional se vincula aos interesses problematizados pela classe trabalhadora, passando a se reconhecer inserido na mesma. Mas é válido ressaltar-se que essa “luta” não atingiu toda a categoria. Como cita MARTINELLI (2009, p.151-152),

[...] ao caráter não exclusivo do projeto ético-político profissional. Como expressão histórica de um coletivo profissional maduro, politicamente organizado, o projeto pode ser hegemônico, mas não necessariamente único. O coletivo profissional é um campo de disputa de significados, um campo de diversidades, sendo sempre possível o surgimento de projetos profissionais de diferentes naturezas. A hegemonia é conquista não outorga, pressupõe um espaço de negociação política, de luta social no âmbito do próprio coletivo. (grifo nosso)

Assim, partindo do pressuposto de que o corpo profissional recusa o conservadorismo, se inicia um processo de críticas às intervenções efetivadas por esse viés, visando, dessa maneira, a vincular-se às manifestações e necessidades da classe que sobrevive do trabalho, negando às ações profissionais vinculadas a manutenção da ordem social vigente, de conformidade com o seguinte entendimento:

Foi no contexto de ascensão dos movimentos sociais, das mobilizações em torno da elaboração e aprovação da Carta Constitucional de 1988, das pressões populares que redundaram no afastamento do Presidente Collor [...] os assistentes sociais não ficaram a reboque desses acontecimentos. Ao contrário, tornaram-se um dos seus co-autores, co-participantes desse processo de lutas democráticas na sociedade brasileira. Encontra-se aí a base social da reorientação da profissão nos anos 1980. (IAMAMOTO, 2012, p.50)

Contudo cabe ressaltar-se que essa reorientação profissional se faz necessária, porque, conforme a realidade histórica, é alterada, existe a necessidade de a ação profissional acompanhá-la sistematicamente, pois a realidade é dialética e a intervenção do Assistente Social está engendrada nesse processo. No entendimento de Iamamoto, a década de 80, por meio da construção do projeto ético-político permite uma relação de continuidade, e ruptura,

[...] continuidade no sentido de manter as conquistas já obtidas, preservando-as; mas é, também, uma relação de ruptura, em função das alterações históricas de monta, que se verificam no presente, na necessidade de superação de impasses profissionais. (IAMAMOTO, 2012, p.51)

Esclarecido o contexto histórico em que emerge o projeto ético-político-profissional, faz-se necessário explicar o que compõe um projeto profissional, “A ação humana, seja individual, seja coletiva, tendo, em sua base, necessidades e interesses, implica, sempre, um projeto que, em poucas palavras, é uma antecipação ideal da finalidade que se pretende alcançar” (NETTO, 1999, p.2). Como já apontado neste estudo, essa prática de “planejar” os objetivos que se pretende concretizar ocorre devido à capacidade teleológica do ser humano.

Os projetos profissionais, segundo Netto (1999, p.4), estão relacionados a profissões regulamentadas juridicamente, com formação teórica ou técnica interventiva e, na maioria das vezes, em nível acadêmico superior. Os projetos apresentam a autoimagem de uma profissão, elegendo seus valores, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, indicam, com precisão, normas de comportamentos e as bases das relações para com seus usuários e outros profissionais.

Compreendendo o que afirma Netto, fica claro que um projeto profissional é o norte que guia as ações de cada categoria em seu determinado projeto, desmistifica a “aparência” da profissão construída pelo senso comum e revela seus determinantes e objetivos.

Complementando o que é um “projeto profissional”, Braz e Teixeira (s.d, p.5) pontuam:

[...] projeto profissional por sua vez conecta-se a um determinado projeto societário cujo eixo central vincula-se aos rumos da sociedade como um todo – é a disputa entre projetos societários que determina, em última instância, a transformação ou a perpetuação de uma dada ordem social. Os projetos profissionais são impensáveis sem esses pressupostos, são infundados se não os remetemos aos projetos coletivos de maior abrangência: os projetos societários (ou projetos de sociedade). Quer dizer: os projetos societários estão presentes na dinâmica de qualquer projeto coletivo, inclusive em nosso projeto ético-político.

Assim sendo, por meio das afirmações descritas anteriormente, compreende-se que o projeto ético-político-profissional do Serviço Social está relacionado à construção de um projeto societário que supere a ordem social vigente – capitalismo – pela eliminação das desigualdades sociais, econômicas e qualquer forma de discriminação e preconceito seja por gênero, etnia, cultura, entre outros.

O CRESS - Conselho Regional de Serviço Social – (s.d, s.p) da 17ª região, em seu site oficial, pontua o projeto ético-político do Serviço Social – PEPSS - em três dimensões, que o materializam:

Dimensão da produção de conhecimento no interior do Serviço Social: é a esfera da sistematização das modalidades práticas da profissão, onde se apresentam os processos reflexivos do fazer profissional. Dimensão político-organizativo da profissão: fóruns de deliberação e as entidades representativas (conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e as demais associações político-profissionais, movimento estudantil representado pelo conjunto dos CA's e DA's e pela ENESSO). É aqui que são tecidos os traços gerais do projeto, quando são reafirmados (ou não) determinados compromissos e princípios. Dimensão jurídico-política da profissão: aparato político-jurídico estritamente profissional (Código de Ética Profissional e a Lei de Regulamentação da Profissão – Lei 8.662/93 e as novas Diretrizes Curriculares do MEC; aparato jurídico-político de caráter mais abrangente (conjunto das leis advindas do capítulo da Ordem Social da Constituição Federal de 1988).

Sendo assim, o projeto profissional é formado pelo coletivo da categoria e correspondente ao que a profissão almeja, acredita e visa. Segundo Netto (1999, p.15-16), indica a estrutura básica do projeto ético-político-profissional do Serviço Social. O autor entende que foi na transição dos anos oitenta para os anos noventa que o projeto configurou sua estrutura básica. O projeto tem um caráter aberto: sendo flexível, está em um contínuo desdobramento, podendo assimilar novas problemáticas; o mesmo ainda reconhece a liberdade como valor central: pela escolha de alternativas concretas, visando à autonomia e empoderamento dos sujeitos sociais; o projeto profissional também está associado à construção de uma nova ordem societária e defende, de forma intransigente, os direitos humanos, contemplando o pluralismo.

Contudo a materialização dessa estrutura apontada, até então, depende da postura profissional do Assistente Social, que deve apropriar-se do mesmo em seus diversos campos sócio-ocupacionais, para construir suas respostas profissionais frente às demandas que denotam o cotidiano. Assim Yamamoto (2012, p.80) coloca que depende da competência do profissional:

O requisito é, ao inverso, uma competência crítica capaz de decifrar as estratégias de ação para enfrentá-las. Supõe competência teórica e fidelidade ao movimento da realidade; competência técnica e ética política que subordine o “como fazer” ao “o que fazer” e, este, ao “deve ser”, sem perder de vista seu enraizamento no processo social.

Dessa feita, esse requisito está associado ao constante aperfeiçoamento intelectual, o que permite uma favorável leitura crítica da realidade, postura política favorável à classe que sobrevive do trabalho e uma relação ética para com os seus usuários e outros profissionais. Neste sentido, a autora a seguir, afirma a importância de os Assistentes Sociais saberem fazer uma leitura profunda da realidade, para que possam, realmente, alcançar a efetivação do Projeto Ético-Político da Profissão,

[...] a importância de os profissionais saberem fazer leituras críticas, ético-políticas, de conjuntura, para poderem construir novas formas cada vez mais substantivas de consolidação do projeto profissional. Na verdade, o assistente social é um profissional que trabalha permanentemente na relação entre estrutura, conjuntura e cotidiano: é no cotidiano que as

determinações conjunturais se expressam e que se coloca o desafio de garantir o sentido e a direcionalidade da ação profissional. MATINELLI (2009, p.152) (grifo nosso)

Quer dizer que a autora coloca, sucintamente, que os desafios da profissão se materializam no cotidiano das suas ações, onde as determinações conjunturais se expressam e sobre as quais o profissional terá que criar alternativas, para realizar seu enfrentamento, garantindo, assim, a direcionalidade que essa profissão se propõe efetivar.

Netto (1999, p.16-17) completa este entendimento sobre a direcionalidade da ação profissional, dizendo que o projeto ético-político do Serviço Social possui uma dimensão política a favor da equidade e justiça social, sendo radicalmente democrático e a favor da universalização do acesso a bens e serviços; implica, também, no compromisso com a competência, o que demanda a busca da formação permanente e ação investigativa; prioriza uma relação com os usuários dos serviços prestados pelo Assistente Social de compromisso e ética; aponta que a efetivação do projeto depende do desempenho ético-político dos Assistentes Sociais e da articulação com profissionais e movimentos que se solidarizam com a luta geral dos trabalhadores. Por fim, ressalta que o projeto alcançou uma hegemonia, porém não é o único exclusivo no corpo profissional, devido a uma heterogeneidade e uma vinculação ao conservadorismo e ao neoconservadorismo.

Sendo assim, apresenta-se uma análise sobre os princípios dispostos no Código de Ética do Serviço Social (1993, s.p), para se compreender, de uma melhor forma, sua materialidade,

QUADRO 1 – Análise sobre os Princípios do Código de Ética do Serviço Social

I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;	A liberdade permite a emancipação do ser humano, para que este possa fazer suas escolhas de acordo com suas necessidades e potencialidades. Porém essa tem sido limitada e relacionada a valores econômicos diante o sistema capitalista, o qual direciona as escolhas
--	--

dos cidadãos para individualismo e consumismo.

<p>II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;</p>	<p>A postura de ser intransigente, ao garantir os direitos humanos, esclarece que de forma alguma o profissional pode deixar-se corromper pela não efetivação desses, mesmo que diante de situações de autoritarismo, limites políticos e institucionais; a superação desses deve ser feita por meio da criatividade profissional, visando à efetivação dos direitos.</p>
<p>III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras;</p>	<p>A ampliação e consolidação da cidadania se efetiva por meio do acesso aos direitos sociais, que garantam o desenvolvimento dos cidadãos, sendo essa uma luta que vai contra a maré do que está imposto pela política neoliberal e o sistema capitalista vigente.</p>
<p>IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;</p>	<p>O aprofundamento da democracia depende de dois pontos: a ampliação da participação política, cabendo ao profissional ampliar o acesso aos espaços de decisões públicas, de modo que essas favoreçam a todos os indivíduos inclusive aos que se encontram em situação de vulnerabilidade social e econômica; e da distribuição com equidade da riqueza socialmente produzida, garantindo, assim, direitos de desenvolvimento igual para todos.</p>

<p>V. Posicionamento em favor da equidade e da justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;</p>	<p>O profissional deve nortear suas ações em vista da garantia e acesso aos direitos sociais dos cidadãos, relacionados aos programas e políticas sociais, além de construir ações em busca da equidade e justiça social.</p>
<p>VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;</p>	<p>O profissional, em seu cotidiano, deve contribuir, para eliminar todas as formas de preconceitos culturais, econômicos, por opção sexual, entre outros. Enquanto incentivar o respeito à diversidade, visa a defender e respeitar opiniões contrárias ao que está posto no sistema vigente.</p>
<p>VII - Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;</p>	<p>Isto é, o pluralismo deve direcionar o trabalho do Assistente Social, no que tange ao respeito mútuo com as demais correntes profissionais democráticas. Contudo a corrente pluralista é integrada por vários setores de poder, sendo contrária à unificação do mesmo, visando a um ambiente democrático, onde todos tenham a oportunidade de manifestar suas opiniões.</p>
<p>VIII - Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e</p>	<p>É a busca da erradicação da dominação-exploração de classe, etnia e gênero, por meio do Projeto Profissional, ou seja, uma sociedade onde todos os indivíduos</p>

gênero;	tenham o pleno acesso às objetivações, tanto materiais quanto espirituais; tal forma de erradicação evidencia-se no âmbito das cooperativas, onde todos tenham o direito de produzir e ter acesso ao lucro igualmente, eliminando, assim, qualquer forma de dominação e relações de poder.
IX - Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores;	Este princípio evidencia a importância de os profissionais almejem parcerias com movimentos de outras categorias profissionais, contanto que possuam os mesmos ideais do projeto ético-político do Serviço Social, especialmente no que diz respeito às lutas coletivas dos trabalhadores em geral, com o intuito de haver garantia de direitos dessa classe.
X. – Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;	O Assistente Social deve assumir uma postura perante a sociedade na qual se comprometa a ofertar serviços de qualidade, ou seja, o mesmo deve capacitar-se, estudar, ampliar seus conhecimentos, suas alternativas de ação/intervenção, para melhor atender o seu usuário.
XI. – Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social,	O Assistente Social não deve assumir, nunca, uma postura preconceituosa e/ou de desrespeito à população

gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física;	demandatária de sua ação, mas deve assumir uma postura ética para com toda e qualquer pessoa, independente de suas características físicas, psíquicas e /ou sociais.
---	--

FONTE: Código de Ética do Assistente Social (1993) analisado pelas autoras.

A partir desta análise realizada sobre os princípios que regem a atuação do Assistente Social, reafirma-se seu compromisso com a classe trabalhadora e para com aqueles que necessitam da sua atuação. O Serviço Social tem uma direção social hegemonicamente eleita pela classe profissional, cabendo aos mesmos – quando estes têm o real desejo de transformar e/ou de viabilizar a transformação na vida dos seus usuários – o comprometimento e a capacidade crítica, para refletirem, com clareza, sobre suas ações.

Sendo assim, conforme apresentado anteriormente a esta análise, o projeto ético-político do Serviço Social depende da articulação com outros profissionais e movimentos que se solidarizam com a luta geral dos trabalhadores, sendo um desses movimentos a “Economia Solidária” – a qual tem sido foco nesse estudo – diante da precarização dos espaços de trabalho, a exploração do capitalismo e a depreciação dos direitos sociais. Essa, como já abordado, é uma alternativa para o enfrentamento da situação de marginalização em que se encontram os indivíduos, sendo uma forma de os trabalhadores se defrontarem com os interesses da classe dominante.

Sendo a Economia Solidária pautada em princípios de uma gestão compartilhada e uma forma de os trabalhadores se posicionarem contra o capital, o mesmo é um espaço sócio-ocupacional do Assistente Social. Este, por meio de sua capacidade teórica, crítica e metodológica, pode estar vinculado aos empreendimentos de Economia Solidária, para auxiliá-los na construção de relações que, de fato, sejam pautadas nos princípios que os guiam, visando ao empoderamento e emancipação dos sujeitos que a compõem, viabilizando, assim, a ultrapassagem das diversas situações de vulnerabilidades e riscos sociais vivenciadas por esses.

Diante disso, o próximo item tem o objetivo de explicar as possibilidades de intervenção do Assistente Social nos diferentes espaços de trabalho – inclusive na Economia Solidária – por meio da construção de respostas profissionais sustentáveis.

4.3 A possibilidade interventiva do Serviço Social frente às Cooperativas pautadas pelos princípios da Economia Solidária

O Serviço Social possui, como objeto de intervenção, as expressões da questão social em suas diversas formas de materialização. Como já abordado neste estudo, o profissional, por meio de sua leitura crítica, constrói transformações na realidade em que atua por meio da mediação, identificando os determinantes que constroem tais situações, para intervir na particularidade do mesmo, a fim de ultrapassar a ação praticada no singular, por meio do conhecimento da universalidade que cerca as inúmeras demandas.

Desse modo, a construção de respostas profissionais/intervenções do Assistente Social está relacionada à busca constante de conhecimento; ou seja, o mesmo deve desenvolver uma ação investigativa, superando a dicotomia existente entre teoria e prática, como completa o seguinte entendimento:

O que se reivindica, hoje, é que a pesquisa se afirme como uma dimensão integrante do exercício profissional, visto ser uma condição para se formular respostas capazes de impulsionar formulação de propostas profissionais que tenham efetividade e permitam atribuir materialidade aos princípios ético-políticos norteadores do projeto profissional. (IAMAMOTO, 2012, p. 56)

A pesquisa, como foi apontado, deve estar presente no cotidiano do Assistente Social, porque é a indagação e a busca do que se encontra para além do imediato que irá possibilitar uma intervenção que altere, em diferentes graus, a realidade em que o profissional atua. E o profissional, além de identificar as suas demandas para além do senso comum, deve fazer uma leitura do espaço

institucional que o cerca, conhecer os limites e possibilidades que a organização oferece, sendo os limites um espaço de intervenção para o mesmo, porque esse atua nos limites, visando a desconstruir as barreiras que precarizam e limitam sua ação, por uma intervenção qualificada e de compromisso com os seus usuários, conforme afirma lamamoto (2012, p. 75):

O desafio é re-descobrir alternativas e possibilidades para o trabalho profissional no cenário atual; traçar horizontes para a formulação de propostas que façam frente à questão social e que sejam solidárias com o modo de vida daqueles que vivenciam, não só como vítimas mas como sujeitos que lutam pela preservação e conquista da sua vida, da sua humanidade.

Este redescobrimento está interligado à postura profissional, pois a leitura das demandas deve ser realizada para além do imediato, compreendendo as formas como essas se materializam no cotidiano. Dessa forma, esse processo está relacionado ao condicionante da busca ativa do conhecimento, pelo que “o profissional deve ter uma sólida formação intelectual em termos de conhecimento crítico, tanto teórico-metodológico quanto interventivo” (GUERRA, 2009, p.87). Por outro lado, quando o Serviço Social executa seu “processo de trabalho”, está engendrado em uma relação dinâmica e dialética. Quer dizer que conforme produz transformações na realidade, este último também transforma a si mesmo, como cita MARTINELLI (2009, p.150):

Estou partindo aqui de uma concepção histórica de profissão, na qual o serviço social é visualizado como especialização do trabalho coletivo, e sua prática, como concretização de um processo de trabalho que tem como objetivo o enfrentamento das inúmeras expressões da questão social. Isto lhe dá um caráter eminentemente dinâmico, permitindo-nos pensar o serviço social como uma profissão histórica, instituinte, uma verdadeira construção social, uma vez que a profissão se transforma ao se transformarem as condições em que se dá o seu engendramento histórico. Nesta perspectiva, o sentido e a direcionalidade da ação profissional demandam um permanente movimento de construção/reconstrução crítica, pois projetos ético-políticos e práticas profissionais devem pulsar com o tempo e com o movimento. Ambos são atos políticos, são produtos de sujeitos coletivos em contextos históricos determinados.

Com base na citação da autora, percebe-se que a conjuntura que “cria” os determinantes sociais presentes na sociedade brasileira são aqueles que também

determinam o início, o desenvolvimento e a utopia da profissão, sendo esta uma nova ordem societária. Porém é engendrado, nesse processo, que ela (re) descobre, a cada dia, novas formas de intervenção que possam viabilizar transformações nas realidades apresentadas ao profissional.

Dessa feita, para a autora Battini (2009, p.66-71), o Assistente Social, enquanto pesquisador/investigador dos fenômenos salientados pela questão social deve levar, em conta, a complexidade da realidade, capturar seu significado, modo de ser e constituir, descobrir suas particularidades, atributos, de modo que isso permita a reconstrução da realidade observada, de modo que essa se torne cada vez mais viva em um percurso contínuo, entre aparência e essência. Portanto, é essa postura investigativa que nega a visão de que a pesquisa tem sua centralidade nas faculdades, universidades e núcleos científicos, mas que, na verdade, a pesquisa deve ser expressa no cotidiano profissional, onde as demandas se apresentam em sua forma real e palpável, podendo ser investigadas, muito mais efetivamente, pelos Assistentes Sociais.

O levantamento de dados, aprofundamento em legislações, bibliografias relacionadas ao campo de intervenção é que irão possibilitar uma intervenção eficaz e de compromisso ético para com os usuários, permitindo-lhes, assim, que a teoria seja a luz da prática.

Dessa forma, compreende-se o processo que possibilita a efetividade, a eficácia, a qualidade e o compromisso na intervenção do Assistente Social em seus diversos campos sócio-ocupacionais, bem como seus engajamentos em movimentos e organizações políticas.

O profissional que esteja vinculado aos empreendimentos de Economia Solidária deve analisar se, enquanto uma estratégia possível de luta dos trabalhadores, esta realmente tem possibilitado a emancipação dos sujeitos que a compõem e qual tem sido seu relacionamento com os princípios que guiam a Economia Solidária teoricamente, de maneira que possa possibilitar ao grupo repensar sua organização, identificar suas prioridades e objetivos que pretendem alcançar, além de analisar a mesma na conjuntura presente do capital.

Essa identificação será possível por meio da pesquisa de campo, que será realizada na Cooperativa Sabores do município de Taciba – SP, uma

cooperativa formada por mulheres integrantes de programas de transferência de renda, mediante a qual se pretende analisar, identificar seu perfil e como esse espaço alternativo de trabalho se tem relacionado com os princípios da Economia Solidária, elucidando, desse modo, de que forma o Serviço Social poderá contribuir para a emancipação dos sujeitos que compõem a mesma por meio da construção de respostas profissionais sustentáveis.

5 ANÁLISE SOBRE A CATEGORIA TRABALHO JUNTO À COOPERATIVA SABORES DE TACIBA: OLHARES ACERCA DAS POSSIBILIDADES DE EMANCIPAÇÃO DOS SUJEITOS SOCIAIS

Neste capítulo, será apresentada a análise da pesquisa de campo realizada na Cooperativa Sabores, situada no Município de Taciba, com a intenção de identificar se a mesma corresponde a um espaço de trabalho que venha a garantir os direitos sociais, bem como a emancipação dos sujeitos que participam da mesma por meio da proposta de Economia Solidária. Para além disso, buscou-se, por meio dessa análise, identificar o espaço que o Serviço Social efetivamente tem dentro desse campo sócio-ocupacional.

Sendo assim, inicialmente será abordada a metodologia de pesquisa utilizada para a construção dessa análise, posto que seja de suma importância compreender-se o processo pelo qual foi elaborada.

Em um segundo momento, será explicitado o questionário e as entrevistas realizadas, sendo estas com a Assistente Social responsável pelo acompanhamento da Cooperativa, bem como com as mulheres que participam da mesma. A finalidade dessa coleta de dados é possibilitar ao grupo uma apreensão da realidade em sua totalidade, partindo da prerrogativa de reflexão sobre como esse espaço de trabalho é ou pode constituir-se no sentido da efetivação de direitos dos trabalhadores e, também, de emancipação social, como foi citado acima.

Por fim, após construir indicadores dessa realidade, pôde-se realizar a leitura da mesma, compreendendo-a na sua universalidade e identificando as suas

particularidades, possibilitando, com isso, a interpretação e análise crítica desses dados, obtendo, dessa forma, um diagnóstico social em relação ao tema proposto.

5.1 Metodologia de Pesquisa

A presente pesquisa tem por objetivo apreender a Economia Solidária e o Cooperativismo, enquanto uma possível alternativa de trabalho àqueles sujeitos que se encontram excluídos do mercado de trabalho. Em face deste objetivo, o objeto de pesquisa é centrado na discussão da categoria trabalho, sendo o mesmo materializado no espaço da Cooperativa Sabores de Taciba, alvo desta pesquisa de campo e análise crítica.

Assim, partiu-se da concepção de MINAYO (2009, p.16) sobre pesquisa:

Entendemos por *pesquisa* a atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação. Ou seja, *nada pode ser intelectualmente um problema se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática*. As questões da investigação estão, portanto, relacionadas a interesses e circunstâncias socialmente condicionadas. São frutos de determinada inserção na vida real, nela encontrando suas razões e objetivos.

Compreende-se, portanto, que os processos que envolvem a pesquisa são de suma importância para o Serviço Social, pois a mesma vai aprofundar-se e buscar as raízes de “problemas” expressos na vida prática da sociedade. Segundo as palavras da autora, seguida por interpretação do grupo, a fonte principal que movimenta a busca da pesquisa é a pergunta, os questionamentos do pesquisador, que, por meio das suas vivências e aproximações com a realidade, vai despertar seu interesse por determinados fatos e/ou problemas.

Desse modo, como problema de pesquisa desta construção, elencou-se a questão da Economia Solidária, enquanto uma possível alternativa de trabalho que vise à emancipação do sujeito social, bem como à efetivação dos seus direitos sociais, articulando, ainda, este trabalho realizado por meio dos princípios da Economia Solidária, a atuação do Serviço Social junto ao seu Projeto Ético-Político-Profissional, questionando se os princípios da primeira se alinham aos desta profissão.

Para isto, centralizou-se a análise do problema de pesquisa no campo de que se constitui a Cooperativa Sabores de Taciba, com o intuito de enriquecer a construção deste trabalho, a partir da análise da realidade que é congruente com os moldes desta problematização.

Desse modo para a construção deste trabalho, foram utilizadas, como técnicas de pesquisa, a documental indireta, a qual auxiliou no processo de enriquecimento do trabalho e na construção deste conhecimento. Esse processo foi fundamentado em materiais, como livros, artigos, legislações já existentes, dentre outros documentos e publicações que proporcionaram subsídio para a reflexão do objeto deste estudo.

Contudo, além dessa técnica de pesquisa já citada, foi utilizada, também, a técnica de pesquisa de campo, de cunho quantitativo e qualitativo, sendo que se utilizou o instrumental de coleta de dados, centrado no questionário – destinado à Assistente Social –, bem como o instrumental de entrevista, sendo essa semiestruturada com perguntas abertas e fechadas, destinado às mulheres cooperadas, no sentido de coletar dados para a reflexão acerca do objeto deste estudo.

Segundo MINAYO (2009, p.61),

O trabalho de campo permite a aproximação do pesquisador da realidade sobre a qual formulou uma pergunta, mas também estabelecer uma interação com os “atores” que conformam a realidade e, assim, constrói um conhecimento empírico importantíssimo para quem faz a pesquisa social.

Complementando, ainda, os dizeres de Minayo sobre a relevância do trabalho de campo, CHIZZOTTI (2001, p.52) discorre sobre as diferenças e as formas de se completarem os dados qualitativos e quantitativos:

As pesquisas têm sido caracterizadas pelo tipo de dados coletados e pela análise que se fará desses dados: Quantitativas: preveem a mensuração de variáveis preestabelecidas, procurando verificar e explicar sua influência sobre outras variáveis, mediante a análise da frequência de incidências e de correlações estatísticas. O pesquisador descreve, explica e prediz; Qualitativas: fundamentam-se em dados coligidos nas interpretações interpessoais, na co-participação das situações dos informantes, analisadas a partir da significação que estes dão aos seus atos. O pesquisador participa, compreende e interpreta.

Assim sendo, a partir da conceituação dos autores sobre o trabalho de campo e a caracterização da coleta e análise de dados – quantitativas e qualitativas –, elucidou-se a importância desse tipo de trabalho para o Serviço Social, sendo as pesquisas acadêmicas e/ou profissionais verdadeiros impulsionadores do conhecimento da realidade social em sua completude.

Diante do exposto, a escolha deste objeto de pesquisa se deu a partir de aulas de Sociologia e Economia no primeiro ano de curso da graduação em Serviço Social, levando o grupo a refletir sobre as reais possibilidades de intervenção do Serviço Social junto as Cooperativas pautadas pelos princípios da Economia Solidária. Além disso, questionou-se, ainda, se essas Cooperativas – enquanto categoria de trabalho – garantem aos sujeitos sociais a efetivação dos seus direitos, bem como a emancipação social.

Desse modo, a pesquisa de campo foi realizada com o universo de onze mulheres, totalizando 100% das mesmas, as quais são cooperadas na Sabores de Taciba, e, também, com uma Assistente Social, gestora da Secretaria de Assistência Social do Município e responsável pelo acompanhamento do projeto, centrando as seguintes análises provenientes da coleta de dados, a partir dos eixos de análise: caracterização do perfil das mulheres relacionadas ao trabalho e ao gênero, categoria Economia Solidária e sua interface com o Serviço Social, sendo este outra categoria de análise.

Como metodologia para a realização deste trabalho, utilizou-se o materialismo histórico-dialético. Segundo GIL (2011, p.14):

A dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais, etc.

Conforme explanado pelo autor, a metodologia orientada pela dialética tem a sua interpretação baseada nos princípios da compreensão da realidade em sua totalidade, ou seja, reflete as mesmas enquanto participes de processos que contêm relações determinantes e conjunturais, e não isoladas no universo, como “problemas” aleatórios.

Enfim, para a realização da pesquisa de campo, foi previamente agendada pelo grupo a aplicação de um questionário com a gestora do serviço de Assistência Social do Município de Taciba, a qual é responsável pelo acompanhamento do Projeto³. Assim, foi elaborado um instrumental de coleta de dados, o qual se caracterizou, por ser um questionário – como já explicitado acima. Ou seja, enviou-se o mesmo, previamente, à gestora e recolhido posteriormente, em visita ao município. Assim, o grupo deu prioridade ao uso do instrumental para a coleta de dados, direcionado à técnica de questionário – aplicado com a Assistente Social, pois, segundo GIL (2011, p.121):

Pode-se definir questionário como a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas as pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc. [...] Construir um questionário consiste basicamente em traduzir objetivos da pesquisa em questões específicas. As respostas a essas questões é que irão proporcionar os dados requeridos para descrever as características da população pesquisada ou testar as hipóteses que foram construídas durante o planejamento da pesquisa.

Dando continuidade ao processo de coleta de dados desta pesquisa, foi elaborado, também, outro instrumental de coleta dos mesmos, destinados às onze mulheres que fazem parte da Cooperativa Sabores de Taciba – enquanto cooperadas e, portanto trabalhadoras. Este instrumental foi elaborado em forma de entrevista, sendo esta semiestruturada, contendo perguntas abertas e fechadas.

³ Abordaremos com mais profundidade o tema durante o eixo de análise da categoria Economia Solidária e Serviço Social, caracterizando de maneira mais clara o trabalho executado pelo profissional Assistente Social junto a Cooperativa Sabores de Taciba.

Ainda sobre a relevância dos instrumentais utilizados para a aplicação da pesquisa de campo, tem-se a entrevista – utilizada para a coleta de dados com as cooperadas da Sabores de Taciba – como técnica privilegiada, segundo MINAYO (2009, p.64):

Entrevista, tomada no sentido amplo da comunicação verbal, e no sentido restrito da coleta de informações sobre determinado tema científico, é a estratégia mais usada no processo de trabalho de campo. Entrevista é acima de tudo uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa do entrevistador. Ela tem o objetivo de construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa, e abordagem pelo entrevistador, de temas igualmente pertinentes com vistas a este objetivo. As *entrevistas* podem ser consideradas *conversas com finalidades* e se caracterizam pela sua forma de organização. [...] (b) *semiestruturadas*, que combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada; [...].

Diante do exposto, a aplicação do questionário, estruturado com perguntas abertas e fechadas, e das entrevistas semiestruturadas com perguntas abertas e fechadas - foram realizados durante o período de Julho á Agosto de 2013, sendo o questionário enviado à Assistente Social, gestora do Município e responsável pelo acompanhamento da Cooperativa, em Julho/2013, e recolhido em Agosto/2013. Também as entrevistas foram todas realizadas em Agosto/2013, com o universo total de mulheres, mencionado no parágrafo anterior. Após a coleta de dados, transcreveu-se as entrevistas e o questionário, com o intuito de analisar os dados de forma fidedigna e na sua íntegra.

Entrementes, esta pesquisa de campo foi realizada, com o intuito de analisar, a partir da realidade social vivenciada por essa Cooperativa, o perfil das cooperadas, a materialização da categoria trabalho, a questão do gênero, bem como observar, preponderantemente, se a mesma está alinhada aos princípios da Economia Solidária e de quais formas o Serviço Social tem e/ou pode contribuir neste processo.

Enfim, abordar-se-á, no item seguinte, a formação inicial da Cooperativa Sabores de Taciba, buscando tornar claro ao leitor como a mesma se caracteriza e a partir de quais bases o seu trabalho foi organizado, sendo a análise da pesquisa de campo o item de fechamento desta construção, dando aporte aos aspectos conclusivos desta obra.

5.2 Cooperativa Sabores de Taciba: Uma apreensão histórica sobre a implantação do Projeto no Município

Iniciou-se este capítulo, fazendo uma apreensão sobre as características do Município de Taciba, o qual é berço do projeto de geração de renda – Cooperativa Sabores de Taciba. Esta caracterização se faz essencial, pois é a partir do diagnóstico social local que o grupo teve subsídios, para refletir sobre as possibilidades e entraves existentes na realidade das mulheres que fazem parte da Cooperativa, compreendendo, de forma mais ampla e completa, a dinâmica de vida das mesmas.

Sendo assim, o Município de Taciba – onde está localizada a Cooperativa Sabores – está situado no interior do Estado de São Paulo e compõe a região do grande Centro-Oeste-Paulista. Esta região é marcada por uma cultura econômica baseada na agricultura e agropecuária, sendo estas as maiores fontes de renda da região, bem como os setores de serviços.

Segundo dados colhidos no IBGE (s.d, s.p), a sua área territorial é de 607, 311 Km², e o mesmo tem uma população estimada, segundo dados de referência do ano de 2010, do mesmo site, de 5.714 pessoas. Sendo o sujeito-alvo desta elaboração, as mulheres, que residem no município são em um número total de 2.853, segundo dados do IBGE (s.d; s.p), dessas, aproximadamente 1.920 mulheres estão em idade ativa, para adentrar e/ou fazer parte do mercado de trabalho, estando as mesmas em idade entre 15 e 64 anos.

Conforme constatado em visita presencial ao Município, o mesmo apresenta uma situação de defasagem em ofertas de postos de trabalho, sendo que a maior área de empregabilidade é o setor rural e também, uma usina de açúcar e álcool, que emprega os trabalhadores de forma esporádica – conforme a safra da cana de açúcar. Esse fato os deixa sem alternativas, principalmente as mulheres, já que as mesmas, além do trabalho, exercem função de mãe e responsável pelo lar. Isso se agrava ainda mais, somando-se ao fato de que essas mulheres apresentam uma baixa escolaridade e nenhuma qualificação profissional, dificultando a sua inserção em outros tipos de serviços.

Além disso, segundo informações colhidas em site da SAGI – Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – (s.d, s.p), do ano de 2006 a 2010, houve uma queda na taxa de vínculos de trabalhos formais, no Município, de -59,3%. Ou seja, de 1.772 postos em 2006, houve uma diminuição para 721 em 2010. Ainda se analisando dados sobre a oferta de trabalho, no Município de Taciba, tem-se que a área de serviços e a agropecuária são os setores que mais empregam trabalhadores formalmente. Mas, assim como a taxa geral de oferta de empregos formais tem diminuído entre os anos de 2006 a 2010, houve uma considerável variação nesses setores também, havendo uma queda de -70,7% no setor de serviços e de -21,0% na agropecuária.

Os vínculos formais que apresentaram maior queda por faixa etária – segundo dados da SAGI (s.d, s.p) – foram os de 18 a 24 anos de idade, seguidos pela faixa etária de 25 a 29 anos e de 30 a 39, ambos apresentando uma variação entre os anos de 2006 a 2010, de -87,6%, -72,6% e -57,5%. Ou seja, com esses dados, pode-se concluir que o desemprego atinge uma parcela da população que está economicamente ativa e em início de carreira, onde elas mais precisam organizar-se econômica e socialmente, tendo as mesmas constituído família e necessitando adentrar o mercado de trabalho.

Diante desse quadro – de dificuldades para inserção no mercado de trabalho e, também, de necessidades de efetivações de direitos pela Política de Assistência Social para subsistência das famílias -, é que surgiu a demanda do Projeto da Cooperativa Sabores de Taciba, que tem seu foco na capacitação de mulheres, bem como na produção e na venda de doces e conservas para os consumidores da região, que circunda o Município.

Segundo material do CRAS – São Paulo Capacita CRAS – (s.d, p.37), a Cooperativa Sabores de Taciba foi pensada enquanto um “Projeto de Geração de Renda, desenvolvido pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Taciba”. O mesmo foi implantado no ano de 2002, enquanto uma estratégia de proteção social destinada às famílias que integravam o programa de transferência de renda - “Renda Cidadã”.

Dessa forma, segundo o material do CRAS – São Paulo Capacita CRAS – (s.d, p.37),

O caminho encontrado pelo município foi o da oferta de qualificação profissional. Com o auxílio do Sebrae, verificou-se que o mercado de produtos alimentícios mantém-se como um dos mais estáveis da atividade econômica e que, por fazer uso de produtos naturais, o segmento de compotas e conservas oferecia um atrativo particular, de grande potencial de vendas. Com base nessas informações a Secretaria Municipal de Assistência Social elaborou o projeto Sabores Taciba.

O projeto elaborado consistia na ideia de que as famílias que se encontravam em situação de vulnerabilidade social se juntassem em sistema de cooperativismo e produzissem compotas, conservas e doces caseiros. O objetivo geral da implantação do mesmo era, conforme material do CRAS (s.d, p.37):

[...] melhorar as condições de vida do grupo, por meio da geração de renda. Buscou-se, com isso, também, superar o tradicional modelo assistencialista, pela adoção de iniciativas que efetivamente contribuíssem para a sustentabilidade dessas famílias.

Entretantes, o que se buscava eram alternativas de trabalho que contemplasse as pessoas que se encontravam excluídas do mesmo, bem como apresentavam uma dificuldade na manutenção da subsistência de sua família, recorrendo, assim, a programas de transferência de renda. É importante ressaltar-se que os programas de transferência de renda são garantias – direitos sociais – daqueles que necessitarem. É devido a isto que o Projeto Cooperativa Sabores objetivava uma ampliação não só dos recursos financeiros dessas famílias, por meio da geração de renda, mas também a sua aprendizagem, o seu convívio social, a sua participação política na vida da comunidade e também pública. Quer dizer que esse trabalho se pautava muito mais por seu caráter emancipatório do que a geração de renda se findando nela mesma.

Assim sendo, segundo material do CRAS (s.d, p.37), o Projeto Cooperativa Sabores foi organizado, inicialmente, da seguinte maneira:

Para a concretização dos objetivos, foi adotado um conjunto de ações, entre as quais incluíam-se a montagem do planejamento, a divulgação do projeto às 30 famílias integrantes do Programa Renda Cidadã e a organização de um curso sobre produção compotas, conservar geleias e doces. Também foram programadas palestras de orientação sobre normas de vigilância sanitária e empreendedorismo. Das 20 mulheres que demonstraram interesse em participar, 15 deram início à produção. As vendas começaram

a ser feitas na própria cidade e na região, diretamente ao consumidor. O trabalho passou a ser monitorado permanentemente – avaliações mensais se encarregavam de verificar o andamento e os avanços do projeto.

Ainda segundo o mesmo material, é relatado que, inicialmente, o maior desafio era a sensibilização das mulheres – sujeito-alvo da implantação do projeto, no que tange à participação das mesmas nessa nova empreitada, despertar o interesse delas para outro tipo de atividade que não sejam os postos de trabalhos comuns. Foi posto como um desafio e só foi superado por meio de reuniões interativas com orientações da Assistente Social, conforme consta nos documentos do CRAS (s.d, p.37).

Dessa feita, em linhas gerais, o projeto da Cooperativa Sabores, em seu início, contou com o apoio da prefeitura municipal de Taciba e seus diversos setores, tanto para o planejamento das ações como para a comercialização dos produtos oriundos da Cooperativa. Além do mais, foram estabelecidas normas e regulamentos, buscando viabilizar o convívio harmônico entre as participantes do projeto, bem como o direcionamento e a credibilidade do mesmo.

Enfim, para concluir este apanhado sobre a implantação do projeto, o mesmo contou, inicialmente, com o apoio financeiro do Fundo Social de Solidariedade e Desenvolvimento Social e Cultura do Estado de São Paulo. E ainda contou com o subsídio do poder público municipal, que custeava, inicialmente, os investimentos em matéria-prima e, também, os gastos com energia elétrica, água, e outras despesas, assim como consta em material do CRAS (s.d, p.38).

Nesta perspectiva, volta-se a analisar e a caracterizar a Cooperativa Sabores de Taciba.

Atualmente, a mesma está com dez anos de funcionamento, porém sua realidade ainda é precária. Neste sentido, pode-se pontuar que o projeto continua tendo os mesmos objetivos – gerais e específicos – elencados em seu princípio, porém sofre com a falta de gestão – tanto financeira como de vendas e de pessoal. Existe a ausência de recursos que sozinhos consigam custear o projeto em sua completude, dependendo o mesmo de subsídios municipais para as mesmas demandas elencadas no parágrafo acima, inclusive tem sofrido com interferências

políticas, que prejudicam o planejamento de ações que sejam sustentáveis e que possam, de alguma forma, garantir o caráter emancipatório pensado inicialmente.

Dessa feita, o grupo de mulheres que atualmente se encontram participando da Cooperativa Sabores de Taciba é composto por onze mulheres, dentre as quais duas delas são coordenadoras, sendo que todas fazem parte de algum programa de transferência de renda – Bolsa-Família ou Renda Cidadã. E mensalmente é realizada uma reunião para acompanhamento do projeto, sob a responsabilidade da Assistente Social, gestora do serviço de Assistência Social do mesmo Município.

O projeto atualmente se encontra sob precariedades, porém apresenta um potencial de crescimento considerável, pois os produtos são de qualidade e o trabalho realmente oferta a essas mulheres alternativas, que não as mais qualificadas, mas, ao menos, uma nova perspectiva para aquelas que se encontram excluídas do mercado de trabalho.

Findando, assim, este subitem, discutir-se-ão, a seguir, os eixos de análise, fruto desta pesquisa de campo, buscando agregar à caracterização da Cooperativa uma compreensão mais adensada sobre a mesma e dando-lhe aporte para a conclusão deste trabalho, o qual visa a evidenciar uma possível interface entre o Serviço Social e os princípios da Economia Solidária, objetivados nas Cooperativas, enquanto uma alternativa de trabalho, bem como a sua relação com a precarização do trabalho e a inserção do gênero feminino nesse âmbito.

5.3 A Economia Solidária enquanto alternativa de Trabalho e a atuação do Serviço Social frente a esta perspectiva

Dessa forma, como foi posto no item anterior, o objetivo deste subcapítulo é ofertar ao leitor a análise dos dados coletados por meio da pesquisa de campo, realizada na Cooperativa Sabores, localizada no Município de Taciba, São Paulo.

Serão apresentados, a seguir, eixos de análises que, mediante a construção de indicadores sociais, serão esmiuçados e estudados, para, por fim, auxiliar na construção de um novo conhecimento sobre essa realidade.

Enfim, os eixos de análise serão subdivididos em: caracterização do perfil das cooperadas, relacionada a questões de trabalho e gênero, categoria Economia Solidária e, por fim, categoria Serviço Social. Por meio destas, será feita uma apreensão da sua totalidade e a construção de uma conclusão sobre o objeto de estudo desta pesquisa, sendo a mesma a categoria trabalho, enquanto uma possível alternativa, e as formas com que o Serviço Social pode estar atrelado a esse processo na perspectiva emancipatória dos sujeitos sociais.

5.3.1 Análise e caracterização do perfil das cooperadas relacionadas a questões de trabalho e gênero

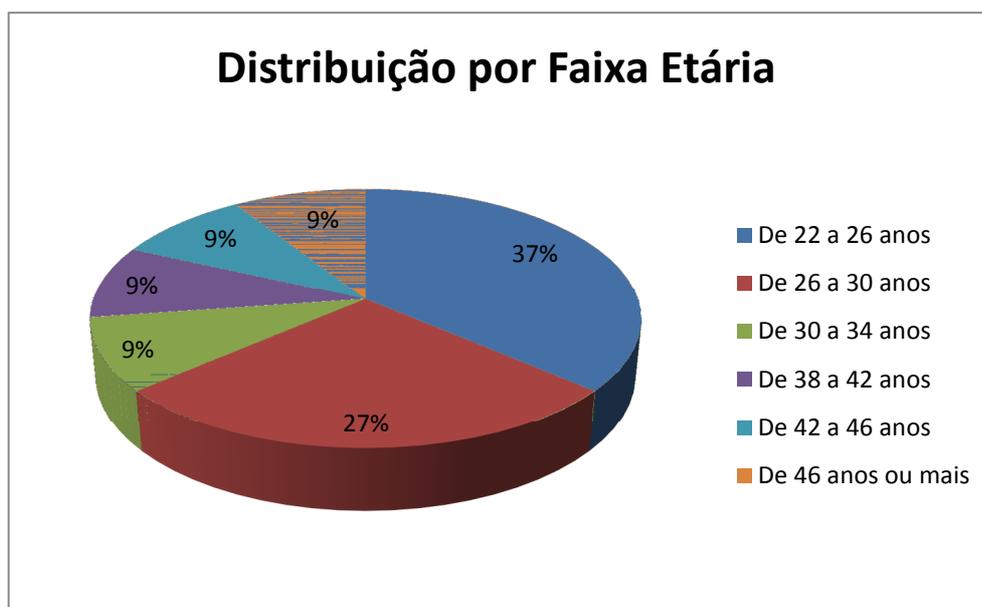
O eixo analisado neste item visa a evidenciar as características das mulheres que fazem parte da Cooperativa Sabores de Taciba, buscando traçar o perfil das mesmas, analisando, posteriormente, as condições de trabalho às quais essas mulheres têm sido submetidas no decorrer das suas vidas; e, ainda, a categoria gênero, que se torna relevante, quando as mulheres ocupam a posição de chefes de família e assumem postos de serviços precarizados.

É importante ressaltar-se que os dados gerados e utilizados nessa categoria foram coletados de forma direta, mediante entrevista por meio de um instrumental elaborado pelo grupo, sendo que todas as onze cooperadas responderam as mesmas questões, sendo estas abertas e fechadas.

Além disso, é importante evidenciar-se que, para preservar a identidade dessas mulheres, as mesmas serão identificadas apenas pela inicial de seu nome, não sendo expostas, e garantindo, assim, a credibilidade desta pesquisa.

Desse modo, o primeiro indicador a ser analisado diz respeito ao perfil das mulheres que procuram a Cooperativa, enquanto forma alternativa de trabalho, segundo dados expressos no gráfico,

GRÁFICO 1 – Distribuição por Faixa Etária

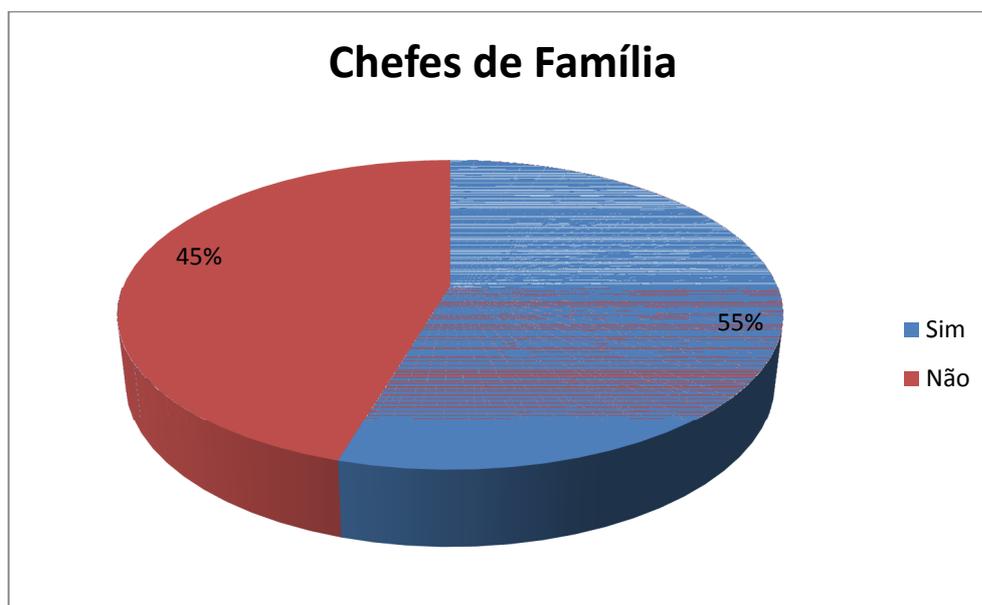


FONTE: Gráfico elaborado pelas autoras.

Pode-se analisar que, dentre as onze mulheres que compõem, atualmente, a Cooperativa Sabores, 64% delas se encontram na faixa etária dos 22 aos 30 anos de idade. Ou seja, mais da metade delas recorrem ao projeto nos anos iniciais da sua carreira no mercado de trabalho, havendo o indício da escassez dos postos de trabalho regulamentados, o que leva as mesmas a recorrerem a alternativas de trabalho que possam garantir-lhes alguma forma de sustento por um período.

Outra aferição realizada na pesquisa de campo diz respeito a essas mulheres serem chefes de família,

GRÁFICO 2 – Chefes de Família

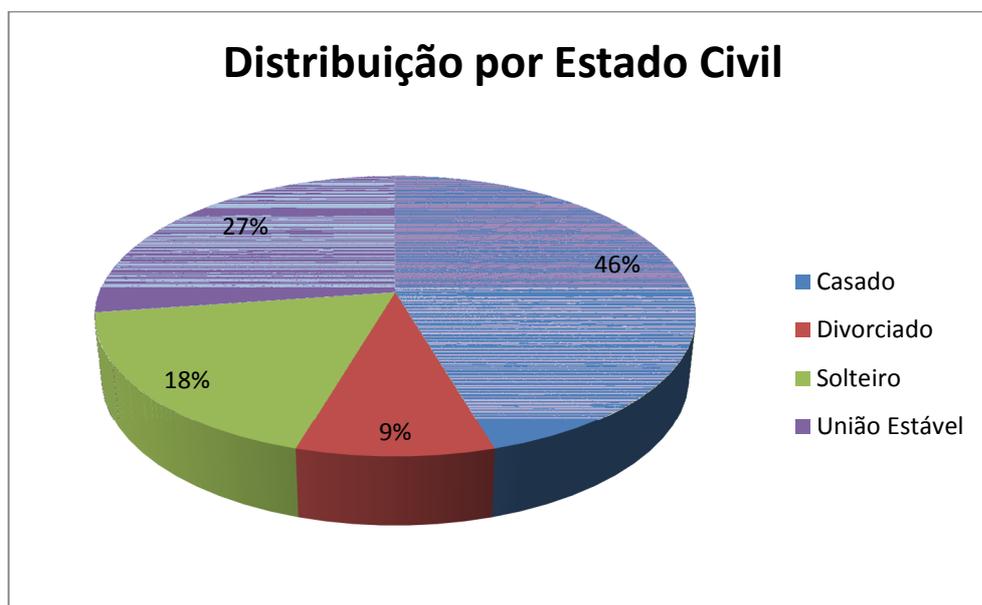


FONTE: Gráfico elaborado pelas autoras.

As mulheres que são chefes de família naturalmente expressam um grau de vulnerabilidade social – acesso à renda, a bens e serviços e a vínculos relacionais e socioterritoriais - maior que aquelas que não o são, pois é dever delas o sustento e a manutenção da subsistência sua, bem como a de sua família. Por outro lado, todos os deveres domésticos, comunitários, do trabalho, entre outros, serão intransferivelmente dela, pois a figura responsável pela casa é centrada na mulher.

Dessa feita, dando seguimento à análise, o próximo gráfico diz respeito ao estado civil dessas mulheres.

GRÁFICO 3 – Distribuição por Estado Civil



FONTE: Gráfico elaborado pelas autoras.

A partir dos dados expressos no gráfico, tem-se que 46% das mulheres são casadas, ou seja, apresentam uma família nuclear composta por pai, mãe e filhos, sendo que 54% delas nunca tiveram e/ou não têm, mais, um vínculo matrimonial, sendo as mesmas as únicas responsáveis pelo sustento seu e de sua família.

Ainda sobre esta questão, foi marcadamente expresso pelas cooperadas e demonstrado em pesquisa de campo como estas se sentem coagidas pelos maridos, ou seja, pela figura masculina, sendo caracterizada, aqui uma questão de gênero, que será mais bem abordada a partir das próprias falas dos sujeitos mais à frente.

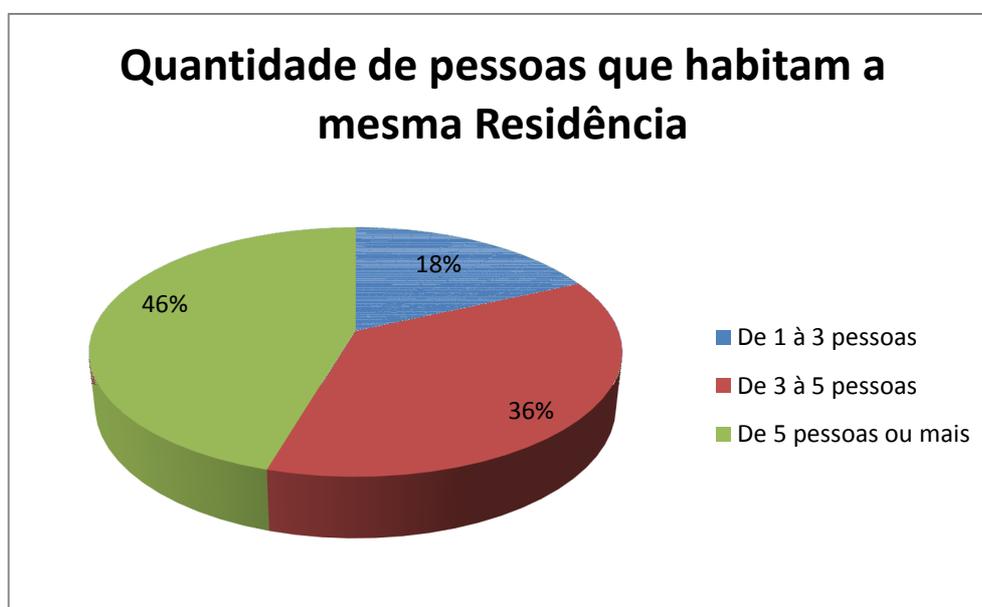
Se cruzarem os dados apresentados nos três primeiros gráficos, ter-se-á uma mulher cooperada com o seguinte perfil: a maioria delas são mulheres jovens, com idade entre 22 e 30 anos, sendo que, 55% delas são chefes de família, ou seja, são as responsáveis pelo sustento da sua família; e 54% delas não apresentam vínculos matrimoniais e/ou de união estável, reafirmando, portanto, a questão de serem as responsáveis pelo sustento de sua família.

É importante ressaltar-se, ademais, o risco potencial que essas mulheres apresentam, por se encontrar em situação de vulnerabilidade social, pois a

figura feminina, marcada pela cultura brasileira, ainda se apresenta de forma frágil. E esse fator se agrava, quando somado ao fato de essas mulheres tão jovens estarem excluídas do mercado formal de trabalho e serem as responsáveis por sua família.

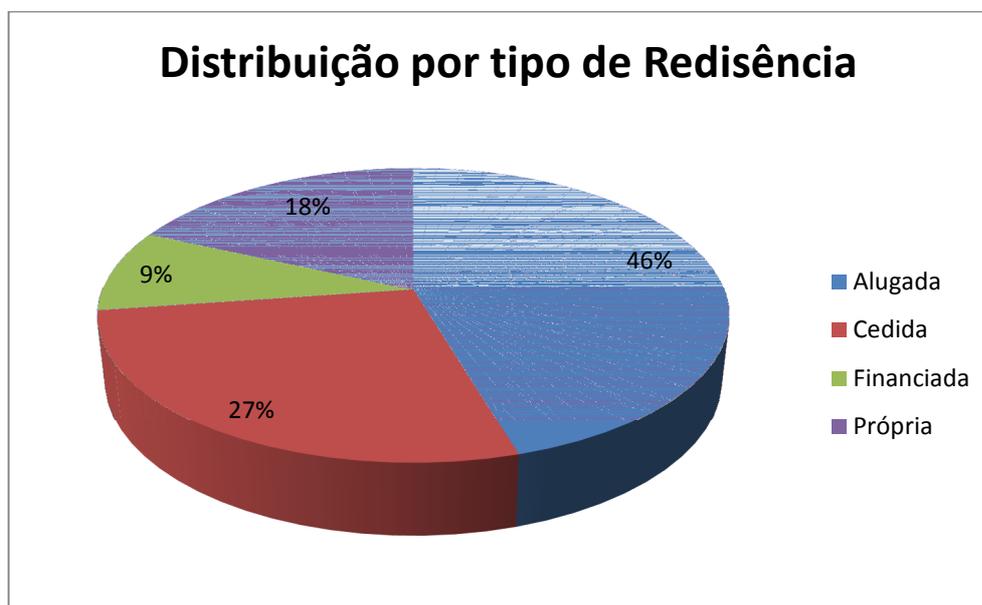
Outra questão abordada nesta coleta diz respeito à habitabilidade dessas mulheres, sendo as mesmas questionadas sobre quantas pessoas residiam na mesma casa que elas, bem como qual era o tipo de residência, e se isso implicava em custos adicionais ou não. Assim, têm os seguintes gráficos:

GRÁFICO 4 – Quantidade de pessoas que habitam a mesma Residência



FONTE: Gráfico elaborado pelas autoras.

GRÁFICO 5 – Distribuição por Tipo de Residência



FONTE: Gráfico elaborado pelas autoras.

O gráfico número quatro, que representa o número de pessoas que habitam a mesma residência, demonstra mais um fator que agrega ao risco de vulnerabilidade social – somando este aos fatores expressos nos gráficos anteriores -, pois 46% das mulheres apresentam uma família composta por cinco pessoas ou mais, sendo que, segundo o IBGE (s.d, s.p), a média de pessoas por residência é de 3,9; ou seja, um número superior representa um fator de risco no que tange à sobrevivência, de forma digna, da família. É importante observar-se que, em hipótese alguma, a família deve ser culpabilizada pela sua situação de vulnerabilidade. Isso ocorre em decorrência da não garantia dos direitos sociais desses sujeitos, fato que, de alguma maneira, será expresso, muitas vezes sendo a pobreza e a exclusão social a forma mais evidente.

Assim sendo, o gráfico cinco representa o tipo de residência na qual essa família reside, ou seja, se a mesma é alugada, cedida, própria ou financiada. O objetivo desta questão era levantar se essas mulheres, além da falta de acesso ao mercado de trabalho formal, ainda têm custos com a moradia, o que representa um peso no orçamento familiar – muito maior para aquelas que são chefes de família, ou seja, 55% delas -. Entrementes, os dados demonstraram que 46% residem em casa alugada, ou seja, têm gastos adicionais com a manutenção da sua habitação,

sendo esse mais um fator de risco e propensão a situações de vulnerabilidade social.

Segundo KATZMAN apud MONTEIRO (s.d, p.33),

A vulnerabilidade é entendida como o desajuste entre ativos e a estrutura de oportunidades, provenientes das capacidades dos atores sociais de aproveitar oportunidades em outros âmbitos socioeconômicos e melhor sua situação, impedindo a deterioração em três principais campos: os recursos pessoais, os recursos de direitos e os recursos em relações sociais.

Ainda complementando este entendimento, MONTEIRO (s.d, p.33-34)

finaliza:

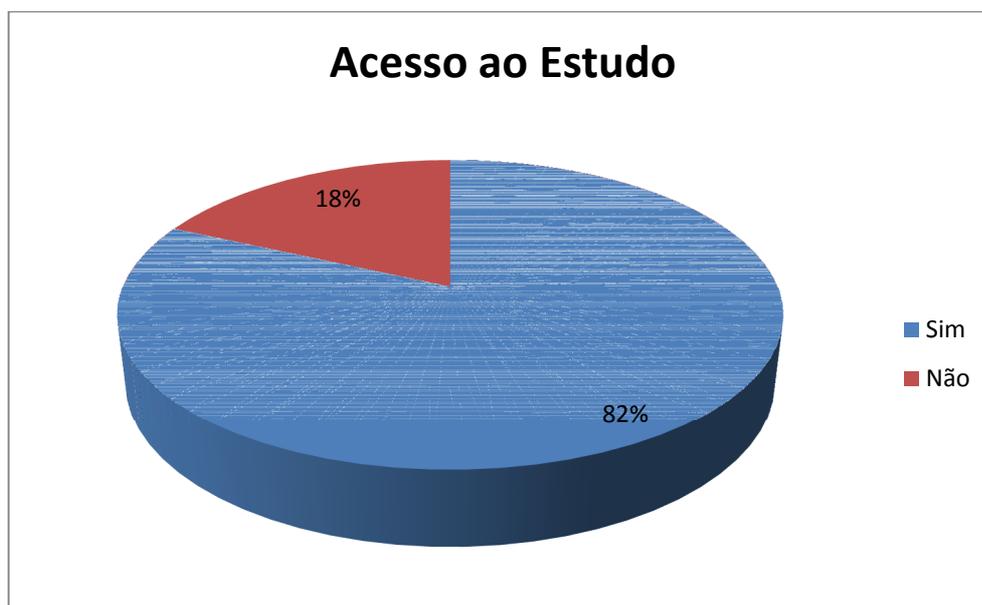
A partir dos estudos percebe-se que são considerados múltiplos os condicionantes da vulnerabilidade social, constituindo um conjunto complexo e multifacetado de fatores emergentes do contexto, devido à ausência ou precarização de recursos materiais capazes de garantir a sobrevivência (variáveis de exclusão social que impedem que grande parte da população satisfaça suas necessidades). Isso implica a aquisição de recursos simbólicos e materiais capazes de contribuir para o acesso a bens e serviços e de alguma mobilidade social. Nesse sentido, a vulnerabilidade social se constitui como construção social, enquanto produto das transformações societárias, assumindo diferentes formas de acordo com os condicionantes históricos. Essas transformações acabam por desencadear fundamentais mudanças na esfera da vida privada, acentuando fragilidades e contradições. (grifo nosso)

Por meio das citações, compreende-se que a vulnerabilidade social está para além de questões econômicas. Ela se constitui, historicamente, a partir das condições postas pelo capital aos sujeitos sociais no que tange ao acesso desses aos bens e serviços socialmente produzidos.

A ausência desse acesso potencializa situações de fragilidades e contradições na vida privada dos sujeitos. Ou seja, dentro do âmbito familiar, materializando-se no não acesso à renda, à educação, à cultura, ao lazer, à saúde, ou seja, ao acesso a direitos sociais constitucionalmente garantidos, todos esses fatores, quando juntos, potencializam situações de risco social. Portanto, devem ser observados, no sentido de garantir a sua efetivação.

Outra perspectiva de análise é sobre a questão dos estudos dessas mulheres.

GRÁFICO 6 – Acesso ao Estudo

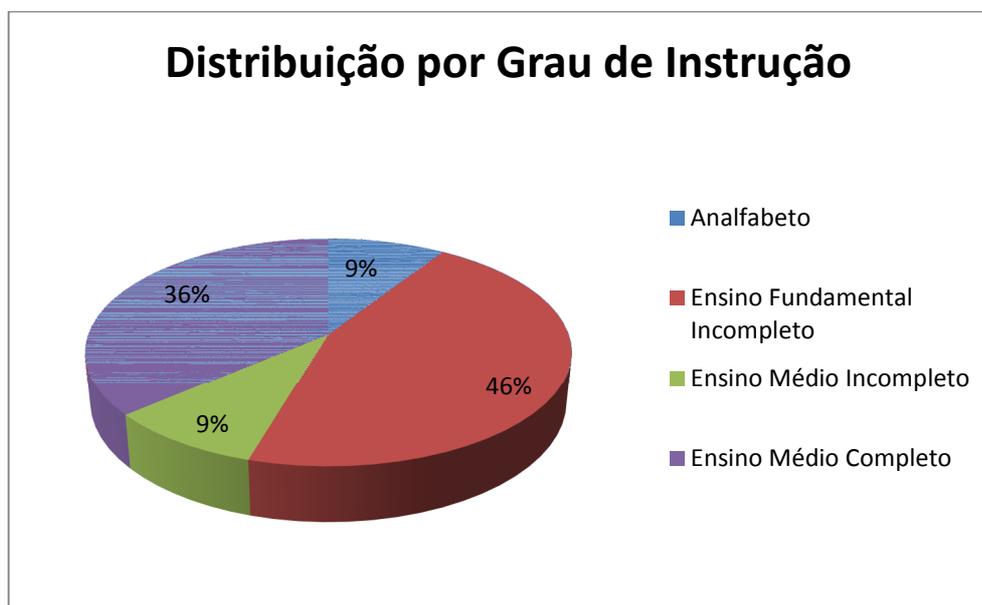


FONTE: Gráfico elaborado pelas autoras.

Por meio de análises, pode-se perceber que 18% delas, apenas, nunca estudaram, um número relativamente pequeno, sendo que 82% tiveram acesso garantido aos bancos escolares. Porém deve-se questionar até que série essas mulheres estudaram e quantas delas sabem ler e escrever, pois ter acesso ao ensino não significa que as mesmas foram alfabetizadas e/ou concluíram o ensino.

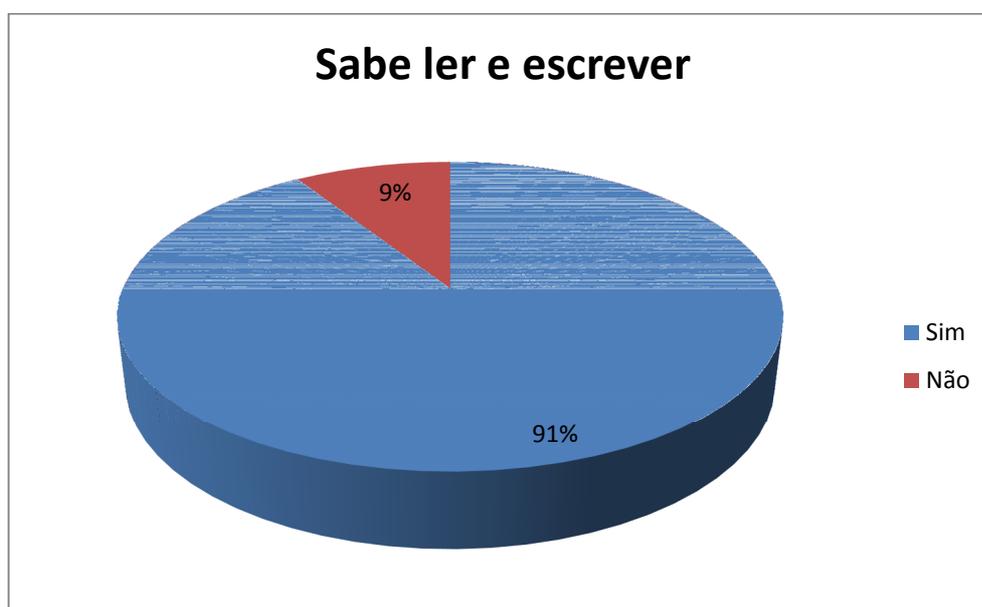
Sendo assim, os seguintes gráficos expressam essas questões.

GRÁFICO 7 - Distribuição por Grau de Instrução



FONTE: Gráfico elaborado pelas autoras.

GRÁFICO 8 – Sabe ler e escrever

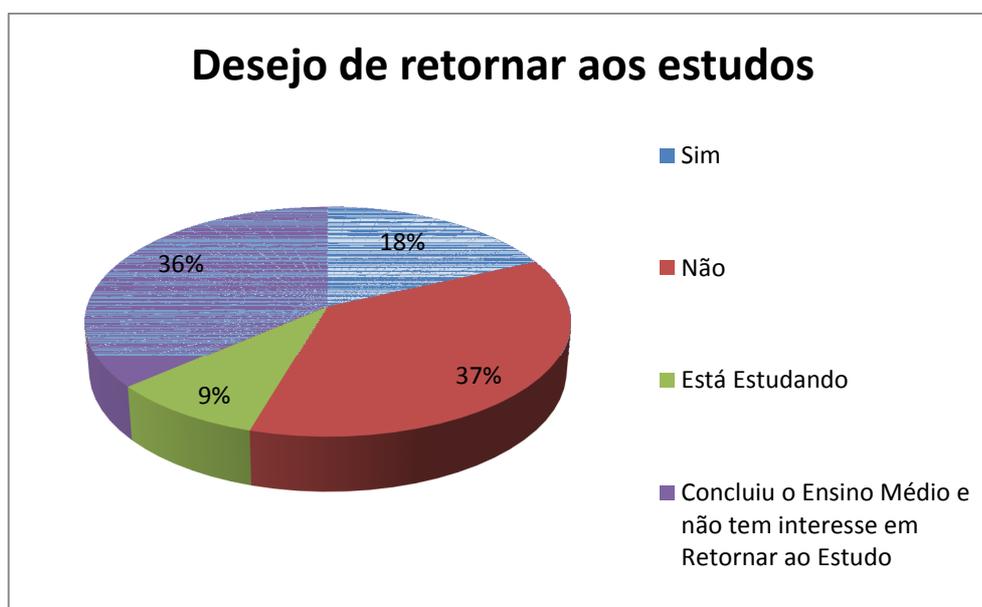


.....FONTE: Gráfico elaborado pelas autoras.

A partir da análise do gráfico sete, pode-se observar que 46% das mulheres estudaram apenas até o Ensino Fundamental Incompleto e que 36% estudaram, até concluir o Ensino Médio. Se analisarem esses dados aos do gráfico oito, tem-se que 91% dessas mulheres sabem ler e escrever. Ou seja, mesmo as dificuldades e os anos de estudo sendo medianos, quase todas as mulheres são

alfabetizadas. Aquelas que não deram continuidade aos estudos foram questionadas sobre o desejo de retornar aos mesmos, sendo que,

GRÁFICO 09 – Desejo de retornar aos estudos



FONTE: Gráfico elaborado pelas autoras.

Diante do exposto no gráfico, apenas 18% das mulheres, de um total de 55%, que não concluíram nem o ensino fundamental, nem o médio, expressam desejo de retornar aos estudos, enquanto 37% diz não ter vontade alguma de voltar aos bancos escolares. Questionadas sobre quais os motivos de querer – ou não – retornar aos estudos, as mesmas relataram:

“Meu marido ele é difícil” Cooperada C., a mesma expressou desejo o de retornar aos estudos, pois não chegou a concluir nem o Ensino Fundamental, e tem apenas 23 anos de idade.

A fala dessa mulher deixa clara a situação de desigualdade de gêneros, sendo a mesma coagida pela figura masculina. Em pesquisa de campo, observou-se que a cooperada C., ficou desconfortável, ao falar sobre essa imposição do marido. A mesma apresentou o desejo de retornar aos estudos, porém é algo impensável, pois ela já constitui família, tem filhos e seu lugar é dentro do lar.

A cooperada E., 33 anos de idade, também falou sobre a falta do desejo de retornar aos estudos, dizendo:

“Coragem [falta dela], [...] aqui não tem supletivo. Eu com 33 anos, não dá pra entrá em uma sala com um monte de muleque de 15 e 16 anos”

Além de todas as dificuldades, pode-se perceber que não existe um programa de Educação de Jovens e Adultos no município, sendo que essas mulheres – que têm família e filhos, para cuidar – têm que se deslocar para municípios circunvizinhos, no intuito de completar seus estudos. Outro fator de desconforto colocado pela mesma é a diferença de idades, como entrar em uma sala de aula, onde a maioria dos alunos tem dezesseis anos? A cooperada E., colocou uma situação de exposição vivenciada pela mesma, que dificulta o seu retorno à escola e muitas vezes se torna o maior empecilho, pois a mesma sente vergonha da sua atual situação.

A cooperada M., 50 anos, também relata sua falta de desejo de retornar aos estudos, dizendo:

“Acho que não tenho mais paciência, e já tenho filho. Depois que a gente fica de idade não, tem mais cabeça [para estudar].”

Enfim, pode-se perceber, por meio dessas falas, que as mulheres se sentem incapazes de voltar aos estudos, devido à idade, ao desgaste de serem trabalhadoras, chefes de família, mãe e esposa, além do fato de lhes faltar o incentivo principal, que é um EJA – Educação de Jovens e Adultos - adequado às necessidades do Município e das demandas nele existentes.

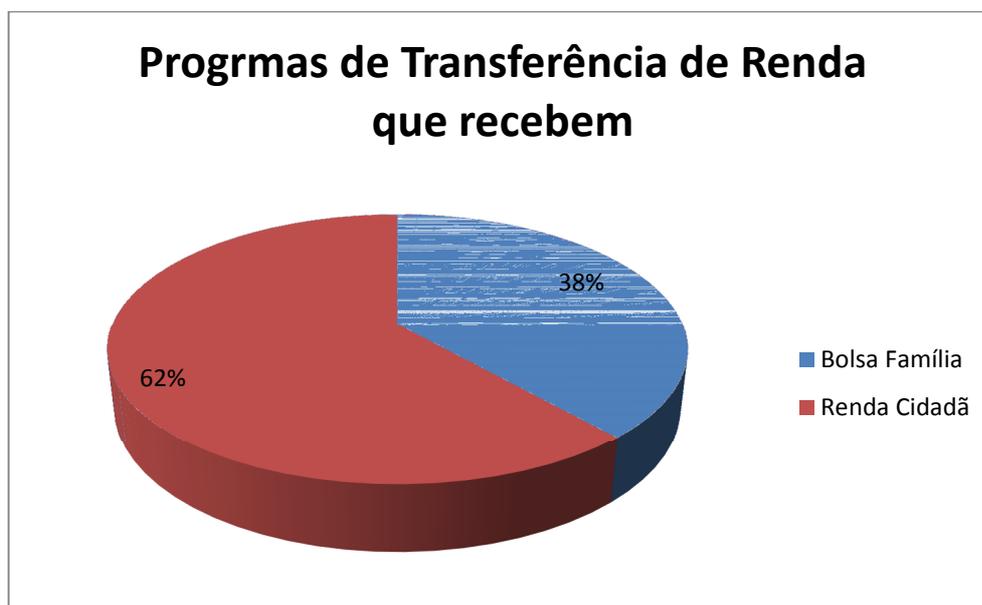
O rebatimento dessas questões é expresso na baixa qualificação profissional que os postos de trabalho regulamentados exigem. Por isto, essas mulheres acabam ocupando trabalhos informais, como domésticos, rurais, entre outros, aumentando, ainda mais, a massa de trabalhadores excluídos do mercado de trabalho formal.

Neste sentido, há uma necessidade de se pensar sobre demanda colocada pelas mulheres cooperadas, por ser uma expressão da questão social, problematizada por todo o universo de pesquisa e que, portanto, exige uma intervenção do Assistente Social. A situação diagnosticada é uma realidade, onde mulheres com idade avançada, que não concluíram os estudos, não têm acesso ao mesmo, devido ao fato de não existir a oferta da educação a jovens e adultos, onde elas residem, somando esse fato à situação de exposição a que as mesmas são colocadas, quando são inseridas na escola, para estudar junto a adolescentes, que podem ser seus próprios filhos.

Dessa maneira, há que se pensar sobre a demanda apresentada, sobre o próprio perfil dessas mulheres e, também, sobre o tipo de ensino que a escola deve ofertar às mesmas, pois o ensino regular talvez não seja a melhor forma de atingi-las, sendo necessário repensarem-se e criarem-se novos espaços, de estudo, que possam conciliar o trabalho, as necessidades da família e, ainda, as necessidades dessas mulheres.

Dando continuidade à construção desse perfil das mulheres cooperadas, penetrou-se nas questões relacionadas à subsistência econômica da família, contemplando, assim, indicadores relacionados ao trabalho das mesmas. Como uma condicionalidade, para participar da Cooperativa Sabores de Taciba, é a participação em um programa de transferência de renda, as mulheres relataram participar de tais programas,

GRÁFICO 10 – Programa de Transferência de Renda que recebem



FONTE: Gráfico elaborado pelas autoras.

A partir do gráfico, pode-se observar que a maioria das mulheres é contemplada com o programa Renda Cidadã, o qual deu origem ao surgimento da Cooperativa. Tem-se, ainda, refletido sobre a questão do programa de transferência de renda, pois essas mulheres têm um vínculo com a Política de Assistência Social, cabendo a esta refletir e planejar ações que sejam de caráter emancipatório e que possa ir para além da Cooperativa – produção e venda de produtos – mas que auxiliem essas mulheres a terem um direcionamento, um projeto de vida que possa abranger as suas necessidades imediatas e que também contemple expectativas futuras.

Ainda sob esta perspectiva dos Programas de Transferência de Renda, é importante evidenciar-se que os mesmos não devem ser vistos sob a ótica do “assistencialismo” e/ou da benesse. O objetivo dos PTR é exatamente o contrário, estes são direitos adquiridos de todos os cidadãos que deles necessitarem. Segundo CARMO, ALBUQUERQUE e ALMEIDA (s.d, p.8),

Para que haja uma intervenção que traga resultados concretos é preciso que o trabalho desenvolvido com as famílias mostre a elas que o Programa é um direito e não assistencialismo, e que sua intenção é a complementação temporária de renda. [...] É necessário que essas Famílias tenham conhecimento de quais são os seus direitos, pois o programa [...] não é assistencialismo e sim direito de quem dele necessitar. Dessa forma

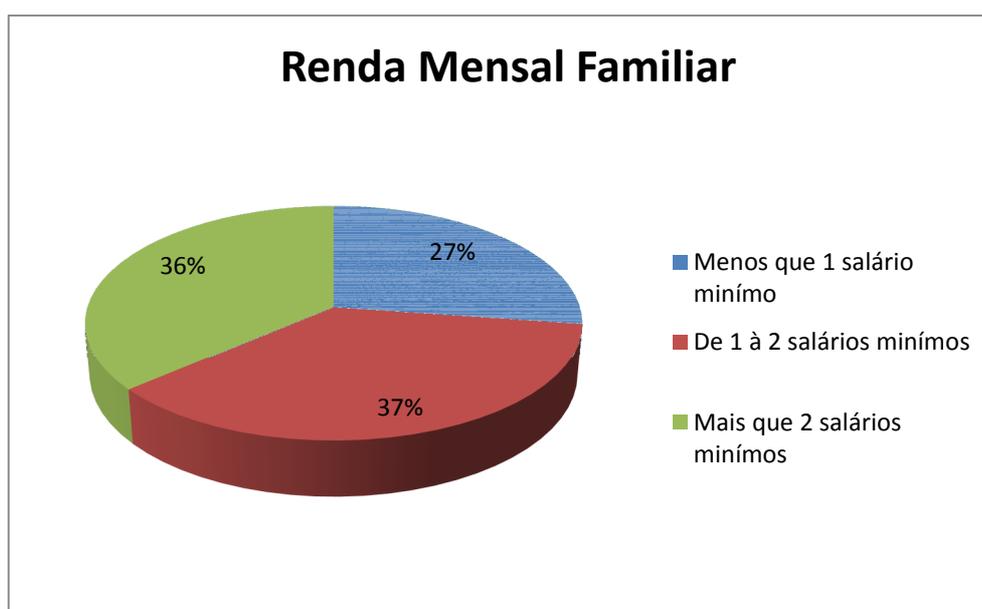
com o conhecimento dessas famílias e seu empoderamento trariam um maior impacto nos resultados do programa.

Diante do exposto, os PTR são subsídios financeiros às famílias que se encontram em situação de pobreza e extrema pobreza, podendo os mesmos ser implantados de forma federal – como é o caso do programa Bolsa-Família -, ou estadual –, como é o caso do Renda Cidadã -, sendo esses benefícios apresentados na coleta de dados. Esses subsídios não são permanentes, os mesmos devem estar atrelados a intervenções junto às famílias, que possam garantir-lhes autonomia, emancipação e acesso aos seus direitos, bem como à renda.

É importante ressaltar-se que não existe um tempo mínimo, para que essas pessoas consigam romper a necessidade de acesso aos PTR. Esse tipo de trabalho é contínuo e se relaciona com a conjuntura a qual a família vivencia atualmente, sendo muito particular a análise sobre as necessidades dos mesmos.

Dando continuidade à análise do acesso à renda das mesmas, essas, questionadas sobre a renda mensal familiar, relataram:

GRÁFICO 11 – Renda Mensal Familiar



FONTE: Gráfico elaborado pelas autoras.

Dessa forma, observa-se que cerca de 63% dessas mulheres têm, como renda mensal, para garantir o sustento da família – pensando que a sua maioria é composta por cinco pessoas ou mais – entre menos que um, até dois salários mínimos, correspondentes ao valor menor que R\$ 678,00, até R\$1.356,00 reais. Por meio destes dados, tem-se uma renda mensal com um valor relativamente baixo para uma família numerosa, dificultando o acesso e a garantia de uma vida com dignidade e conforto, direito de todo cidadão.

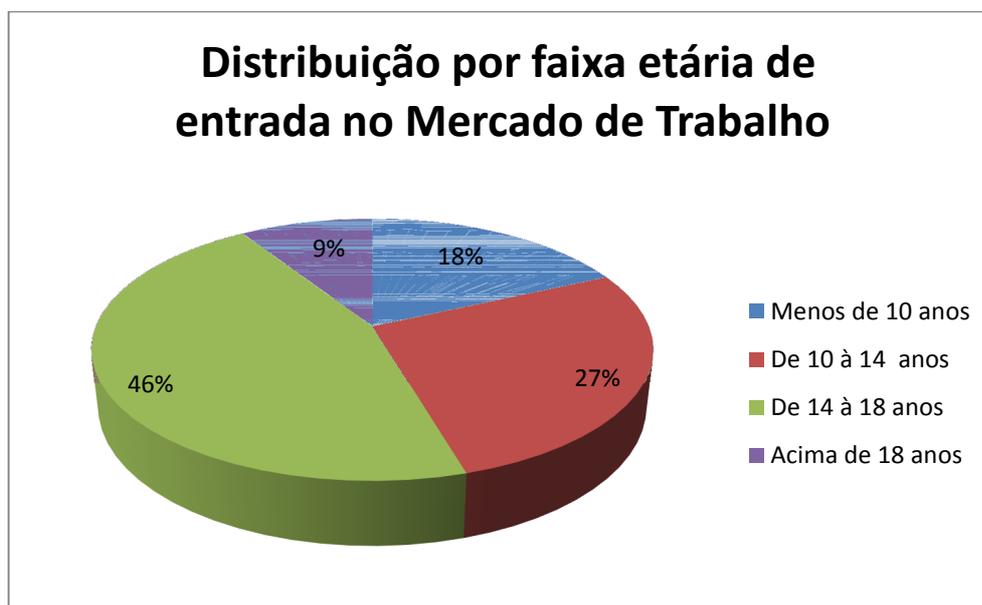
Quando questionadas sobre a idade com que as mesmas adentraram o mercado de trabalho – dados expressos no gráfico doze, logo abaixo –, 73% dessas mulheres tiveram seu primeiro emprego com idade entre 10 e 18 anos, ou seja, a sua grande maioria vivenciou a experiência do trabalho infantil, como consta no Estatuto da Criança e do Adolescente⁴. Além disso, pode-se pontuar o fato de que essas mulheres têm muito pouco interesse em retornar aos estudos, pois esses foram fatores secundários em suas vidas, dando-lhes espaço, primeiramente, no mercado de trabalho, o qual garantia o seu sustento.

Ainda sob esta perspectiva e realizando um gancho com o arcabouço teórico desta produção, tem-se que a inserção dessas mulheres, tão precocemente, no mercado de trabalho é um rebatimento da precarização do trabalho, da sua exploração, das novas formas de produção, assim da regressão que os direitos sociais têm sofrido a partir dessa nova roupagem do sistema capitalista.

A desigualdade social tem-se adensado de tal forma, que a inserção delas no mercado de trabalho é feita precocemente, para a obtenção do próprio sustento. Assim, questões primordiais para o desenvolvimento do país e do próprio sujeito – como é o caso da educação – são deixadas de lado. É de suma importância afirmar-se a existência de legislações de proteção a essas crianças que adentram o mercado de trabalho, mas infelizmente não existe uma fiscalização e um incentivo real do poder público, para que essas práticas alcancem seu fim.

⁴ Segundo consta no Art. 60. extraído da Constituição Federal Brasileira “É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz.”.

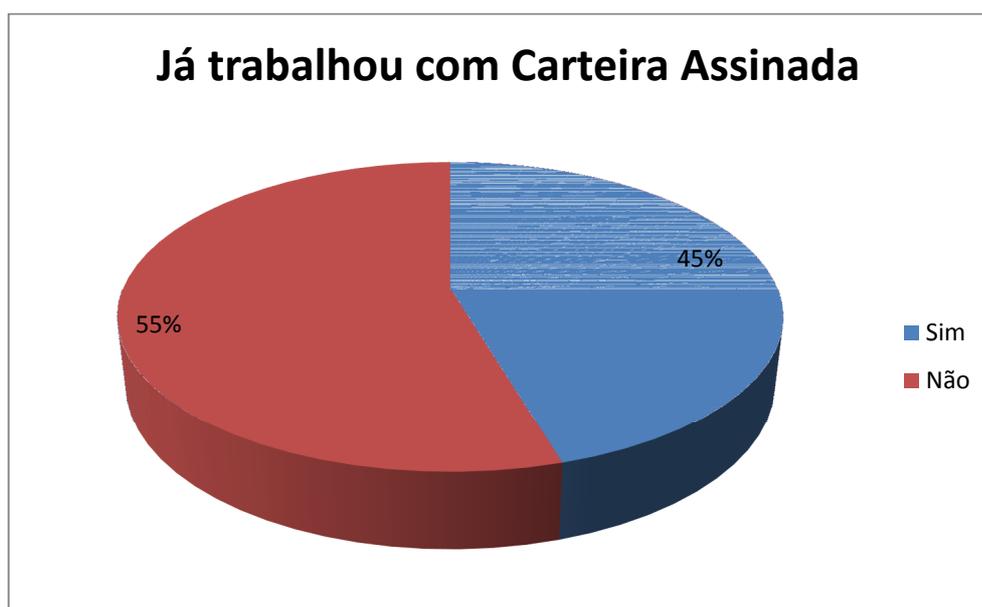
GRÁFICO 12 – Distribuição por faixa etária de entrada no Mercado de Trabalho



FONTE: Gráfico elaborado pelas autoras.

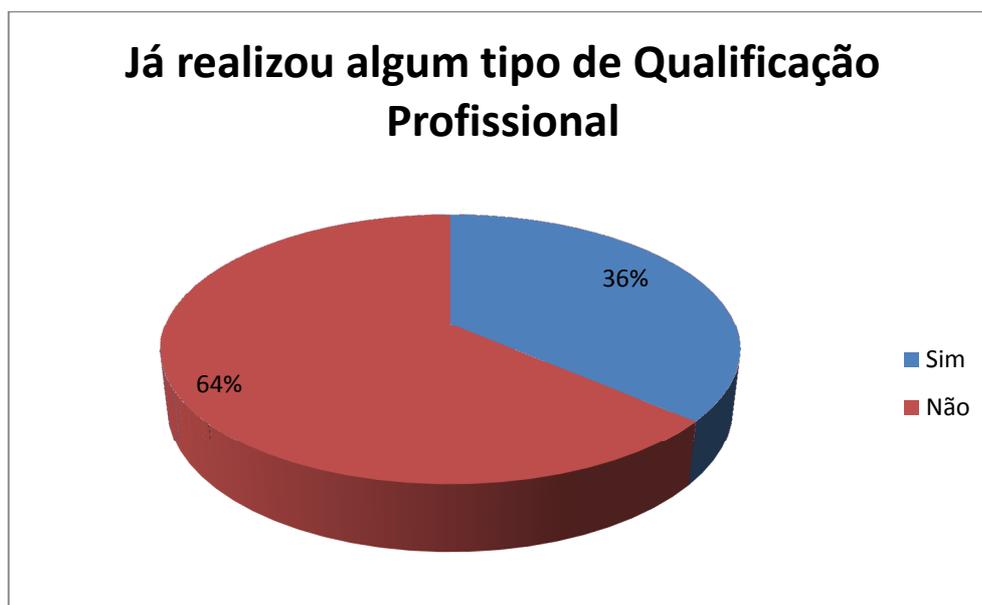
Outra questão realizada nesta pesquisa foi quantas dessas mulheres já trabalharam com carteira assinada e quantas delas já realizaram algum curso de qualificação profissional ao longo de suas vidas. Assim, têm-se expressado esses dados nos gráficos a seguir.

GRÁFICO 13 – Já trabalhou com Carteira Assinada



FONTE: Gráfico elaborado pelas autoras.

GRÁFICO 14 – Já realizou algum tipo de Qualificação Profissional

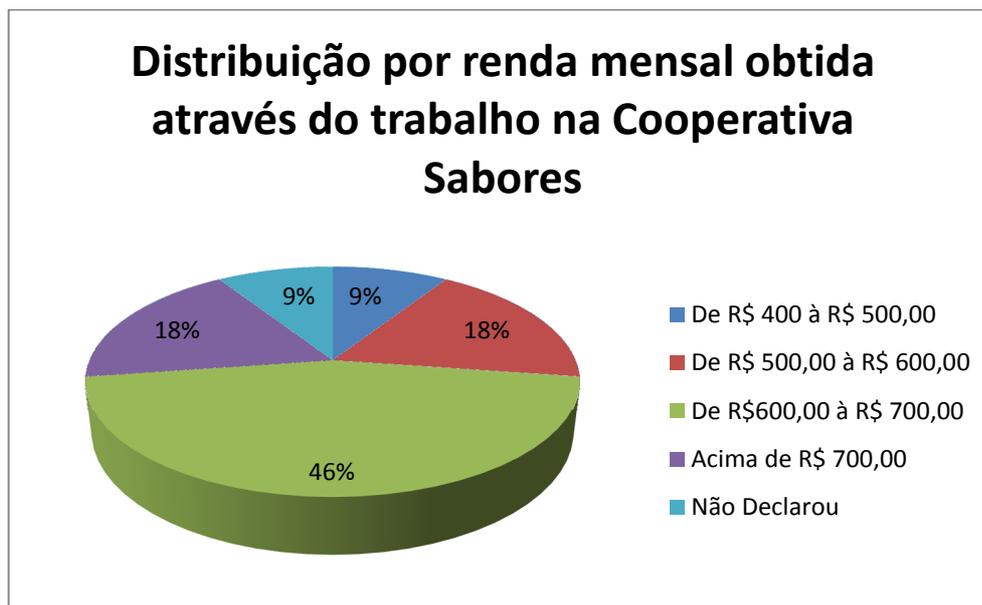


FONTE: Gráfico elaborado pelas autoras.

Cerca de 55% das mulheres cooperadas nunca trabalharam em empregos formais, com carteira assinada; e 64% delas nunca tiveram a oportunidade de realizar um curso de qualificação profissional. Estes dados demonstram a precarização do trabalho e o processo de desregulamentação dos mesmos, sendo que postos de trabalhos informais são cada vez mais ampliados, por serem “alternativas” mais baratas ao capital. Por outro lado, não exigem do trabalhador especializações e/ou o estudo regular completo, aumentado, dessa maneira, a massa de trabalhadores que estão ocupados com esse tipo de trabalho.

Por fim, para concluir-se este perfil sobre as mulheres cooperadas, as características do seu trabalho e questões de gênero envolvidas neste âmbito, perguntou-se a essas mulheres qual a renda mensal que a Cooperativa Sabores de Taciba proporciona às mesmas mensalmente, sendo este um tipo de trabalho informal.

GRÁFICO 15 – Distribuição por renda mensal obtida através do trabalho na Cooperativa Sabores



FONTE: Gráfico elaborado pelas autoras.

As mulheres que são cooperadas têm sua renda proveniente da produção e venda de compotas e doces no Município de Taciba, bem como em municípios vizinhos. Dessa forma, as mesmas recebem a sua remuneração de acordo com as horas trabalhadas, sendo que 46% delas recebem um montante no final do mês, na somatória entre R\$ 600,00 e R\$ 700,00 reais. E todas elas, exceto as duas coordenadoras, que trabalham seis horas por dia, exercem suas atividades de trabalho durante dez horas por dia. Esse fator representa uma hierarquização desigual dentro da cooperativa, que será mais bem abordada no próximo item.

Entrementes, se cruzarem os dados dos quatro últimos gráficos, ter-se-á uma caracterização de como essas mulheres que fazem parte da Cooperativa, atualmente, participaram do mercado de trabalho até hoje.

Esses dados representam o momento histórico que o mercado de trabalho vivencia, sendo este permeado pelo desmonte dos postos de trabalho, dos direitos sociais e trabalhistas, da desresponsabilização estatal em face das expressões da questão social, além da flexibilização e mundialização dos processos produtivos. Todos esses itens rebatem, de forma direta, a vida dessas mulheres que participam da Cooperativa, sendo elas sujeitos sociais que vivenciam esse desmonte do mercado de trabalho em face de um sistema capitalista turbinado, que

explora a mão de obra humana somente com um objetivo: a produção e acumulação de riquezas, que nunca serão distribuídas entre seus pares.

Diante do exposto, tem-se que essas mulheres apresentam desproteções sociais – como o acesso aos seus direitos, a recursos financeiros, que possam garantir o sustento de sua família, a posição inferior que assumem em relação à figura masculina, acesso a um trabalho digno, à educação, à qualificação constante, entre outras –, que merecem ser observadas por quem está à frente da Cooperativa e que planeja e organiza as ações a serem desenvolvidas, podendo estas, se bem gestadas, direcionar este trabalho para novos patamares, em busca da garantia de seguranças sociais, que almejem o alcance da emancipação social e do acesso aos direitos sociais das mulheres cooperadas.

5.3.2 Análise sobre os princípios da economia solidária e a sua efetivação no espaço da cooperativa sabores de Taciba

A categoria analisada neste item visa, a partir da percepção das mulheres cooperadas, a construir um conhecimento acerca da possibilidade de os princípios que regem a Economia Solidária serem efetivados no espaço da Cooperativa Sabores do município de Taciba – SP.

É importante ressaltar-se que esta análise terá um cunho somente qualitativo, buscando analisar, a partir da coleta de dados realizada por meio da entrevista com as cooperadas, como a Cooperativa se tem organizado e se realmente o trabalho feito por elas está alinhado aos princípios da Economia Solidária, a partir da apreensão do grupo.

Sendo assim, as mulheres cooperadas serão identificadas apenas pelas iniciais de seus nomes, bem como seguidos por sua idade, preservando, dessa forma, a sua identidade e a integridade desta pesquisa.

Uma das questões iniciais que despertou o interesse dessas discentes foi a motivação dessas mulheres a participarem da Cooperativa Sabores de Taciba, conforme, as mesmas relataram,

“Ah! Na verdade, eu precisava trabalhar e, por causa, também, do horário, por que outro emprego não tem um horário flexível igual tem aqui, pra mim tá podendo levar as crianças na creche e tá buscando eles.” A., 22 anos de idade.

“Eu vim, porque eu tava desempregada e meu marido também.” K., 25 anos de idade.

“O que me motivou?! Ah! porque, assim, eu não tinha nenhum tipo de emprego, né? aí eu quis arriscar, pra ver se ia dar certo.” L., 41 anos de idade.

“O que motivo foi por causa que eu tava sem emprego, né? e minha mãe trabalhava aqui né? só que, ela opero ai ela converso com o prefeito e com a primeira dama, pra coloca eu aqui.” S., 27 anos de idade.

A partir destas falas, pode-se observar que a questão preponderantemente colocada pelas mulheres é a necessidade do trabalho devido ao desemprego. Assim, o mesmo se torna uma fonte de renda, mesmo que ofertada de maneira informal, ou seja, sem garantias trabalhistas. Além da demanda de trabalho, foi colocada, também, por uma grande parcela das mulheres a flexibilidade ofertada neste espaço, como um item positivo, no que tange à necessidade de as mesmas estarem à disposição e próximas de seus filhos, podendo sair no horário de trabalho, se houver alguma urgência, ou, mesmo, para levar e buscar as crianças na creche/escola.

Outra questão explicitada nas falas e que merece realce é a insegurança dessas mulheres na busca deste novo posto de trabalho, pois, na implantação da Cooperativa, ainda não existia a certeza de que o trabalho proposto daria certo. Desse modo, materializa-se, aqui, uma precarização do trabalho expressando-se por meio da insegurança e instabilidade no emprego.

Assim, a última relação de análise que se faz com essas primeiras falas é a expressa pela mulher S., com 27 anos de idade. Em seu relato, ela deixa

clara a influência e interferência política na atuação da Cooperativa Sabores de Taciba, sendo que a colocação dessas mulheres neste trabalho também ocorre não apenas por demandas identificadas no serviço de Assistência Social do Município mas também por determinação do gestor público municipal.

Dando continuidade à análise qualitativa das entrevistas realizadas com as cooperadas, questionam-se as mesmas sobre as horas de trabalho dispensadas na Cooperativa, sendo que, do universo total composto por onze mulheres, nove delas relataram trabalhar até dez horas por dia, sendo que as outras duas mulheres, que ocupam os cargos de coordenadoras da Cooperativa, relataram trabalhar até seis horas por dia.

Por meio desses dados, observa-se uma dissonância e hierarquização entre as mulheres, pois as coordenadoras, por assumir um cargo ligado à gestão, têm o privilégio de trabalhar menos, enquanto cooperadas. Em contrapartida, as outras mulheres trabalham até dez horas por dia, reafirmando, assim, que as condições de trabalho ofertadas não são as mais adequadas nem baseadas na CLT, como posto, em seu art. 58 (s.d, s.p), “Art. 58 - A duração normal do trabalho, para os empregados em qualquer atividade privada, não excederá de 8 (oito) horas diárias, desde que não seja fixado expressamente outro limite.”, sendo este um aspecto negativo da organização atual do trabalho na Cooperativa Sabores de Taciba.

Assim, continua-se esta análise a partir dos relatos das cooperadas sobre as formas de decisão relacionadas aos assuntos da Cooperativa, se as mesmas são tomadas em conjunto ou apenas por um sujeito, bem como de quais formas são feitos esses processos decisórios e se existe liderança nesses espaços. Assim sendo, tem-se:

“É em conjunto as decisões, e a liderança vem por parte das coordenadoras; né? quando elas querem alguma coisa, elas chamam a gente pra conversa e entramos em um acordo.” M., 50 anos de idade.

“É em conjunto, se está demorando é votação; quem tiver o número maior de voto ganha. A liderança forte é por parte das coordenadoras”. E., 33 anos de idade.

Em análise dos relatos das cooperadas, pôde-se observar que uma parte delas acredita que as decisões sejam todas partilhadas entre elas, havendo um peso individual sobre a decisão geral. Porém algumas falas soaram dissonantes em relação a esta questão, colocando que a ação das coordenadoras é de liderança e que elas são consultadas apenas em última instância.

“Em conjunto, tem [liderança].” K., 25 anos de idade. Coordenadora da Cooperativa Sabores.

“Não, eu com a outra [coordenadora] em conjunto [tomada de decisão], depois a gente passa pras meninas [cooperadas], pra vê se elas concordam.” L., 41 anos de idade. Coordenadora da Cooperativa Sabores.

“É em conjunto, as decisões e a liderança vêm da parte das coordenadoras, né? quando elas querem alguma coisa, elas chamam a gente pra conversa e entramos em um acordo” M., 50 anos de idade.

“As decisões são tomadas em conjunto. Não tem uma liderança forte.” T., 22 anos de idade.

Portanto, a pesquisa de campo demonstra que as decisões sobre os assuntos a serem tratados são definidas apenas pelas coordenadoras, as outras mulheres cooperadas participam apenas da votação das decisões já tomadas. Nesta perspectiva, tem-se que existe, efetivamente, uma liderança na Cooperativa – centrada na imagem das coordenadoras da mesma. A partir deste aspecto, tem-se um fator negativo no trabalho, pois o ideal, no desenvolvimento do trabalho cooperado e centrado nos princípios da Economia Solidária, seria a horizontalização das decisões. Ou seja, todas as cooperadas deveriam decidir, juntas, sobre os assuntos a serem tratados e votados entre elas, bem como a organização e gestão do trabalho.

É importante ressaltar-se que a coordenação tem um papel essencial na organização e gestão do trabalho, para que os frutos do mesmo sejam bem repartidos e aproveitados. Porém é de suma importância repensar-se como está sendo realizada esta coordenação e de quais formas ela poderá ser melhorada,

alinhando-se às propostas de um trabalho cooperado sob a perspectiva da Economia Solidária.

Dessa feita, continua-se a análise a partir da questão de quais os impactos que o trabalho na Cooperativa Sabores trouxe para a vida dessas mulheres,

“Ah! o bom é trabalhá, porque daí eu posso conseguir as coisas que eu quero, porque depende do meu marido não dá. Se eu peço alguma coisa, ele já pergunta o porquê eu quero. Agora não, se eu trabalho, eu posso compra o que eu quiser [autonomia].” C., 23 anos de idade.

“Eu comecei a trabalhar na cooperativa, aí eu comecei a comprar minhas coisas. Ajudou bastante, uma renda a mais”. K., 25 anos de idade.

Relatou já notar diferenças na sua vida, diz que agora é diferente, “Graças a deus, consigo pagar meu aluguel, minha água, minha luz, né? que era tudo atrasado. Já melhorou, graças a deus.” M., 42 anos de idade.

“Oia, antes da cooperativa, eu não estava trabalhando, estava parada. Eu tenho problemas com depressão, então, pra mim, foi uma coisa que libertou, me ajudou, pois eu gosto de andar, de conversá com as pessoas. Então foi uma coisa que me ajudou muito sobre isso e sobre [pausa] ..a gente ganhando o salário da gente, a gente sabe que é outra coisa, não é fácil depender dos outros.” M., 50 anos de idade.

A partir dos relatos, observa-se que a Cooperativa Sabores, mesmo permeada de dificuldades e se caracterizando como um trabalho informal, tem sido fonte de renda de várias mulheres, bem como tem possibilitado a elas autonomia em relação à figura masculina do marido. Além dessa autonomia, em relação à figura do homem, a mulher cooperada também amplia a sua autonomia relacionada à participação na sociedade, pois consegue subsidiar as suas necessidades básicas, mesmo que esta última esteja ligada, neste caso, ao poder de compra, o que, por sua vez, facilita o acesso a bens e serviços que não são ofertados de forma pública.

A questão da autonomia, desenvolvida a partir do trabalho na Cooperativa, pode ser observada, também, a partir do relato da M., 50 anos de idade. A mesma diz ter amenizado crises de depressão a partir do trabalho, pois isto

a faz sentir-se mais importante – tanto para sua família como para a comunidade em que vive – e mais forte para a realização dos seus objetivos.

Além disso, pode-se trabalhar o conceito de autonomia a partir do entendimento de ZATTI apud LALANDE (2007, s.p):

“Mas a definição que nos parece mais apropriada por designar melhor o sentido de autonomia é a do *Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia*: "Etimologicamente autonomia é a condição de uma pessoa ou de uma coletividade cultural, que determina ela mesma a lei à qual se submete".”.

Assim, ZATTI (2007, s.p) complementa a citação acima, dizendo:

“Como a autonomia é "condição", como ela se dá no mundo e não apenas na consciência dos sujeitos, sua construção envolve dois aspectos: o poder de determinar a própria lei e também o poder ou capacidade de realizar. O primeiro aspecto está ligado à liberdade e ao poder de conceber, fantasiar, imaginar, decidir, e o segundo ao poder ou capacidade de fazer. Para que haja autonomia os dois aspectos devem estar presentes, e o pensar autônomo precisa ser também fazer autônomo. O fazer não acontece fora do mundo, portanto está cerceado pelas leis naturais, pelas leis civis, pelas convenções sociais, pelos outros, etc, ou seja, a autonomia é limitada por condicionamentos, não é absoluta. Dessa forma, autonomia jamais pode ser confundida com auto-suficiência.”

Portanto, por meio da citação, tem-se que a autonomia é uma condição para além da consciência dos sujeitos, ela se determina na capacidade de realizar algo. Ou seja, a autonomia é composta por dois elementos: a liberdade do pensar autônomo, de conceber e imaginar e, também, pela capacidade de fazer, de realizar, de materializar algo.

Desse modo, as cooperadas, ao se sentirem parte de um trabalho e por meio das realizações que podem materializar a partir desse, as mesmas têm a oportunidade de desenvolver a sua autonomia, sendo capazes de projetar e imaginar coisas que gostariam de realizar, além de, por meio de suas atividades, concretizá-las.

A partir dessas análises sobre como as mulheres cooperadas se sentem inseridas neste espaço de trabalho, passa-se a discutir, neste momento, os desafios postos no cotidiano delas.

Assim sendo, a questão a ser analisada, neste momento, diz respeito aos desafios encontrados pelas cooperadas no dia a dia da produção, sendo que, segundo as mesmas:

“Tem vez que falta algumas coisas. Igual esses tempo atrás, uma empresa que fornecia amendoim pra nós não tinha mais. Ai até agente achar outro fornecedor, tivemos que fica comprando no mercado e é caro, não dá.” C., 23 anos de idade.

“O empecilho, mesmo, às vezes é os vidro mesmo, é que às vezes é difícil pra achar.” E., 33 anos de idade.

“Aí, a convivência.” K., 25 anos de idade.

“Ai é muito difícil o relacionamento né, porque as pessoas pensam de vários jeito, às vezes tem gente que não aceita ser chamado atenção, então o relacionamento é a parte mais difícil.” L., 41 anos de idade.

A partir dos relatos das cooperadas, observou-se duas questões essenciais, que foram pontuadas pela grande maioria das mulheres, sendo essa a ausência de matéria-prima para a produção da Cooperativa, bem como os problemas relacionais das mesmas, de convívio e união. Desse modo, tem-se que existe uma ausência de gestão dessas matérias-primas, no que tange ao estoque, à compra com fornecedores previamente estabelecidos, ao custo dessa matéria-prima, que pode ser negociado de antemão, à compra, entre outras questões, que, se bem gestadas, garantiriam maior rentabilidade da produção e a economia desses investimentos.

Para além desta questão, tem-se outro problema de gestão, mas este último ligado a pessoas; ou seja, existe uma desunião, um problema de competição, de estabelecimento de relacionamentos entre as cooperadas. Sendo este fato constatado, o mesmo pode ser trabalhado pela Assistente Social – a qual é responsável, atualmente, pelo Projeto e também, por um gestor de pessoas, intervindo, no sentido de evidenciar a essas mulheres a importância de cada uma para o andamento da produção, para as vendas e para o sustento da Cooperativa por meio do trabalho das mesmas, fortalecendo o sistema de cooperativismo, a

participação democrática e a união delas em busca da efetivação de um mesmo objetivo.

O próximo item a ser observado nesta pesquisa diz respeito à existência ou não de uma qualificação com as mulheres que participam da cooperativa atualmente, para a produção das compotas, para a gestão da Cooperativa de forma mais ampla (contemplando a gestão do trabalho, da venda, de pessoal, financeira, entre outras). Assim é o questionamento às mesmas sobre a existência dessas capacitações, quais foram os temas e por quem elas foram realizadas, sendo relatado:

“Eu não sei, nunca fiz nenhum.” C., 23 anos de idade.

“Não, acho que, neste caso, só as coordenadoras que, né?..[participaram do curso] a gente foi aprendendo só mexendo.” M., 50 anos de idade.

“Então, eu fiz dois curso assim, sobre compota e doces. Eu fiz um, acho que é CATI que fala, dois [cursos], tudo pela CATI, aqui mesmo, uma semana [duração do curso]. Fizemos um primeiro, depois passou um ano, alguns meses, aí fizemos o outro.” L., 41 anos de idade.

“Então, quando foi lançada a cooperativa, as meninas tiveram que fazer o curso, todo mundo que trabalhou e quem entra de novo fica uma semana na cozinha, até aprender com nós mesmo.” E., 33 anos de idade.

A partir dos relatos, tem-se que apenas o grupo inicial de mulheres que participaram da Cooperativa, no período da sua implantação, no ano de 2003, receberam um curso ministrado pela CATI – Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – que abordava a temática de como fazer as compotas, conservas, geleias e doces de forma artesanal e dentro das normas da vigilância sanitária. Dessas mulheres que participaram do curso, apenas duas compõem a Cooperativa Sabores atualmente, assumindo as mesmas os cargos de Coordenadoras.

Dessa forma, as outras mulheres que adentram este espaço não recebem nenhum tipo de capacitação e /ou qualificação, para exercer o trabalho. Como expresso em relato, as mesmas participam, uma semana, da produção de

compotas na cozinha da Cooperativa e aprendem, com as outras cooperadas, como deve ser realizado o processo.

A partir desses fatos, compreende-se que deveria existir uma capacitação constante dessas mulheres, para que as mesmas tivessem total domínio do seu processo de trabalho, assim como para que ocorra esse é necessária a potencialização dos recursos humanos, das habilidades, talentos e capacidades de cada cooperada.

As próximas questões que foram observadas dizem respeito aos pontos fortes do trabalho na Cooperativa Sabores, inclusive aos aspectos que deveriam ser melhorados. Dessa feita, após análise dos relatos das cooperadas, o grupo elaborou um quadro, elencando as principais pontuações feitas por essas mulheres, buscando compreender como as mesmas enxergam seu espaço de trabalho,

QUADRO 2 – Pontos Fortes do trabalho na Cooperativa e o que deveria ser Melhorado neste espaço

Pontos Fortes do trabalho na Cooperativa	O que deveria ser Melhorado na Cooperativa
Ter um Emprego e Salário	Sinceridade nas relações com as Cooperadas
Conhecer pessoas novas e cultivar relações sociais	Mais cursos e capacitações
Aprendizagem	Gestão da Cooperativa
Flexibilidade no trabalho	Ampliar as vendas
Desconstrução de preconceitos	Registro em Carteira
Realização Pessoal	Carro para as vendas
União entre as Cooperadas	Marketing da Cooperativa Sabores
O espaço de trabalho	O relacionamento entre as cooperadas

FONTE: Tabela elaborada pelas alunas a partir da coleta de dados, realizada em pesquisa de campo, na Cooperativa Sabores de Taciba – SP.

A partir das falas das cooperadas e das pontuações relacionadas na tabela acima, pode-se perceber que a Cooperativa Sabores, de forma geral, é muito positiva na vida dessas mulheres, auxiliando as mesmas no reconhecimento de suas potencialidades, no aumento da sua qualidade de vida, da sua autonomia enquanto participante da sociedade e trabalhadora, entre outras questões.

No entanto é importante ressaltarem-se, também, as pontuações dessas mulheres sobre os aspectos que poderiam ser melhorados em seu processo de trabalho, como os relacionamentos, a oferta de capacitações, a gestão, a ampliação das vendas, o marketing dos produtos produzidos por elas, entre outras.

É importante ressaltar-se que os relacionamentos, sendo a questão mais pontuada pelas cooperadas sobre os aspectos que deverião ser melhorados, são o produto final de um ambiente de trabalho, que deve ser, acima de tudo, saudável, conforme CHIAVENATO (2004, p.41) coloca: “[...] As organizações bem sucedidas proporcionam às pessoas um ambiente de trabalho acolhedor e agradável com plena autonomia e liberdade para escolher a maneira de realizar seu trabalho. [...]”.

Por meio da citação do autor, tem-se que um ambiente de trabalho agradável, saudável e acolhedor, dentro do espaço da Cooperativa Sabores, deve basear-se em comunicação, participação, respeito mútuo e reciprocidade entre as cooperadas, sendo que essas questões devem ser trabalhadas, com o intuito de tornar o trabalho, na Cooperativa, forte e capaz de realizar ações que busquem a consecução dos mesmos objetivos.

Desse modo, tem-se que a Cooperativa Sabores é um espaço de realização para essas mulheres e que merece observação, planejamento e intervenção junto a ela, para que a mesma seja potencializada em suas ações e reconhecida socialmente, enquanto um espaço alternativo e viável de trabalho.

Dessa forma, questionadas sobre quais mudanças a Cooperativa trouxe para a vida delas e de que forma elas têm contribuído, as mesmas relataram:

“Ser independente.” E., 33 anos de idade.

“Ah! sim, muito, né? [mudança de vida], porque, hoje em dia, eu tenho meu próprio salário, o que eu preciso comprar eu sou independente, e se eu quiser, além dos doces que eu faço aqui, fazer algum em casa, eu posso tá vendendo. Assim, as pessoas ligam para mim, para perguntar. É a maior alegria. Que nem assim o meu celular tá registrado na TV Fronteira, porque eles vieram aqui filmar, né? a bandeirante também, e muitas vezes algum deles me liga, né? e sem contar, também, que muitas vezes, a gente tá depressiva aqui não só eu como muito das meninas, ai depois que entra aqui melhora.” L., 41 anos de idade.

A partir desses relatos, nota-se a diferença que a participação na Cooperativa Sabores tem produzido na vida dessas mulheres, mesmo que essa transformação não seja mensurável de forma objetiva. Ela pode, sim, ser constatada nas falas, no modo como as cooperadas se colocam socialmente. A partir da participação neste trabalho, foi observada a existência de um sentimento de pertencimento, de importância social, de produzir algo com qualidade e ser elogiada e reconhecida por isso. Logo, as alterações mais significativas, segundo análises deste grupo, são vistas subjetivamente, em cada mulher. Nota-se o sentimento de algo realizado com sucesso e com amor.

Diante do exposto e complementando esta análise, com o intuito de realizar o seu fechamento, questiona-se às cooperadas se o trabalho realizado por elas na Cooperativa atendia as suas expectativas pessoais com relação à participação, à carga horária, à remuneração, entre outras questões que elas julgassem importantes, sendo que todo o universo da pesquisa respondeu, afirmativamente, a esta questão, reafirmando que a Cooperativa realmente se constitui enquanto um espaço de trabalho, que torna os sujeitos realizados de alguma maneira.

Em contrapartida, questiona-se, também, se o salário advindo apenas desse trabalho, daria conta de suprir todas as necessidades básicas das mulheres, bem como de sua família. E todo o universo de pesquisa respondeu, negativamente, a esta questão. Ou seja, reafirma-se, mais uma vez, a partir da coleta de dados com as cooperadas, que, embora a Cooperativa seja um espaço de trabalho com grandes potencialidades, ainda existem várias barreiras e problemáticas que devem ser repensadas e (re) planejadas, para que a mesma, sozinha, dê conta de garantir a sobrevivência, de forma digna, a essas mulheres e famílias.

Assim sendo, conclui-se esse eixo de análise, questionando as mesmas sobre a existência de interesse delas em retornar ao mercado de trabalho formal (regulamentado em carteira e com as garantias trabalhistas), inclusive se a Cooperativa realmente se constitui como uma alternativa de trabalho para aquelas que se encontram excluídas do mercado de trabalho formal, sendo que a grande maioria delas respondeu, de forma afirmativa, que a Cooperativa é, sim, um espaço de trabalho para aqueles que se encontram fora do mercado de trabalho. Mas, sobre o desejo de retornar ao mesmo, de forma regulamentada, as mesmas afirmaram:

“Sim, bom não é que aqui seja ruim, aqui ganha bem e é tudo certo. É que, quando eu ganhei meu filho, eu sai com um pé na frente e o outro atrás, o prefeito não me ajudou em nada. Agora, na cooperativa, eu pegava cesta básica, porque as meninas me ajudavam, se não nem isso eu pegava. Então tipo assim, quando eu fico doente não tenho direito de receber nada, nem eu e nem ninguém. Não tenho segurança, quando meu filho ficou doente, eu fiquei sem serviço, não recebi nada. Como que eu ia sustentar ele? Eu penso isso.” C., 23 anos de idade.

A partir do relato de C., 23 anos de idade, compreende-se a dimensão de insegurança que o trabalho informal traz para a vida das cooperadas, a ausência de direitos trabalhistas, que garantam a sua sobrevivência. Em situações de necessidade, deixam-nas preocupadas, pois muitas delas são chefes de família e responsáveis pelo sustento da mesma.

Assim sendo, mesmo a Cooperativa sendo um espaço de trabalho potencial, ela ainda contribui para o processo de desregulamentação e desmonte dos direitos trabalhistas, pois está na contramão da garantia dos mesmos, perdendo, assim, espaços que demoraram anos, para ser construídos com lutas e mobilizações por parte dos sujeitos sociais. Negar o acesso e as garantias dos direitos trabalhistas corresponde a negar uma história de luta da população brasileira por condições de trabalho mais dignas e cada vez menos degradantes. Diante do exposto, continua-se a análise dos relatos,

“Tenho, ah! eu já trabalhei bastante aqui, é difícil. Assim eu sei que, quatro anos passa rápido e, depois de quatro anos, troca de prefeito e aí o que acontece, aí você não tem a estabilidade de fica aqui, direto.” K., 25 anos de idade.

“Olha a vontade de ter a carteira assinada, eu tenho, mais gosto do serviço que faço.” M., 50 anos de idade.

“Ah, se tenho! Porque, hoje, o registro é melhor, né? é melhor pra gente, é mais segurança pra tudo, né?” S., 29 anos de idade.

A partir do que foi expresso, nota-se que uma grande parcela das cooperadas, mesmo gostando das atividades que realizam na Cooperativa, apresentam o desejo de retornar ao mercado formal, devido à estabilidade que o mesmo pode ofertar, como, por exemplo, a carteira assinada e a garantia dos direitos trabalhistas, enquanto na Cooperativa, as mesmas sofrem, por não saber quanto vão ganhar no final do mês, bem como demarcam, em suas falas, a interferência política que a Cooperativa sofre constantemente, chegando à interrupção das suas atividades em períodos políticos e “dependendo” da vontade dos gestores públicos municipais, para dar prosseguimento a suas atividades, já que a mesma ainda não tem forças, para manter-se sozinha.

Todos esses aspectos caracterizam uma situação negativa para um trabalho que deveria ser feito em formato de Cooperativa e pautado por princípios da Economia Solidária. Entretanto, o Projeto da Cooperativa Sabores de Taciba é evidentemente, como demonstrado em pesquisa, uma potencialidade no município, que deve ser mais bem planejada e gestada, para que possa gerar bons frutos. Prova desse fato é o relato a seguir, de L., 41 anos de idade,

“Aí, antes, sabe, eu era muito insegura, eu tinha muito medo. E, hoje em dia, eu vejo que, quando você tem um sonho, se tem que realizar, colocar ele no papel, sabe ir em frente, porque, no começo, assim, quando a gente veio aqui, não tinha nada, começamos do nada. Aí, a assistente social falou, pode ter salário, pode não ter, se pode não ganha nada, pode ganhar cem reais. Aí eu olhava assim, pra esses pote de doce e pensava, meu Deus, quando vou conseguir fazer um doce desse. Aí eu ficava, erguia a mão e abaixava, erguia e abaixava. Aí, eu falei, não, vou aceitar. Aí, eu aceitei e tô aqui há onze anos, em agosto vai fazer. Acho que, hoje em dia, mudou muito, eu tô segura e acho que posso ter meu próprio negócio, porque eu conheço e tenho muito amor pelo que eu faço.”

Diante do exposto pela cooperada, pode-se compreender a dimensão que este trabalho proporciona para a realização de projetos de vida dessas mulheres, resgatando, nelas, o desejo de algo melhor, de novas possibilidades, de

amor próprio e de reconhecimento pela sua importância para sua comunidade e, também, para as pessoas que a cercam. Assim sendo, ressalta-se a importância em se investir na Cooperativa Sabores de Taciba, para que a mesma se torne autogestionária e possa ser um espaço – como já tem sido, mas de forma limitada – onde a emancipação dessas mulheres e a participação pública das mesmas seja, de fato, efetivada. Sendo assim, ressalta-se a importância do conhecimento do Assistente Social nesse processo, segundo relato das cooperadas, quando questionadas sobre a relevância do mesmo dentro dos espaços da Cooperativa,

“Eu acho que é o papel principal o dela.” A., 22 anos de idade.

“Ela que vê as coisas, que vem fazê as reuniões uma vez por mês. E tudo que é referente aqui é com ela. Eu acho importante.” E., 33 anos de idade.

“Ela ajuda a gente a desenvolver os preços dos doces, ajuda a gerenciar” K., 25 anos de idade.

“Na minha opinião, não entendi. [Refizemos a pergunta] A importância dela é porque ela ajuda, muito, as pessoas, né?.” S., 27 anos de idade.

“Ah! pra mim, tá sendo muito bom, porque, às vezes, a gente tá em dúvida com alguns problema que é difícil, que a gente não consegue [resolver]. Aí a gente procura ela e ela da muito apoio.” L., 41 anos de idade

Quer dizer que todas compreendem que, de fato, o papel do Assistente Social, na Cooperativa Sabores de Taciba, é relevante, porém torna-se primordial trabalhar com essas mulheres, uma vez que o Serviço Social não está inserido nesse espaço, para “ajudar”, mas para garantir a viabilização dos seus direitos sociais, enquanto trabalhadoras cooperadas. E é neste sentido, também, que o mesmo deve articular formas de gestão e de planejamento para o fortalecimento da Cooperativa, bem como das relações sociais dessas mulheres, que são os sujeitos mais importantes dentro desse processo de trabalho.

Entrementes, partiu-se para o próximo subitem, com o intuito de correlacionar as atividades da Assistente Social, que está à frente do planejamento

da Cooperativa Sabores, atualmente, com os aspectos apresentados pelas cooperadas em seus relatos, objetivando, assim, analisar se, de fato, o Serviço Social direcionado por seu Projeto Ético-Político-Profissional pode ser um sujeito que se alinhe e que contribua, de forma significativa, para o planejamento das ações desta Cooperativa.

5.3.3 Análise sobre a intervenção do assistente social junto à cooperativa sabores Taciba: Existe a possibilidade de alinhar os princípios da economia solidária com os do projeto ético-político-profissional do serviço social?

A categoria analisada neste item visa, a partir da percepção da Assistente Social, gestora do serviço de Assistência Social do município de Taciba e responsável pelo acompanhamento e planejamento das ações da Cooperativa Sabores atualmente, a construir uma análise acerca do questionário respondido pela mesma, com o intuito de construir um conhecimento sobre as possibilidades de intervenção do Serviço Social nesses espaços, a partir da categoria trabalho, bem como alinhar os princípios que regem a Economia Solidária com os do Projeto Ético-Político-Profissional do Serviço Social.

Evidencia-se, aqui, que esta análise tem um cunho somente qualitativo, ou seja, será realizada a partir do relato da Assistente Social, a qual, respondeu um questionário com perguntas abertas e fechadas, enviado à mesma sobre aspectos da Cooperativa Sabores entrecruzados com os direcionamentos da Economia Solidária.

Assim sendo, a Assistente Social, sujeito desta coleta de dados, será identificada apenas pela inicial de seu nome, objetivando, assim, o resguardo da sua identidade, bem como a integridade desta pesquisa.

Iniciou-se esta análise, caracterizando a profissional E., formada há sete anos, no curso de graduação em Serviço Social. Assim, o primeiro bloco de análise das questões respondidas pela Assistente Social E., constitui a organização do trabalho da Cooperativa atualmente, sendo que o segundo bloco de questões a

serem analisadas diz respeito às concepções da mesma acerca do trabalho realizado na Cooperativa, o seu entendimento sobre as Cooperativas que se vinculam aos princípios da Economia Solidária e, ainda, as contribuições do Serviço Social nesse processo e o seu direcionamento ético-político na gestão das mesmas.

Em primeira instância, questiona-se a Assistente Social com relação à ideia essencial de se organizar a Cooperativa Sabores, assim como quando foram iniciadas as ações da mesma e quem são os sujeitos-alvo dessa ação, sendo que

“A ideia da formação da Cooperativa surgiu do grupo de Transferência de Renda (Renda Cidadã), onde mulheres, em sua maioria desempregadas, sem formação escolar, fizeram parte desse grupo. Foi uma tentativa, para tirar as famílias da situação de extrema pobreza, dando a elas a oportunidade de resgatar a autoestima e independência financeira.” [...] “Em agosto de 2003, [Foi iniciado o trabalho na Cooperativa].” [...] “Os sujeitos envolvidos são mulheres que vivem em situação de vulnerabilidade social e beneficiárias de programas sociais.” E.

A partir do relato da Assistente Social, observa-se uma fala implícita de tutela em relação a essas mulheres, que participam da Cooperativa. É importante ressaltar-se que o Serviço Social não está “dando oportunidades”, ele apenas viabiliza um processo de emancipação e independência, que deve ser feito continuamente, por meio de trabalhos desenvolvidos com e para as cooperadas da Sabores de Taciba.

Além deste fato, pontua-se, também, a longa trajetória da Cooperativa, completando, em 2013, dez anos de atuação, esses permeados por muitas dificuldades, e realizações, como já pode ser observado nos relatos das cooperadas.

A pesquisa demonstrou, e merece ser ressaltado, também, que é imprescindível, para a atuação e intervenção do Assistente Social, conhecerem-se os sujeitos envolvidos na Cooperativa. Esse fato vai além de identificar-se que essas mulheres se encontram em situação de vulnerabilidade social e são beneficiárias de programas de transferência de renda. É primordial desvelar-se essa realidade e compreender quais situações de vulnerabilidade são essas, não restringindo as mesmas apenas à situação de pobreza e do não acesso à renda.

Assim, continuando a análise dos relatos de E., a mesma foi questionada sobre a quantidade de sujeitos envolvidos, atualmente, na Cooperativa

e, também, há quanto tempo a mesma existe, concluindo este questionamento a partir do número de mulheres que, desde a implantação da Cooperativa, ainda fazem parte da mesma, sendo

“Dez mulheres.” [...] “A cooperativa funciona, há 10 anos, e, atualmente, as que estão lá não foram as primeiras a entrar. Apenas as coordenadoras do Projeto são as pioneiras que, naquela época, trabalhavam na produção e venda.” E.

A partir do relato da Assistente Social, a pesquisa demonstrou uma dissonância em relação ao número de mulheres que participam da Cooperativa atualmente, sendo que a mesma colocou a participação de um total de dez mulheres. Entretanto, em pesquisa de campo e por meio do instrumental de entrevista aplicado às cooperadas, contabiliza-se um universo total de onze mulheres, que participam da mesma.

Este último fator analisado pode ser um indício da ausência de um acompanhamento efetivo por parte da Assistente Social junto à Cooperativa. Por conseguinte, continuando essa análise, tem-se que a Cooperativa funciona, há dez anos, e que os sujeitos envolvidos nela já não são os mesmos que entraram em seu início; as únicas mulheres cooperadas que fazem parte do projeto desde a sua implantação são as coordenadoras da mesma.

Outra questão passível de análise diz respeito à organização do trabalho na Cooperativa atualmente, bem como a renda mensal e o tempo de trabalho diário dispensado pelas cooperadas nas suas atividades. Segundo a Assistente Social,

“O trabalho está organizado em duas equipes: uma de manhã e a outra à tarde, de segunda a sexta-feira. Todas [mulheres cooperadas] participam da produção e da venda [computas].” [...] “A renda varia entre R\$ 470,00 e R\$ 700,00 reais; varia de acordo com as horas trabalhadas de cada uma.” E.

Pode-se pontuar, a partir do que a pesquisa de campo demonstrou, que a Cooperativa funciona de segunda a sexta-feira, sendo que, na segunda-feira, conforme a Assistente Social, as mulheres trabalham meio período, sendo este

matutino, para que, no restante do dia, as mesmas possam resolver questões pessoais, como contas a pagar, compras a fazer, ficar com os filhos, entre outras possibilidades. Essa “folga” é disponibilizada às cooperadas, com o intuito de diminuir o número de falta das mesmas à Cooperativa, com o objetivo de não prejudicar o seu pagamento no fim do mês, pois elas recebem por horas trabalhadas.

Além deste fator, é importante ressaltar-se que existe uma dissonância entre a fala da Assistente Social e a das cooperadas, pois, segundo as últimas, as coordenadoras da Cooperativa não trabalham na venda dos doces, elas apenas assumem a gestão da Cooperativa, bem como a produção das compotas dentro desse espaço, além do fato de que as mesmas só trabalham seis horas por dia, enquanto as outras cooperadas têm uma carga horária diária de dez horas de trabalho.

Com relação ao montante de pagamento das cooperadas, segundo a Assistente Social, todas recebem de acordo com as horas trabalhadas, sendo o salário de R\$400,00 a R\$700,00 por mês. E, além deste salário, é recolhido das mulheres cooperadas um valor para o pagamento da previdência social das mesmas, existindo, assim, uma preocupação com o futuro dessas mulheres e sendo este um fator positivo a ser somado à existência do projeto. Além do mais, as cooperadas ainda recebem uma cesta básica por mês, disponibilizada pelo serviço de Assistência Social do município.

O último aspecto a ser analisado, sobre esse primeiro bloco, que caracteriza a organização do trabalho na Cooperativa atualmente, está relacionado à opinião da Assistente Social, responsável pelo acompanhamento da Cooperativa, sobre os impactos que a mesma percebe na vida das cooperadas, e, também, da comunidade que circunda o projeto, sendo que a mesma relatou:

“Os impactos são bem perceptíveis, uma vez que essas famílias deixaram de viver na extrema pobreza, conseguiram melhorar a qualidade de vida e hoje já não são dependentes da política de Assistência Social.” E.

Mais uma vez, nota-se, a partir da fala da Assistente Social, uma relação de tutela e de dependência colocada pela mesma sobre as cooperadas

inseridas na Política de Assistência Social. Ao ampliar-se, um pouco, o contexto de análise, a Assistente Social colocou, que as mulheres, anteriormente ao trabalho na Cooperativa, tinham uma relação de “dependência” da PNAS, pois necessitavam de pagamento de luz, água, cesta básica, pagamento de aluguel da sua habitação, de programas de transferência de renda, entre outros serviços, porém essas devem ser compreendidas como seguranças sociais, que devem ser garantidas pela Proteção Básica da Assistência Social, enquanto garantia dos mínimos sociais para a sobrevivência, com dignidade, dessas famílias.

Desse modo, o serviço de Assistência Social, para ser articulado com a Cooperativa Sabores de Taciba, deve trabalhar na ótica da viabilização da garantia de direitos sociais. Assim sendo, este fator deve ser trabalhado com as cooperadas amplamente, para que as mesmas compreendam que elas são sujeitos de direitos e devem ter acesso garantido aos mesmos.

Diante do exposto, inicia-se o segundo bloco de análise do questionário realizado com a Assistente Social, que está à frente do planejamento da Cooperativa Sabores de Taciba, sendo que o objetivo, neste momento, é observar questões que dizem respeito às concepções da Assistente Social acerca do trabalho realizado na Cooperativa seus princípios e, ainda, o seu alinhamento com o Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Dessa forma, a primeira questão de análise diz respeito à crença da Assistente Social sobre as Cooperativas serem, de fato, um espaço alternativo de trabalho para aqueles sujeitos que se encontram excluídos do mercado de trabalho, sendo que a mesma respondeu, afirmativamente, a esta questão. Portanto, continuou-se a análise, questionando-a sobre as formas como o Serviço Social poderá contribuir com esta, bem como com outras Cooperativas, ao que a mesma relatou:

“Os profissionais de Serviço Social podem e devem contribuir no que tange às informações, trabalhando com o grupo, a questão do respeito, convivência, normas, direitos e deveres, pois é comum vermos pessoas que nunca tiveram trabalho e têm dificuldade em dividir “espaço” com outras pessoas entre outras coisas, que, se não forem trabalhadas, atrapalham o bom desempenho da cooperativa.” E.

A partir da fala da Assistente Social, tem-se que a preocupação maior está em se “moldarem” essas mulheres para o trabalho. Ou seja, perde-se a perspectiva de fortalecê-las em busca de um relacionamento saudável, cooperado e com um mesmo objetivo, centrando, assim, as preocupações em questões pontuais, e não com um planejamento contínuo sobre o fortalecimento do sujeito em si e no grupo, como está posto no direcionamento ético-político-profissional.

Já que se citou o Projeto Ético-Político-Profissional do Serviço Social, questionou-se a Assistente Social sobre sua opinião com relação às maneiras com a profissão e o seu direcionamento ético-político-profissional poderiam vincular-se ou não à gestão das Cooperativas, ao que a mesma relatou:

“O Serviço Social não pode fechar os olhos para esse público-alvo. Enquanto, profissionais, devemos sempre impulsioná-los para a autonomia, mas não só cobrá-los, mas, de alguma forma, dar-lhes a direção.” E.

Quer dizer que o Serviço Social é uma profissão em potencial, para atuar junto às Cooperativas, pois, o direcionamento social, a partir do seu Projeto Ético-Político-Profissional, habilita, capacita a todos, no sentido de auxiliar esses espaços a construírem novas perspectivas de atuação, viabilizando, por meio da gestão, um melhor aproveitamento do trabalho, dos recursos disponíveis, bem como do fortalecimento do grupo e das ações do mesmo.

Assim sendo, a partir desta fala e análise, elaborou-se um quadro com propostas de intervenção, que abordam os objetivos do projeto, gerais e específicos, sob a ótica de trabalho do Serviço Social neste espaço, complementando-o com as metodologias de ações que poderão ser implantadas pelo Assistente Social, com o intuito de impulsioná-las para a própria autonomia,

QUADRO 3 – Objetivo Geral do Projeto Cooperativa Sabores de Taciba

OBJETIVO GERAL DO PROJETO COOPERATIVA SABORES DE TACIBA
Ampliar e consolidar a autogestão na Cooperativa pelas mulheres que a compõem, ofertando-lhes suporte técnico por meio de capacitações no que tange ao alcance da sua autosustentabilidade, reconhecimento e autonomia.

FONTE: Tabela elaborada pelas autoras.

QUADRO 4 – Objetivos Específicos do Projeto Cooperativa Sabores de Taciba

OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO PROJETO COOPERATIVA SABORES DE TACIBA	
Objetivo	Fortalecer a função protetiva das cooperadas e de suas famílias.
Metodologia de Ação	Desenvolver, com as cooperadas, a sua significação social, bem como seu papel familiar, auxiliando-as na compreensão da importância de cada sujeito da sua família, enquanto uma rede de proteção interna.
Objetivo	Promover seu acesso e usufruto de direitos, com o intuito de contribuir para a melhoria da sua qualidade de vida.
Metodologia de Ação	Orientá-las no sentido da viabilização da garantia de direitos sociais, promovendo o acesso aos mesmos e, como consequência, o aumento na qualidade de vida, no que diz respeito à garantia efetiva das suas seguranças sociais.
Objetivo	Viabilizar o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias.
Metodologia de Ação	Desenvolver o trabalho cooperado de forma planejada, com o intuito de promover o

	desenvolvimento de potencialidades das cooperadas por meio de capacitações e articulações com outros serviços que aumentem o leque de possibilidades de produção e venda dos produtos produzidos na cooperativa, o que, como consequência, promove a aquisição de bens pelas famílias.
Objetivo	Promover aquisições sociais e materiais para as cooperadas e suas famílias, com o intuito de potencializar o protagonismo e a autonomia dessas famílias, bem como da comunidade.
Metodologia de Ação	Realizar articulações com outros serviços que possam auxiliar na potencialização da Coeprativa Sabores, com o intuito de promover as aquisições sociais e materiais de que as cooperadas necessitam, bem como promover o desenvolvimento do protagonismo e a autonomia das mesmas, inseridas em sua comunidade.
Objetivo	Promover a vivência de experiências pautadas no respeito a si próprias e aos outros, fundamentadas em princípios ético-políticos de defesa da cidadania e justiça social.
Metodologia de Ação	Construir, por meio do respeito mútuo, o trabalho em conjunto, com objetivos comuns, visando ao fortalecimento do trabalho realizado pelas cooperadas.
Objetivo	Viabilizar a vivência de experiências potencializadoras da participação cidadã, tais como espaços de livre expressão de

	opiniões, de reivindicação e avaliação das ações ofertadas, bem como espaços de estímulo para a sua participação em fóruns, conselhos, movimentos sociais, organizações comunitárias e outros espaços de organização social, que viabilizem a participação social e pública das cooperadas e de suas famílias.
Metodologia de Ação	Promover, por meio da Cooperativa, a participação cidadã das cooperadas, para que as mesmas tenham voz ativa na comunidade onde vivem e representem um trabalho forte e organizado, que possa reivindicar suas demandas/necessidades.
Objetivo	Contribuir para a construção de projetos individuais e coletivos, desenvolvimento da autoestima, autonomia e sustentabilidade.
Metodologia de Ação	Viabilizar, por meio de oficinas e debates, a construção de projetos, oferecendo suporte às cooperadas para a realização dos seus objetivos, promovendo a autonomia das mesmas.
Objetivo	Possibilitar o desenvolvimento de potencialidades e ampliação do universo informacional e cultural.
Metodologia de Ação	Viabilizar o acesso à cultura e à informação por meio de atividades que favoreçam esses elementos, auxiliando essas mulheres a ampliarem os seus horizontes e desenvolver habilidades próprias a cada uma delas.

Objetivo	Viabilizar o acesso a experiências de fortalecimento e extensão da cidadania.
Metodologia de Ação	Construir, com as cooperadas, a partir de experiências de participação social, a cidadania, compreendendo esta como a capacidade de cada mulher ter sua voz e opinião representada em sua comunidade, tornando-a importante para o seu meio.

FONTE: Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009, s.p), propostas e reflexões das autoras.

Por meio da tabela elaborada, tem-se um panorama das ações que poderiam ser realizadas pelo Serviço Social, articulado com outras profissões e serviços, com o intuito de tornar a Cooperativa um projeto que, por si só, garanta seu sustento, seu reconhecimento e sua qualidade, enquanto trabalho social, sendo este um espaço potencial para o Cooperativismo, bem como para a efetivação dos princípios da Economia Solidária, alinhados aos direcionamentos do Projeto Ético-Político-Profissional do Serviço Social.

Além disso, os objetivos propostos na tabela demonstram ações que poderão vir a ser efetivadas pelo Serviço Social, no sentido de garantir seguranças sociais e mínimos sociais, com o intuito de fortalecer as mulheres cooperadas, suas famílias e a comunidade que circunda a Cooperativa Sabores, para a realização de um trabalho digno e consistente.

Dessa feita, a atuação do Serviço Social no espaço da Cooperativa ocorrerá em um espaço de tempo limitado, sendo este suficiente, para garantir que as cooperadas tenham, em suas mãos, os instrumentos, para gerir, planejar, agir, produzir e vender de forma autônoma, garantindo a autogestão e a autosustentabilidade da Sabores.

É de suma importância ressaltar-se que a Cooperativa Sabores é um espaço de trabalho que se estabeleceu, enquanto uma alternativa viável para aquelas mulheres que se encontram excluídas do mercado formal de trabalho. Ou

seja, essas mulheres vivenciam todas as violações dos direitos trabalhistas e de alguns direitos sociais.

Dessa maneira, o Serviço Social mostra-se como uma profissão que, de fato, pode contribuir, para que este processo de trabalho se torne qualificado, a partir do cooperativismo e dos princípios da economia solidária, e que viabilize o fortalecimento dessas mulheres, a aquisição de bens sociais e materiais, o respeito mútuo, a participação cidadã, a ampliação do universo cultural e informacional das cooperadas, de suas famílias e da comunidade que a cerca, que este espaço viabilize a construção de projetos de vida, individuais e coletivos, por essas mulheres, almejando o seu protagonismo e autonomia, além da garantia e conquista de um trabalho, mesmo que de maneira informal, de caráter social e emancipatório.

Entrementes, a última questão que finda esta análise diz respeito à opinião da Assistente Social sobre as Cooperativas que se vinculam aos princípios da Economia Solidária e da autogestão – como princípio básico deste tipo de trabalho -, sendo que

“As cooperativas que atendem economia solidária são de suma importância na vida de usuários da Política de Assistência Social, uma vez que, em sua maioria, não possuem qualificação profissional; são donas de casa, com filhos menores; e, quando se trata de Município pequeno, como é o caso de Taciba, há pouca oferta de trabalho, sendo esta uma oportunidade de ser inserida no mercado de trabalho, e, como no caso da Cooperativa Sabores de Taciba, recolhem INSS, passando, assim, a ter todas as garantias de trabalhador.” E.

Observou-se uma falta de esclarecimento da Assistente Social sobre os princípios que regem a Economia Solidária, sendo que a mesma afirmou que as Cooperativas são espaços alternativos de trabalho para aqueles sujeitos que são usuários da PNAS e que se encontram em situação de exclusão do mercado de trabalho formal. Todavia é de suma importância ressaltar-se que a Cooperativa Sabores de Taciba é um espaço potencial de trabalho, não só para usuários da PNAS, mas para todo sujeito que se encontrar excluído do mercado de trabalho e que se interesse por participar de tal projeto.

Diante do exposto, conclui-se esta análise, compreendendo que a Cooperativa Sabores em nada se alinha aos princípios da Economia Solidária, bem

como ao Cooperativismo em si, porém este é um espaço de trabalho potencial, que deve ser olhado, de forma precisa, por profissionais, como os Assistentes Sociais, qualificados no que tange à gestão, ao planejamento e à intervenção, para que os mesmos caminhem, no sentido de ser uma Cooperativa pautada pelos princípios da Economia Solidária, alinhando-se às proposituras do Projeto Ético-Político-Profissional da categoria de Assistentes Sociais e alcançando, assim, os objetivos propostos em seu projeto inicial, sendo esses um trabalho social de caráter emancipatório, com oportunidades de geração de renda, de aprendizagem, de convívio social e de participação política na vida pública; e que todas essas devem ser garantidas de forma contínua e sustentável.

6 ASPECTOS CONCLUSIVOS

A presente construção teve como intuito discutir e enfatizar este objeto de pesquisa, em que se constitui, a categoria trabalho em espaços de cooperativas pautadas ou não por princípios da Economia Solidária e que apresentam a presença do Serviço Social no planejamento e gestão do seu empreendimento.

Assim sendo, esta pesquisa foi materializada nos espaços da Cooperativa Sabores de Taciba, onde se pôde, por meio de construções teóricas e pesquisa de campo realizar uma análise crítica com relação ao objeto de estudo proposto, ou seja, o trabalho.

Dessa forma, para garantir a cientificidade da produção, bem como a sua legitimidade, foram realizadas pesquisas bibliográficas, documentais e eletrônicas, que possibilitaram ampliar-se o arcabouço teórico, assim como embasar as temáticas discutidas neste trabalho.

As pesquisas referidas acima possibilitaram aproximações com a realidade por meio do processo histórico do trabalho no mundo e, também, no Brasil. Apreende-se por meio da construção teórica sobre as transformações vivenciadas pelo mundo do trabalho, a sua precarização como uma expressão da questão social, compreendendo, por fim, as suas formas na contemporaneidade.

Desse modo, por meio dessa primeira aproximação com o tema, perpassamos, também, pelos conceitos do Cooperativismo e da Economia Solidária, realizando uma análise sobre os determinantes sócio-históricos dessas formas de trabalho e seus possíveis rebatimentos sociais, realizando um recorte de gênero, para se elucidar a situação da mulher no mercado de trabalho atual.

Além dessas questões apresentadas até aqui, construiu-se, teoricamente, também, o Serviço Social e sua interface com a Economia Solidária, questionando se essas Cooperativas, embasadas por esses princípios, realmente constituem um espaço de trabalho para a profissão, compreendendo o Serviço Social como trabalho, o seu direcionamento Ético-Político-Profissional frente à perspectiva da Economia Solidária e as possibilidades interventivas que a profissão

pode estabelecer junto a essas Cooperativas pautadas pelos princípios da Economia Solidária.

Entretanto, por meio do conhecimento teórico produzido, têm-se, em aberto, diversas questões sobre a efetividade, legitimidade, reconhecimento, pontos fortes e fracos dessa construção social, que são as Cooperativas enquanto espaços alternativos de trabalho.

Dessa forma, foi identificada a necessidade de se realizar uma pesquisa de campo, sendo que esta foi realizada junto à Cooperativa Sabores de Taciba, bem como, à Assistente Social gestora do mesmo município e responsável pelo acompanhamento e planejamento junto à Cooperativa.

Esta pesquisa de campo foi aplicada, com o intuito de reafirmar e/ou negar as hipóteses apresentadas no início deste trabalho, assim como os aspectos trabalhados teoricamente, no corpo dessa construção, sendo que se notaram alguns espaços que merecem ser observados e sugeridos.

A primeira hipótese deste estudo dizia respeito às cooperativas e aos princípios de a economia solidária ser apenas uma forma de o capitalismo e de o Estado neoliberal saírem de cena e repassarem suas responsabilidades à sociedade civil, assim deixando o aspecto da emancipação social dos sujeitos sociais e assumindo um caráter de suavização relacionada à categoria trabalho.

Entretanto foi demonstrado, por meio da pesquisa teórica e de campo, que a Cooperativa Sabores de Taciba não deve ser considerada mais uma alternativa do capital e do Estado, em minimizar os direitos trabalhistas, escamotear a realidade e passar para a sociedade civil uma responsabilidade que é estatal. Ao contrário, ela realmente assume um papel que deveria ser garantido pelo poder público, porém também apresenta uma organização social em busca da superação de situações de exclusão do mercado de trabalho, pois, como já evidenciado nessa construção, inexistem uma quantidade de postos de trabalho suficientes para todos os sujeitos sociais.

Assim, salienta-se que a organização desta Cooperativa apresenta um ponto forte e deve ser trabalhada no que tange à mobilização dos sujeitos sociais, seu fortalecimento e união do grupo em busca dos mesmos objetivos. Ou seja, deve ser construída com as cooperadas a necessidade de levar a sua demanda ao

Estado, ao poder público, pois só assim ela deixará de ser apenas uma construção social, para sanar uma ausência do Estado, e passará a ser problematizada por sujeitos sociais, ganhando força política para futuros embates acerca da categoria trabalho.

Outra hipótese levantada foi a de que os princípios da Economia Solidária têm uma proposta que se assemelha e poderia vir a se alinhar com o Projeto Profissional do Serviço Social, ambas agindo em consonância com a classe trabalhadora, lutando pela superação do sistema capitalista e projetando a emancipação dos sujeitos sociais, sem exploração e com acesso aos direitos de uma vida digna e com liberdade efetiva.

Porém foi demonstrado, por meio da construção teórica e da pesquisa de campo realizadas que, de fato, o Serviço Social tem total compatibilidade com o Cooperativismo e com os princípios que regem a Economia Solidária, mas que ainda há uma ausência de clareza sobre esses conceitos pelos profissionais da área, e que também não existem propostas efetivas que fundamentem uma intervenção junto à Cooperativa Sabores de Taciba, visando a torná-la um espaço potencial de trabalho, mesmo que informal.

Dessa forma, elaborou-se uma proposta de intervenção do Serviço Social junto à Cooperativa Sabores, com intuito de se evidenciar as contribuições que a profissão poderia ter junto a esse espaço, demonstrando que o Projeto Ético-Político pode vir de encontro às proposituras da Economia Solidária, por meio de intervenções que serão expressas logo abaixo.

A última hipótese que moveu a busca deste conhecimento diz respeito às possibilidades do Serviço Social por meio da sua competência teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa de propor ações interventivas que viessem a fortalecer as ações voltadas à efetivação do Cooperativismo e da Economia Solidária no espaço da Sabores de Taciba, podendo essa profissão auxiliar na construção de respostas profissionais sustentáveis e estabelecimento de articulações que visem a possível emancipação dos sujeitos sociais por meio desse empreendimento autogestionário.

Assim foi demonstrado, mediante a construção teórica e a pesquisa de campo realizadas, que, de fato, o Serviço Social é uma profissão que tem muito a

contribuir com a Cooperativa Sabores de Taciba, com intuito de torná-la autogestionária e autosuficiente, ou seja, uma Cooperativa propriamente dita, já que a mesma não se configura como uma cooperativa atualmente e também não se pauta pelos princípios da Economia Solidária.

A centralidade dessa construção está na categoria trabalho, em espaços de cooperativismo, materializado nesta pesquisa, no espaço da Sabores de Taciba. Sendo assim, tem-se que a mesma é um espaço potencial de trabalho para os sujeitos sociais e que o Serviço Social é uma profissão fundamental, porém passageira, que deve contribuir com ações que garantam à Sabores o nome de Cooperativa pautada pelos princípios da Economia Solidária.

Contudo são necessárias, para o alcance desse objetivo, ações do Serviço Social, no sentido de construir um trabalho emancipatório, sendo de suma importância intervenções que visem ao fortalecimento da função protetiva das cooperadas para com suas famílias, a promoção do acesso a bens e a usufruto de direitos sociais, conseqüentemente havendo uma melhoria na qualidade de vida dessas mulheres, o desenvolvimento de potencialidades das mesmas por meio do trabalho, potencialização do protagonismo e da autonomia por meio de aquisições sociais, experiências de respeito mútuo fundamentado em princípios ético-políticos de defesa da cidadania e justiça social, vivências de experiências de participação cidadã, tais como espaços de livre expressão de opiniões, de reivindicação e avaliação das ações ofertadas, bem como estímulo para a sua participação em fóruns, conselhos, movimentos sociais e espaços de organização social, ou seja, ter acesso a experiências que promovam a construção de projetos individuais e coletivos e que possam fortalecer e estender a cidadania dessas mulheres.

Por meio de todas essas ações em conjunto, as mulheres cooperadas, bem como o Serviço Social, poderiam ter uma nova experiência com relação ao espaço da Sabores de Taciba, potencializando esse espaço de trabalho, aferindo-lhe características de um trabalho digno e que respeite cada sujeito em sua particularidade, findando em uma construção de um trabalho de caráter social e emancipatório, que vise principalmente ao desenvolvimento do ser humano, e não à geração de renda por si só.

Desse modo, tem-se a Sabores como um espaço potencial de trabalho, tendo, em sua gênese, pontos fracos que devem ser observados e implementados.

Entretanto têm, em si, a força de um trabalho em conjunto, que pode tornar-se cooperado, de qualidade e com um reconhecimento ampliado socialmente, podendo tornar-se uma Cooperativa pautada pelos princípios da Economia Solidária.

Por fim, a Sabores de Taciba é um espaço de trabalho, que deve ser reconhecido como tal, e, para isto, propõe-se a existência de um Assistente Social, que esteja atuando junto às mulheres cooperadas, por um período determinado de tempo, no sentido de fortalecer as ações da Cooperativa em busca da sua autonomia em relação ao poder público, visando ao fortalecimento das mulheres, sujeitos desse trabalho, (re) pensando as suas formas de inserção social, participação pública, autonomia, formas de se relacionarem e, enquanto sujeitos do mercado de trabalho, visando a informá-las sobre os seus direitos sociais e trabalhistas e orientando as mesmas sobre a força de problematização das expressões da questão social que elas têm conjuntamente, contribuindo, assim, para um processo emancipatório de forma sustentável e que vise, muito mais, que à geração de renda, mas que seja, de fato, um espaço potencializador de sujeitos sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?:**ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 13. ed., rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2008.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo. O significado sócio-histórico das transformações da sociedade contemporânea. Crise capitalista contemporânea e as transformações no mundo do trabalho. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância. **Capacitação em serviço social e política social: módulo 1 : crise contemporânea, questão social e serviço social.** Brasília: Ed. da UnB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 1999.

BATTINI, Odária. Atitude investigativa e prática profissional. In: BAPTISTA, Myrian Veras; BATTINI, Odaria (org.). **A prática profissional do assistente social: teoria, ação, construção de conhecimento.** São Paulo: Veras, 2009.

BATISTA, Paulo Nogueira Batista. **O Consenso de Washington – A visão Neoliberal dos problemas Latinos americanos.** 1994. Disponível em: <http://www.fau.usp.br/cursos/graduacao/arq_urbanismo/disciplinas/aup0270/4dossi e/nogueira94/nog94-cons-washn.pdf>. Acesso em: 03 mar 2013.

BARROCO, Maria Lucia Silva; TERRA, Sylvia Helena. **Código de ética do/a assistente social comentado.** São Paulo: Cortez, 2012.

BORINELLI, Benilson e SANTOS, Luis Miguel Luzio dos. Economia Solidária: Propostas e Perspectivas. In: BORINELLI, Benilson; SANTOS, Luis Miguel Luzio dos e PITAGUARI, Sinival Osório. **Economia Solidária em Londrina aspectos**

conceituais e experiência institucional. Londrina: UEL. 2010. Disponível em: <http://www.uel.br/pos/ppga/attachments/121_LIVRO%20ECONOMIA%20SOLID%203%81RIA.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2013.

BRANDÃO, Margarida Luiza Ribeiro. BINGEMER, Maria Clara L. (Orgs.). **Mulher e relações de gênero.** São Paulo: Loyola, 1994

BRASIL. **Atuação Feminina:** Mercado de Trabalho. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/secoes/mulher/atuacao-feminina/mercado-de-trabalho>>. Acesso em 22 abr. 2013.

BRASIL. CLT – **Consolidação das Leis Trabalhistas.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm>. Acesso em: 07 Out. 2013.

BRASIL. **Feminização da pobreza, emprego e renda:** seminário. Brasília: Câmara dos Deputados, 2004.

BRASIL. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.** Brasília: 2009. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica/cras/documentos/Tipificacao%20Nacional%20de%20Servicos%20Socioassistenciais.pdf>>. Acesso em: 17 Out. 2013.

BRAZ, Marcelo e TEIXEIRA, Joaquina Barata. **O projeto ético-político do Serviço Social.** Disponível em: <http://www.prof.joaodantas.nom.br/materialdidatico/material/4_-_O_projeto_etico-politico_do_Servico_Social.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2013.

CARINHATO, Pedro Henrique. **Neoliberalismo Reforma do Estado – E Políticas Sociais nas Últimas Décadas do Século XX no Brasil.** 2008. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Aurora/aurora_n3_miscelanea_01.pdf>. Acesso em: 03 mar 2013.

CARLOS, Cássio Starling. **Frederick Winslow Taylor: O senhor do tempo.**

2007. Disponível em: <http://guiadoestudante.abril.com.br>. Acesso em: 09 set. 2012.

CARLOTO, Cassia Maria. **O conceito de gênero e a sua importância para a análise das relações sociais.** Disponível

em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v3n2_genero.htm>. Acesso em: 21 abr. 2013.

CARMO, Amanda Silva. ALBUQUERQUE, Priscila de Vasconcelos. ALMEIDA, Andréia Cristina da Silva. **Programa Renda Cidadã: A Intervenção na lógica do Direito ou do Assistencialismo?**. Disponível em: <

<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/SeminarioIntegrado/article/viewPDFInterstitial/2881/2659>>. Acesso em: 04 Out. 2013.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. **ECA: estatuto da criança e do adolescente.** São Paulo: CONDECA, 1999.

Conselho Federal de Assistentes Sociais. **Código de ética profissional do assistente social.** Brasília: Conselho Federal de Assistentes Sociais, 1993.

COOPERATIVO, Bahia. **História do Cooperativismo.** Disponível em:

<<http://www.bahiacooperativo.coop.br/historia-do-cooperativismo.php>>. Acesso em: 21 abr 2013.

CORREIA, Sílvia. **O Modo de Produção Capitalista: O exemplo do trabalho feminino.** Disponível em:

<<http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/651/667>>. Acesso em: 12 abr. 2013.

CRAS. **Capacita São Paulo CRAS**. Disponível em: <http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/biblioteca/publicacoes/CRAS_vol2_final.pdf>. Acesso em: 27 set. 2013.

CRESS, Es. **Projeto Ético Político do Serviço Social**. Disponível em: <<http://cress-es.org.br/projetoetico.htm>>. Acesso em: 27 jun. 2013.

Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=7&sqj=2&ved=0CGQQFjAG&url=http%3A%2F%2Fwww.mp.go.gov.br%2Fportalweb%2Fhp%2F7%2Fdocs%2Fdeclaracao_universal_dos_direitos_do_homem.pdf&ei=m8oUUvSfHIHC4APp0oDQAQ&usg=AFQjCNGAeVFSfZ8ZDU8qQes7V13MLtii4g>. Acesso em 21 agosto. 2013

DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2007-2010.

DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social**. 10^a.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FRANTZ, Walter. **Associativismo, Cooperativismo e Economia Solidária**. 2012. Disponível em: <<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/963/Associativismo,%20cooperativismo%20e%20economia%20solid%C3%A1ria.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

FREITAS, Eduardo de. **Acrise do Petróleo**. Disponível em: <http://www.brasilecola.com/geografia/a-crise-do-petroleo.htm>. Acesso em: 09 set. 2012.

GAVIRAGHI, Fabio Jardel. **Empreendimentos de Economia Solidária: Caminhos da (In)Viabilidade?**. Porto Alegre. 2010. Disponível em: <http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2572>. Acesso em: 12 dez. 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010-2011.

GOERCK, Caroline. **Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento: Sua Contribuição para a Viabilidade das Experiências Coletivas de Geração de Trabalho**. Porto Alegre. 2009. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/biblioteca22/tese_caroline.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2013.

GUERRA, Yolanda. O conhecimento crítico na reconstrução das demandas profissionais contemporâneas. In: BAPTISTA, Myrian Veras; BATTINI, Odaria (org.). **A prática profissional do assistente social: teoria, ação, construção de conhecimento**. São Paulo: Veras, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 23^a.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 17^a.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

IAMAMOTO, Villela Marilda. **As dimensões éticas - políticas e teórico - metodológicas no Serviço Social contemporâneo** . Trajetória e desafios. Disponível em: <<http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-018-001.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2013.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE – Cidades – Taciba/SP.**

Disponível em:<

<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=355290&search=sao-paulo|taciba>>. Acesso em: 27 set. 2013.

MACHADO, Ednéia Maria. **Questão Social: objeto do serviço social?** Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v2n1_quest.htm>. Acesso em: 16 mar. 2013.

Ministério do Trabalho e Emprego. **Aspectos Conceituais da Exclusão e da Vulnerabilidade Social.** Disponível em:<

<http://portal.mte.gov.br/observatorio/exclusao-e-vulnerabilidade-social-conceituacao-e-indicadores.htm>>. Acesso em: 04 Out. 2013.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social:** crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social.** São Paulo: Cortez, 2010.

MOTA, Ana Elisabete. Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista. 2009 In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília, ABEPSS, 2009.

MONTEIRO, Simone Rocha da Rocha Pires. **O marco conceitual da vulnerabilidade social.** Disponível em:<

<http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=2&ved=0CDYQFjAB&url=http%3A%2F%2Frevistas.ucpel.tche.br%2Findex.php%2Frsd%2Farticle%2Fview%2F695%2F619&ei=uAdYUpCAJYis9ASQh4HYAw&usg=AFQjCNFL1EHhrX3OT5NLCUYNbzsko8tPwA>>. Acesso em: 11 Out. 2013.

MTE, Gov. **As Origens Recentes da Economia Solidária.** Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_origem.asp>. Acesso em: 15 abr. 2013.

MTE, Gov. **Atribuições da Secretaria Nacional de Economia Solidária**. Disponível em: < http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/secretaria_nacional_atribuicoes.asp>. Acesso em: 15 abr. 2013.

MTE, Gov. **Os Empreendimentos Econômicos Solidários**. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_empreendimento.asp>. Acesso em: 15 abr. 2013.

MTE, Gov. **O que é Economia Solidária**. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_oque.asp>. Acesso em: 15 abr. 2013.

NAKANO, Marilena. Anteag: autogestão como marca. In: SINGER, Paul e SOUZA, Andre Ricardo de. **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2003.

NEGRÃO, João José de Oliveira. **O Governo FHC e o Neoliberalismo**. Disponível em: <http://www.pucsp.br/neils/downloads/v1_artigo_negrao.pdf>. Acesso em: 03 mar 2013.

NETTO, José Paulo. **Cinco Notas a propósito da “Questão Social”**. In: Revista Temporalis nº 03. 2001.

NETTO, José Paulo. **A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social**. 1999. Disponível em: < <http://www.cpihts.com/PDF03/jose%20paulo%20netto.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2013.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Reforma Administrativa ou Reforma do Estado?**. São Paulo: Perspectivas, 1989/90. Disponível em:<<https://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:dbSGEphb5sAJ:seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/download/1901/1550+marco+aur%C3%A9lio+nogueira+neolib>>

eralismo&hl=pt-BR&gl=br&pid=bl&srcid=ADGEEsim0bB6mK5kKdugxMQLKYMv-V5ifskZG6_ytVYdDSqk6VLQPjRGJh9Zf7fh9NCgGta95bHQlieU4NHHbxTSEDY9G9xL3vyCg85xRTToY6x5T3JcqqTzc6xgg46ByPQOQGlqyDAJm&sig=AHIEtbQ1xtkiBefua bjtRAWIkNSkSMXUug>. Acesso em: 06 abr. 2013.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **PRODUÇÃO e REPRODUÇÃO**: A mulher e a divisão sexual do trabalho.

PENNACCHI, Andrea. **Formação da Sociedade Brasileira**: Oligarquias e Movimentos Sociais Rurais e Urbanos. Presidente Prudente: Copyright © 2010 by Andrea Pennacchi, 2010.

PENNACCHI, Andrea. **Formação da Sociedade Brasileira**: A Classe Trabalhadora e o Estado Novo. Presidente Prudente: Copyright © 2010 by Andrea Pennacchi, 2010.

PEREIRA, PotyaraA. **Questão Social, Serviço Social e direitos de cidadania**. In Temporalis. Associação Brasileira de pesquisa e ensino em Serviço Social – ABEPSS, ano **IV nº 07**. Brasília. ABEPSS, 2001.

PINHEIRO, Marcos Antonio Henriques. **Cooperativas de Crédito: História da Evolução Normativa no Brasil**. 6.ed. Brasília: Banco Central do Brasil. 2008. Disponível em:
<http://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/livro_cooperativas_credito.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2013.

PINHO, Diva Benevides. **Cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária**. São Paulo: Saraiva. 2004.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004-2011.

SANTOS, Martha Maria dos. **Mulher operária: trabalho, cotidiano e indústria cultural.** Franca: Faculdade de História, Direito e Serviço Social da UNESP de Franca, 2001.

SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (Org.). **A dimensão técnico-operativa no serviço social: desafios contemporâneos.** Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2012.

SCANDELAI, Aline Linares de Oliveira. **Questão Social: Responsabilidade Contemporânea do Estado ou do Terceiro Setor?**. Presidente Prudente. Disponível em: <<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/2166/2352>>. Acesso em: 20 mar. 2013.

Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **SAGI.** Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/FerramentasSAGI/index.php?group=1>>. Acesso em: 27 set. 2013.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 21. ed., rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2000.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária.** 1.ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2002.

SINGER, Paul. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul e SOUZA, Andre Ricardo de. **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.** São Paulo: Contexto, 2003.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego diagnóstico e alternativas.** 6.ed. São Paulo: Contexto. 2003.

SINGER, Paul e SOUZA, Andre Ricardo de. **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2003.

SOUZA, Rainer. **Feminismo no Brasil**. Disponível em:<<http://www.brasilecola.com/historiab/feminismo.htm>>. Acesso em: 21 abr. 2013.

Trabalho Infantil no Brasil. Disponível em:<http://pt.wikipedia.org/wiki/Trabalho_infantil_no_Brasil>. Acesso em: 04 Out. 2013.

VALLONE, Giuliana. **Crise de 1929 atingiu economia e mudou ordem política no Brasil**. Disponível em:<<http://www.revistacafeicultura.com.br/index.php?tipo=ler&mat=27265>>. Acesso em: 18 mar. 2013.

ZATTI, Vicente. **Autonomia e Educação em Immanuel Kant e Paulo Freire**. Porto Alegre, 2007. Disponível em:<<http://www.pucrs.br/edipucrs/online/autonomia/autonomia/capitulo1.html>>. Acesso em: 17 Out. 2013.

ANEXOS

Questionário aplicado com a Assistente Social:

I) Identificação

Nome:

Tempo de Trabalho:

Formação:

II) Sobre o Trabalho na Cooperativa Sabores de Taciba:

1. Quando foi iniciado o trabalho na Cooperativa?
2. Qual a ideia essencial em se organizar uma Cooperativa?
3. Quem são os sujeitos alvo desta ação?
4. Quantos sujeitos estão envolvidos atualmente?
5. A Cooperativa tem quanto tempo de trabalho? Os sujeitos envolvidos em seu início ainda fazem parte do trabalho?
6. Quais os impactos que vocês percebem na vida dos sujeitos envolvidos e também na comunidade?

7. Como o trabalho está organizado atualmente?
8. Qual a renda mensal e o tempo de trabalho diário que os sujeitos envolvidos têm realizado/adquirido?
9. Qual a sua opinião enquanto profissional sobre as Cooperativas que se vinculam aos princípios da Economia Solidária e da autogestão?
10. De qual forma você acha que o Serviço Social poderia contribuir com essa e outras Cooperativas?
11. De qual maneira o Serviço Social e o seu Projeto Ético Político Profissional, o qual direciona a ação e a reflexão profissional, podem se vincular e/ou distanciar da gestão de Cooperativas?
12. Em sua opinião as Cooperativas são realmente uma alternativa de trabalho viável as pessoas que se encontram excluídas do mercado de trabalho?

**Entrevista aplicada com as mulheres que participam da Cooperativa
Sabores de Taciba:**

I) Identificação

Nome:

Idade:

Raça/Cor: () Branco () Preto () Pardo

Estado Civil:

Chefes de Família: () Sim () Não

Estudou/Estuda: () Sim () Não

Até qual série:

Sabe ler e escrever: () Sim () Não

Grau de Instrução:

() Analfabeto

() Semi-Analfabeto

() Ensino Fundamental Incompleto

() Ensino Fundamental Completo

() Ensino Médio Incompleto

() Ensino Médio Completo

() Superior Incompleto

() Superior Completo

Aquelas que não concluíram os estudos gostariam de retornar aos mesmos?

() Sim () Não

Por quais motivos? Existem dificuldades e/ou incentivos para esse retorno? Como são para você?

Participa de algum Programa de Transferência de Renda?

() Sim () Não

Quais?

Qual o valor total deles?

De qual maneira esses programas tem contribuído na subsistência da família?

II) Composição Familiar

Nome:

Idade:

Parentesco:

Escolaridade:

Trabalha:

Compõe a Renda: () Sim () Não

Nome:

Idade:

Parentesco:

Escolaridade:

Trabalha:

Compõe a Renda: () Sim () Não

Nome:

Idade:

Parentesco:

Escolaridade:

Trabalha:

Compõe a Renda: () Sim () Não

Nome:

Idade:

Parentesco:

Escolaridade:

Trabalha:

Compõe a Renda: () Sim () Não

Qual é a média salarial da família por mês? R\$ _____

III) Trabalho:

Com que idade entrou no Mercado de Trabalho?

Atividades já realizadas:

1. _____

Trabalho regulamentado em carteira: () Sim () Não

2. _____

Trabalho regulamentado em carteira: () Sim () Não

3. _____

Trabalho regulamentado em carteira: () Sim () Não

4. _____

Trabalho regulamentado em carteira: () Sim () Não

Já realizou algum tipo de Qualificação Profissional?

() Sim () Não

Quais:

IV) Cooperativa Sabores

1. O que motivou você a participar da Cooperativa Sabores?
2. Qual a renda mensal que a cooperativa proporciona?
3. Quantas horas de trabalho cada uma dispensa em suas atividades na Cooperativa/dia?
4. Em relação às decisões sobre a cooperativa elas são tomadas em conjunto por todos os sujeitos ou somente por alguma parte? Como é feito esse processo decisório?
5. Em sua opinião qual é o papel do assistente social na cooperativa?

6. Qual impacto a cooperativa causou na sua vida? Como era antes de participar da Cooperativa e como tem sido depois?
7. Quais os desafios enfrentados no dia-a-dia da produção?
8. Quais os pontos positivos, em sua opinião, deste trabalho?
9. O que deveria ser melhorado na Cooperativa?
10. Qual a sua situação no mercado de trabalho antes de ser uma mulher cooperada, como você vê essa mudança em sua vida? Como ela tem contribuído?
11. Por que houve um momento de pausa no trabalho da cooperativa?
12. O trabalho realizado por você na Cooperativa atende as suas necessidades e expectativas pessoais enquanto remuneração, carga horária, participação, etc.? Se sim, de qual forma? Se não, por quê?
13. Com a renda advinda apenas do trabalho na cooperativa é possível manter a subsistência básica (saúde, alimentação, educação) da família?
14. Existe o desejo de retornar ou de ser inserida no mercado de trabalho formal? Por quê?
15. Há quanto tempo você participa da Cooperativa?
16. Em sua opinião as Cooperativas são realmente uma alternativa de trabalho viável para aqueles que se encontram excluídos do mercado de trabalho ou que necessitam de uma “renda extra”?